

TRENSURB DIVULGA NOVAS TABELAS HORÁRIAS DE FINAIS DE SEMANA.



Lucas Quadros/Arquivo Trensurb

Desde as primeiras horas desse sábado (17), o metrô da Trensurb passou a operar conforme novas tabelas horárias nos finais de semana e feriados. As escalas passaram por ajustes devido à alteração do tempo total de viagem, entre Porto Alegre e Novo Hamburgo, para 55 minutos, que está em vigor desde a última terça-feira. Página 50



"SE UM MINISTRO DO SUPREMO SOFRER IMPEACHMENT, OS OUTROS VÃO SE ENQUADRAR", DIZ SENADORA.

Fotos Públicas

Página 26



PROTESTOS CONTRA O CUSTO DE VIDA NA FRANÇA REÚNEM 550 MIL PESSOAS E TÊM CERCA DE 400 PRESOS.

Os protestos contra o alto custo de vida e por melhores condições de ensino reuniram cerca de 550 mil pessoas na França nesse sábado (17), segundo o ministro do Interior, Laurent Nuñez. Em Paris, foram 110 mil manifestantes. Cerca de 400 pessoas foram detidas. Segundo Nuñez, a maior parte é formada por adultos sem ligação com o movimento estudantil. Sessenta policiais ficaram feridos nos confrontos. Página 48

DEBATE ENTRE LULA E FLÁVIO NESTE DOMINGO TERÁ CONFRONTO LIVRE DE 30 MINUTOS; VEJA REGRAS.

Página 2

Debate entre Lula e Flávio neste domingo terá confronto livre de 30 minutos; veja regras.

Lula e Flávio Bolsonaro terão 30 minutos de confronto direto no primeiro bloco do debate da Band, marcado para este domingo (18), em São Paulo. A direção da emissora e representantes dos partidos definiram as regras. Será o primeiro debate presidencial com a presença de ambos. O programa terá três blocos, e a mediação ficará a cargo dos âncoras Eduardo Oinegue e Adriana Araújo, responsáveis também pelas perguntas da emissora.

No primeiro bloco, os âncoras farão uma pergunta a cada candidato. Em seguida, Lula e Flávio ficarão livres no estúdio para debater por 30 minutos. O segundo bloco começa novamente com uma pergunta dos âncoras para cada candidato. Depois, um candidato pergunta diretamente ao outro. O terceiro bloco mantém a mesma regra, com perguntas dos âncoras e confronto direto, e termina com as considerações finais de cada um. Um sorteio definiu a

Ricardo Stuckert/Campanha PT e Charles Vieira/Campanha PL



A transmissão começa às 20h, e o debate deve durar cerca de duas horas.

ordem das respostas e a posição dos candidatos. Flávio ficará à esquerda, e Lula, à direita.

A transmissão começa às 20h, e o debate deve durar cerca de duas horas. As TVs, rádios e canais digitais do Grupo Bandeirantes, entre eles a TV Band, a BandNews TV e as rádios BandNews FM e Bandeirantes, exibirão o encontro. Um pool que inclui TV Gazeta, TV Cultura, Jovem Pan e o jornal O Estado de S. Paulo também fará a exibição. A cobertura terá análises em tempo real feitas na sala digital da emissora, em parceria com o Google.

A presença dos dois candidatos está

confirmada. Flávio anunciou a participação na última quarta-feira (14), em vídeo publicado nas redes sociais, um dia após ter afirmado que não iria ao encontro. A campanha de Lula já havia confirmado a presença do presidente.

No vídeo, Flávio disse que a declaração anterior tinha sido uma "armadilha" para que o presidente confirmasse presença. Ele afirmou que pretende confrontar o petista ao vivo e contestar declarações de Lula durante a campanha. Lula e Flávio não participaram de nenhum debate no primeiro turno. O senador afirmava que a ausência do pe-

tista inviabilizava um confronto direto. O presidente dizia que encontros com vários adversários poderiam resultar em ataques de diferentes candidatos.

Os dois disputam o segundo turno após Flávio terminar a primeira etapa da eleição com 47% dos votos, ante 45% de Lula. O último debate do segundo turno está previsto para a sexta-feira (23), na TV Globo. Na terça (13), durante evento com diretórios estaduais do MDB, Flávio disse que sua equipe técnica ainda avaliava a participação. Até quarta, a campanha do senador não havia assinado o documento com as regras e as dinâmicas desse encontro.

Flávio participa de manifestações no Nordeste na reta final de campanha.

O candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, organizou nesse sábado (17) manifestações em Vitória (ES) e Salvador (BA) como continuação do chamado "Bloquinho do 22". Trata-se da sequência de atos de rua promovidos pelo presidenciável na reta final das eleições. Flávio escolheu Minas Gerais como ponto de partida da mobilização na última quinta-feira (15) ao lado do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que encabeçará todos os atos.

O jovem deputado é um dos principais políticos da direita com presença forte nas redes sociais e capaz de mobilizar bem os eleitores da direita, na avaliação de aliados. A ideia é engajar os bolsonaristas e reforçar a estratégia de manter a militância ativa, em contraponto às mobilizações promovidas pela campanha do adversário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O objetivo da campanha de Flávio é manter o favoritismo

confirmado pelo resultado do primeiro turno próximo à população e encerrar a trajetória na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, no dia 24 de outubro – véspera do segundo turno presidencial.

Flávio tem pedido a aliados e apoiadores que não deixem de postar sobre a campanha nas redes sociais nem de promover comícios ou "adesivações", ainda mais nos estados que não terão mais segundo turno local. O presidenciável, inclusive, divulgou vídeo nesta quarta (14) rebatendo a ideia de "já ganhou", após sair à frente de Lula na votação do primeiro turno.

O senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) chamou o pai, Jair Bolsonaro (PL), de "professor" e afirmou que o ex-presidente deixou "sementes plantadas" no Brasil.

"Vocês viram que tentaram calar o líder da direita do Brasil, o nosso professor, o melhor presidente da história do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Eles dis-

Divulgação/Charles Vieira



O objetivo da campanha de Flávio é manter o favoritismo confirmado pelo resultado do primeiro turno.

seram que tinham acabado com o bolsonarismo. Mas esqueceram que Jair Bolsonaro deixou milhões de sementes plantadas, que floresceram e que estão tomando conta do Brasil", afirmou.

Ainda nesse sábado, Nikolas repetiu o que fora dito por Flávio:

que Jair subirá a rampa do Planalto em caso de vitória do filho. O ex-presidente está em prisão domiciliar após ter sido condenado por tentativa de golpe de Estado. (Com informações do jornal Folha de S.Paulo e do portal CNN)

UMA VIDA DEDICADA À VIDA.

EXISTEM MUITAS FORMAS DE DEDICAR UMA VIDA. O MÉDICO ESCOLHEU UMA QUE ENCONTRA SENTIDO NA VIDA DE OUTRAS PESSOAS, CUIDANDO DA SAÚDE, FAZENDO A DIFERENÇA EM MOMENTOS IMPORTANTES E AJUDANDO CADA PESSOA A SEGUIR VIVENDO SUA HISTÓRIA. NESTE 18 DE OUTUBRO, O CREMERS HOMENAGEIA TODOS OS MÉDICOS POR UMA VIDA DEDICADA À VIDA. FELIZ DIA DO MÉDICO!

[18 DE OUTUBRO | FELIZ DIA DO MÉDICO!]

CREMERS
CUIDAR DA MEDICINA É CUIDAR DE VOCÊ

Lula passa o sábado em Brasília se preparando para primeiro debate com Flávio Bolsonaro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou esse sábado (17) em Brasília, na preparação para o primeiro debate do segundo turno contra Flávio Bolsonaro (PL), marcado para este domingo (18), na Band. A orientação da campanha é que o petista evite um tom agressivo e priorize a defesa das realizações do governo, além da apresentação de propostas para um eventual novo mandato. A ideia é que o chefe do Executivo tenha uma postura propositiva, sem concentrar suas falas em ataques pessoais ao adversário.

A campanha busca aproveitar o confronto para destacar medidas recentes da gestão e associá-las à recuperação da renda e do poder de compra das famílias. Entre os temas previstos estão o fim da escala 6x1, medidas para os MEIs (microempreendedores individuais), a ampliação da isenção do Imposto de Renda e o Desenrola.

Ricardo Stuckert



A campanha busca aproveitar o confronto para destacar medidas recentes da gestão.

Na saúde e na educação, Lula deve apresentar propostas para ampliar o acesso a atendimentos e às escolas de tempo integral.

Comparações com o governo Bolsonaro não estão descartadas, mas aliados defendem que o presidente se concentre no atual mandato e no que pretende fazer nos próximos quatro anos. A preparação ocorre em um momento em que a campanha de Lula considera a eleição indefinida. Embora aliados celebrem a redução da vantagem de Flávio nas pesquisas, a avaliação é que não existe uma “bala de prata” capaz de deci-

dir a disputa.

No entorno do presidente, a expectativa é que o resultado seja definido nos detalhes, a partir de três frentes: o desempenho nos debates na televisão, o engajamento nas redes sociais e a capacidade de mobilização nas ruas. A campanha atribui parte da aproximação nas intenções de voto ao aumento da participação digital da militância e à presença de apoiadores em atos recentes, especialmente na Avenida Paulista, em São Paulo, e em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Outro fator apontado por aliados é a ofensiva contra o

plano de corte de gastos de Flávio, chamado de “Tesouraço”. A estratégia tem sido apresentar os riscos que, na avaliação da campanha petista, as propostas do adversário poderiam representar para a população.

Do outro lado, a equipe de Flávio também trabalha com a orientação de evitar ataques pessoais no debate. O senador deverá abordar principalmente segurança, saúde e economia e responder caso seja provocado. As duas campanhas esperam um confronto moderado, com foco em propostas e atenção ao risco de erros nesta reta final.

Meta, dona das plataformas Facebook, Instagram e WhatsApp admite erros que alcançaram contas de Lula, mas nega interferência.

A lvo de uma ação na Justiça Eleitoral por suposto favorecimento à campanha de Flávio Bolsonaro, a Meta reconheceu falhas que afetaram a produção e a divulgação de conteúdos relacionados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas redes sociais. Responsável pelo Facebook, Instagram e WhatsApp, a empresa atribuiu os episódios a “incidentes técnicos recentes”, negou interferência eleitoral e afirmou que os problemas foram corrigidos.

O caso chegou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na quinta-feira, o ministro Marco Aurélio Bellizze proibiu a Meta de restringir injustificadamente o alcance de conteúdos políticos de Lula e Flávio e determinou que a ferramenta de inteligência artificial (IA) da empresa não favoreça nenhum dos candidatos. O caso começou a ser julgado pelo plenário virtual da Corte na sexta-feira (16).

Entenda

Reprodução



A companhia negou viés político e disse que corrigiu o problema.

Na quarta-feira (14), usuários relataram que a Meta AI permitia criar imagens de campanha para Flávio Bolsonaro, mas recusava pedidos semelhantes relacionados a Lula.

Em 23 de setembro, a conta de anúncios da campanha petista foi desativada por engano. Em 7 de outubro, a contagem de visualizações dos Reels do Instagram ficou congelada, incorreta ou zerada por cinco horas, afetando o perfil de Lula. Segundo a Meta, o problema também

atingiu a conta de Flávio. Dois dias depois, outra falha impediu a criação de anúncios a partir de publicações existentes, prejudicando milhares de perfis, incluindo o do presidente.

A empresa divulgou uma nota após reunião com representantes do TSE, na qual apresentou informações técnicas sobre os episódios.

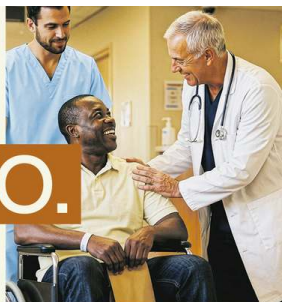
Falha

Testes mostraram que a ferramenta criava imagens com frases como “Flávio 22 presidente”, mas re-

cusava comandos semelhantes com “Lula 13 presidente”, inclusive solicitações que mencionavam apenas “Lula” ou “Luiz Inácio”.

A Meta afirmou que uma falha permitia gerar cartazes quando o primeiro nome do candidato era combinado com o número eleitoral. Segundo a empresa, a brecha também poderia beneficiar Lula, com o uso de “Luiz” e o número do PT. A companhia negou viés político e disse que corrigiu o problema.

**DIA DA CURA.
DO NASCIMENTO.
DA REMISSÃO.**



Sempre que a vida continua, é *Dia do Médico*.

18 de outubro. Dia de *celebrar e homenagear* quem cuida da vida.

simers

Tribunal Superior Eleitoral define regras sobre canais no WhatsApp em campanhas após decisões conflitantes.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) restringiu iniciativas como a de canais no WhatsApp para campanhas eleitorais. A mudança foi aprovada por unanimidade pelos ministros e definiu critérios para o uso de aplicativos, incluindo o recebimento de recursos ligados à candidatura e o direcionamento aos canais oficiais.

A questão ganhou relevância ao longo dos últimos dias diante de decisões conflitantes da corte sobre o mesmo tema em relação ao uso das plataformas pelas campanhas do presidente Lula (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL).

Nos casos em que essas plataformas forem vinculadas a campanhas, deverão ser informadas à Justiça Eleitoral e serão submetidas às mesmas regras de propaganda eleitoral, incluindo a não divulgação de informações falsas, sob risco de serem indisponibilizadas.

O presidente da corte, Kassio Nunes Marques, autorizou na quarta-feira (14) que o canal "Exército do Lula", administrado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), voltasse ao ar antes do prazo de 48 horas determinado anteriormente por ele.

A antecipação da autorização se deu após a coligação do presidente Lula pedir que a corte eleitoral suspendesse pelo mesmo prazo o canal no WhatsApp "Tropa do Flávio", ligado à campanha de Flá-

vio Bolsonaro, para equiparar o tratamento dado aos dois canais.

O texto foi construído pelos ministros em reunião feita na sede do tribunal. Participaram da redação o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques; o vice-presidente, André Mendonça; o corregedor-geral, Ricardo Villas Bôas Cueva; os ministros Dias Toffoli, Sebastião Reis Júnior, Floriano de Azevedo Marques e Estela Aranha; e Marco Aurélio Bellizze, que integrou o grupo que cuida da propaganda.

A mudança na resolução eleitoral estabelece quando um canal na internet passa a ser considerado vinculado a uma campanha eleitoral, atingindo os canais no WhatsApp, fóruns online e outras plataformas de terceiros.

Para a vinculação, basta uma das características listadas pela corte. Além do uso de estrutura ou recursos da campanha, do partido ou da federação, a resolução prevê uso de suporte técnico da campanha; a divulgação do link de convite ou o endereço do canal nos perfis ou canais oficiais da campanha; o direcionamento de seguidores aos perfis ou canais oficiais da campanha; e a orientação pela equipe da campanha do conteúdo, a frequência de publicação ou as metas do canal.

O presidente da corte, Kassio Nunes Marques, autorizou na quarta que o

Reprodução



A mudança foi aprovada por unanimidade pelos ministros e definiu critérios para o uso de aplicativos.

canal "Exército do Lula", administrado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), voltasse ao ar antes do prazo de 48 horas determinado anteriormente por ele.

A antecipação da autorização se deu após a coligação do presidente Lula pedir que a corte eleitoral suspendesse pelo mesmo prazo o canal no WhatsApp "Tropa do Flávio", ligado à campanha de Flávio Bolsonaro, para equiparar o tratamento dado aos dois canais.

O texto foi construído pelos ministros em reunião feita na sede do tribunal. Participaram da redação o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques; o vice-presidente, André Mendonça; o corregedor-geral, Ricardo Villas Bôas Cueva; os ministros Dias Toffoli, Sebastião Reis Júnior, Floriano de Azevedo Marques e Estela Aranha; e Marco Aurélio Bellizze, que integrou o grupo que cuida da propaganda.

A mudança na reso-

lução eleitoral estabelece quando um canal na internet passa a ser considerado vinculado a uma campanha eleitoral, atingindo os canais no WhatsApp, fóruns online e outras plataformas de terceiros.

Para a vinculação, basta uma das características listadas pela corte. Além do uso de estrutura ou recursos da campanha, do partido ou da federação, a resolução prevê uso de suporte material ou humano, suporte técnico da campanha; a divulgação do link de convite ou o endereço do canal nos perfis ou canais oficiais da campanha; o direcionamento de seguidores aos perfis ou canais oficiais da campanha; e a orientação pela equipe da campanha do conteúdo, a frequência de publicação ou as metas do canal. (Com informações da Folha de S. Paulo)

RÁDIO CAIÇARA É 1º LUGAR

DAS 10H ÀS 12H



Média geral junto a todos os públicos, todos os locais,
de segunda a sexta.

CAIÇARA
96,7 fm

Fonte: IBOPE EasyMedia4.OPM# - Porto Alegre e Grande Porto Alegre.
Ranking emissoras FM, segunda a sexta, das 10h às 12h, todos os públicos, em todos os locais, Jul/2026 a Set/2026.

Bolsonaristas cobram engajamento após mobilização digital da esquerda.

A mobilização digital deflagrada por setores da esquerda após o primeiro turno surpreendeu bolsonaristas, afetou trackings da campanha do presidencial Flávio Bolsonaro (PL) e vem gerando um contra-ataque de seu partido.

Após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sair atrás na votação em 4 de outubro, quando recebeu 45,16% dos votos, atrás dos 47,03% de Flávio, o deputado federal André Janones (Rede-MG) liderou uma reação ao mobilizar o canal de WhatsApp “Exército do Lula” para disseminar conteúdo pró-PT. Diversos perfis, canais e organizações também têm feito suas próprias mobilizações.

O canal conquistou mais de 5 milhões de seguidores, mesmo após ficar um dia fora do ar por determinação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques. Na semana passada, o PL contra-atacou e criou o “Tropa do Flávio”, que reúne aproximadamente 1,8 milhão de seguidores, para não sair perdendo na mobilização digital.

A iniciativa veio do deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO), eleito senador na semana passada, e está sendo municiada com conteúdo produzido por lideranças como Nikolas Fer-

reira (PL-MG) e pelo co-ach Pablo Marçal.

“Estamos numa situação de risco. A campanha de terrorismo eleitoral do PT, aquele canal ‘Exército do Lula’, realmente está conseguindo mobilizar a esquerda de uma maneira que a gente nunca viu e está conseguindo fazer um impacto nos trackings”, afirmou Gayer em áudio gravado para o canal, em referência a pesquisas de opinião feitas para consumo interno de campanhas.

Um membro da equipe de Flávio confirmou à reportagem que os trackings se mexeram a favor de Lula nos últimos dias e atribuiu o impacto à mobilização petista na internet. O agregador de pesquisas Polling Data, que faz um censo contínuo de todas as pesquisas eleitorais divulgadas na imprensa, aponta para um encurtamento de distância entre Flávio e Lula para o segundo turno, de 48% a 44% em 7 de outubro, para 48% a 46% agora.

Os bolsonaristas têm feito apelos à militância para convidar a maior quantidade possível de pessoas ao canal, de modo a fazer frente a Janones. A batalha foi parar no TSE, com a retirada temporária do canal “Exército do Lula” do ar, por disseminar notícias falsas, e acusação de tratamento privilegiado ao “Tropa do Flávio”.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Movimento deflagrado por setores da esquerda surpreendeu bolsonaristas.

Desde o desempenho abaixo do esperado pela campanha nas urnas, Lula tenta modernizar a comunicação, passou a adotar novo comportamento nas redes sociais e deu andamento a uma série de medidas visando ganhar votos a poucos dias da eleição, com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 e o perdão das dívidas de microempreendedores individuais (MEI).

Enquanto isso, aliados de Flávio vêm trocando farpas sobre os rumos da campanha no segundo turno. Existe uma crítica no entorno do senador de que os candidatos que foram eleitos no dia 4 se desmobilizaram e pararam de fazer campanha para Flávio.

O empresário bolsonarista Tallis Gomes compartilhou nas redes sociais um site para mo-

nitorar o engajamento à campanha presidencial, de modo a colocar pressão sobre quem não está se movendo. “Pressão na turma que se elegeu e não estão engajados para eleger o Flávio no 2º turno!”, escreveu no X. O comunicador Paulo Figueiredo, braço direito de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, endossou a crítica e reclamou que não consegue encontrar “um assunto bom do Flávio, um corte, uma fala boa, uma pauta dominante” para ele usar em seu canal no YouTube.

“Os deputados, senadores e governadores que estão eleitos resolveram descansar e pararam de fazer campanha. Infelizmente, a partir de agora vou começar a divulgar para que o eleitor saiba quem está ou não fazendo campanha pelo @FlavioBolsonaro”, publicou. (Com informações de O Estado de S. Paulo)

O PONTO DE ENCONTRO DOS GAÚCHOS TODAS AS NOITES.



**JORNAL
DA PAMPA
ÀS 19H**

**PAMPA
DEBATES
ÀS 17H45**

**ATUALIDADES
PAMPA
ÀS 19H15**



tv pampa

Desde que Flávio Bolsonaro terminou o primeiro turno com mais votos do que Lula, alguns nomes influentes da esquerda brasileira partiram para a ofensiva.

Desde que Flávio Bolsonaro (PL) terminou o primeiro turno com mais votos do que Lula (PT), alguns nomes influentes da esquerda brasileira partiram para a ofensiva. Parte apelou para o catastrofismo e outros distorceram fatos, surfando em temas sensíveis na sociedade brasileira, como autismo, Pix e o Sistema Único de Saúde.

Entenda abaixo detalhes e contextos do que foi dito sobre os três temas:

SUS

O ex-deputado Jean Wyllys, que concorreu nestas eleições pelo PT em São Paulo, mas não foi eleito, postou que sua diversão no Instagram está sendo "mandar a real a pobre fodido de direita eleitor de Flávio Bolsonaro". Segundo ele, trata-se da "pedagogia do choque" para produzir um curto-circuito que reverta a lavagem cerebral.

"Teve uma que fez hemodiálise todo dia no SUS que, depois de insultar Lula, disse que é Flávio até o fim. Eu respondi: 'Parabéns, seu fim está próximo, já que ele vai acabar com o SUS. Às portas do inferno, lembre-se disto'", postou o ex-deputado.

A Folha de S. Paulo tentou contato com Jean Wyllys, mas não obteve resposta.

Um evento em setembro reuniu os conselheiros de Flávio e Lula para a Saúde —o médico Cláudio Lottenberg, cotado para integrar eventual governo do PL, e Alexandre Padilha (PT), ministro da Saúde do petista. Ambos apresentaram ideias semelhantes para o SUS.

O indicado de Flávio ao ministério disse que o SUS é uma "estrutura vitoriosa" que precisa ser melhorada

ou aperfeiçoada, sem exigir uma reforma.

PIX

Outro caso foi o da historiadora Lília Schwarcz, que tem 683 mil seguidores no Instagram. Ela postou um vídeo afirmando que Flávio Bolsonaro vai acabar com o Pix, caso eleito.

"Não sei vocês, mas eu vou usar o Pix o máximo que eu puder agora. Porque se por acaso o Flávio Bolsonaro ganhar, ele vai acabar com o Pix. A mando de quem? A mando do Trump, que já avisou que não gosta nada de Pix e que não confia. Gente, corre lá para fazer bastante Pix, porque daqui a pouco, acabou", disse.

À Folha ela diz que não se trata da extinção do serviço de pagamento, mas de possíveis medidas que podem ir minando o funcionamento, comprometendo a eficiência do Pix.

"Trump várias vezes se pronunciou contra o Pix. Então assumo que, se Flávio Bolsonaro vencer, ele vai se submeter aos desígnios do presidente norte-americano e a chance é grande. Foi isso que disse", afirmou.

O candidato do PL tem repetido seguidamente que vai manter o sistema de pagamentos se for eleito. Em julho, enviou um dossiê ao governo americano oferecendo vantagens comerciais e citou o Pix como um dos marcos da gestão Jair Bolsonaro.

Eletrochoque

Outro episódio do tipo envolveu o influenciador Felipe Neto, que afirmou que o governo Bolsonaro propôs eletrochoque para crianças autistas. O vídeo é de 2022, mas voltou a circular nas redes recentemente, impulsionado por apoiadores e críti-

Reprodução



Parte apelou para o catastrofismo e outros distorceram fatos, surfando em temas sensíveis na sociedade brasileira, como autismo, Pix e o Sistema Único de Saúde.

cos. A peça foi também repostada pelo 342 Artes, movimento liderado pela empresária Paula Lavigne.

"É verdade que o governo Bolsonaro propôs eletrochoque em crianças autistas?", pergunta o influenciador no vídeo. "É, é verdade", responde Felipe a si mesmo.

O governo Bolsonaro não fez essa recomendação oficial. Em um documento preliminar, que foi posteriormente enviado para consulta pública, mencionou a existência da técnica da eletroconvulsoterapia (ECT). O material foi elaborado por especialistas da área da saúde e representantes do Ministério da Saúde, que se reuniram em 2021, no âmbito da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, a Conitec.

O grupo responsável por conduzir a atualização no caso do comportamento agressivo no TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) foi o Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

À Folha a professora de

ciências farmacêuticas da Unifesp Daniela de Oliveira Melo diz que "não houve interferência política no desenvolvimento do PCDT em questão".

Felipe Neto no vídeo diz que a "Conitec surpreendeu o mundo inteiro ao emitir uma planilha, uma cartilha, recomendando, dentre várias coisas, o tratamento de autistas severos com eletrochoque".

O documento a que ele se refere é uma atualização do protocolo para Comportamento Agressivo no Transtorno do Espectro do Autismo.

Em março daquele ano, Afzal Javed, então presidente da Associação Mundial de Psiquiatria, e Antônio Geraldo Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, escreveram um texto publicado na Folha no qual defendiam a eletroconvulsoterapia como "uma das técnicas mais eficazes e seguras" para o tratamento de alguns transtornos psiquiátricos. (Com informações da Folha de S. Paulo)

Na disputa para ver quem pune mais cedo os jovens infratores, Flávio e Lula levaram à retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição da Segurança.

A poucos dias do segundo turno, as campanhas de Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passaram a disputar o voto do eleitor amedrontado pela violência recorrendo à mais fácil das promessas: encarcerar adolescentes.

O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio, apresentou uma emenda à PEC da Segurança Pública para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos como regra geral, e para 14 anos em caso de crimes graves, como os hediondos, o tráfico de drogas e a participação em organização criminosa. Do outro lado, a campanha petista, coordenada pelo senador Camilo Santana (PT-CE), cobriu parte do lance. Lula, que jamais havia se posicionado com firmeza sobre o tema, historicamente repellido pelo PT, apressou-se em dizer que é favorável à redução para 16 anos em caso de crimes hediondos. O resultado desse leilão populista não poderia ser pior para o País, a começar pela retirada de pauta da PEC da Segurança Pública.

A preocupação da sociedade com crimes bárbaros cometidos por adolescentes é legítima e merece a atenção do Congresso. Mas a redução da maioria penal é uma questão de alta complexidade, e os discursos de palanque a simplificam de forma imprudente. Ao contrário

do que sugerem ambos os candidatos, o Brasil não é um paraíso para jovens delinquentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a responsabilização por atos infracionais a partir dos 12 anos, com medidas que vão da prestação de serviços à comunidade à internação. O que está em jogo é decidir se menores infratores devem ser lançados em um sistema prisional dominado pelas organizações criminosas que a PEC da Segurança Pública visa a combater. E um debate dessa seriedade, por óbvio, não pode ser travado sob o calor de uma eleição presidencial.

Há estudiosos muito sérios que consideram a legislação penal desatualizada e veem na redução da maioria penal um instrumento adequado para combater a violência e impedir a reincidência. Há outros especialistas, igualmente qualificados e honestos, que alertam para o risco de entregar nas mãos dos facínoras que lideram máfias como o PCC e o CV “soldados”, por assim dizer, cada vez mais jovens e impetuosos. Ademais, um debate sério sobre o tema não pode escapar do contraste com a realidade: crimes hediondos cometidos por adolescentes não deixam de ser hediondos porque seu autor não é maior de idade, mas as causas da violência no Brasil não dizem respeito à faixa etária dos criminosos.

A redução da maioria

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Parte apelou para o catastrofismo e outros distorceram fatos, surfando em temas sensíveis na sociedade brasileira, como autismo, Pix e o Sistema Único de Saúde.

dade penal precisa ser tratada como política de Estado, não como peça de propaganda eleitoral. É assunto seriíssimo, que não pode ser esgotado ao sabor das pesquisas nem contrabandeado na undécima hora em uma emenda à Constituição que tem outros propósitos. O relator da PEC da Segurança Pública, senador Rogério Carvalho (PT-SE), apontou o caminho correto: as emendas sobre redução da maioria penal devem ter rito legislativo autônomo. Que assim seja, com debates nas comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado, audiências públicas com participação da sociedade civil e escuta de médicos, psicólogos, sociólogos e juristas favoráveis e contrários à medida. Só assim o Congresso poderá deliberar sobre uma proposta que muda a vida nacional em múltiplas dimensões com base em evidências,

não no medo dos cidadãos nem no interesse eleitoral dos candidatos à Presidência da República.

Quem quer que vença a eleição presidencial terá de enfrentar o crime organizado com firmeza, seriedade e espírito público, não com arroubos nem desvios de atenção. Para isso, a PEC da Segurança Pública precisa voltar à pauta livre de contaminações e livre do populismo penal que, por ora, a interditou. Como já sublinhamos neste espaço não poucas vezes, não se provê segurança aos cidadãos na base do improvisado ou do partidário ideológico. Políticas de segurança pública aptas a produzir os resultados que delas se esperam são fruto de estudo e debate. O Brasil já perdeu tempo demais com bravatas e soluções fáceis – e inócuas – que, até agora, só fortaleceram o crime organizado. (Editorial publicado em O Estado de S. Paulo)

Maioridade penal: regra defendida por Lula atingiria 10% dos internos entre 16 e 18 anos.

A proposta defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de reduzir a maioridade penal, alcançaria cerca de 10% dos adolescentes internados atualmente. O petista propõe 16 anos, exclusivamente para crimes hediondos, enquanto o PL, do presidenciável Flávio Bolsonaro, defende regra mais rígida: redução geral para 16 anos, e de 14 anos em casos de crimes graves. Entre os 12,5 mil adolescentes e jovens que cumprem medidas de internação ou semiliberdade hoje no Brasil, 1,3 mil (10%) se enquadrariam na proposta de Lula ante 7,2 mil (57%) nos critérios defendidos pelo candidato do PL.

As estimativas foram feitas pela Rede Feminina de Estudos de Violência, Justiça e Prisões (Rede Femjusp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenada pela professora Ludmila Ribeiro, com base no Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) de 2025.

De acordo com os dados do Sinase, mais da metade tinha entre 16 e 17 anos. Outros 27% tinham entre 18 e 21 anos e cumpriam medidas por atos infracionais cometidos antes de completar 18 anos. Já a faixa de 14 a 15 anos reunia 16% do total. As estatísticas mostram a idade dos jovens na época da elaboração do relatório, e não quando o crime foi cometido.

As estimativas da Rede Femjusp variam de acordo com a abrangência dos crimes considerados hediondos. Embora o roubo não seja, por si só, classificado dessa forma, algumas modalidades passaram a integrar a lista após o Pacote Anticrime,

de 2019. É o caso de roubos com emprego de arma de fogo, restrição da liberdade da vítima ou que resultem em lesão corporal grave ou morte.

O tráfico de drogas, por sua vez, é equiparado a crime hediondo pela Constituição e recebe tratamento jurídico semelhante, embora não seja classificado formalmente. Já a Lei Antifacção, sancionada este ano, criou o crime de domínio social estruturado praticado por facção e o incluiu entre os crimes hediondos.

O levantamento do Sinase, porém, não discrimina as modalidades de roubo nem os tipos de tráfico atribuídos aos adolescentes. Esses dois crimes, somados, representam mais da metade do total. Por isso, não é possível identificar com precisão quantos jovens se enquadrariam nas hipóteses previstas nas propostas.

Em um cenário mais abrangente, que considera todos os casos de roubo e de tráfico, a estimativa é de que 5,5 mil jovens a partir dos 16 anos seriam alcançados pela proposta de Lula, enquanto 8,5 mil a partir dos 14 anos se enquadrariam na de Flávio.

No sistema socioeducativo, o tráfico é tratado como ato de menor gravidade. A Súmula 492 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) diz que o ato infracional análogo ao tráfico, por si só, não leva obrigatoriamente à internação.

Pela legislação atual, menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e não respondem como adultos perante a Justiça criminal comum. A partir dos 12 anos, porém, adolescentes podem ser responsabilizados por atos infracionais e submetidos a medidas socioeduca-

Marcelo Camargo/Agência Brasil



As estatísticas mostram a idade dos jovens na época da elaboração do relatório, e não quando o crime foi cometido.

tivas, que incluem prestação de serviços à comunidade, semiliberdade e internação. Esta última deve ocorrer em unidade exclusiva para adolescentes e pode durar, no máximo, três anos.

A redução da maioridade penal é um dos pilares da campanha de Flávio. No Senado, o candidato apresentou em 2019 Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para implementar a medida. A matéria continua em tramitação.

Eficácia questionada

Professor de Direito Penal e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Maurício Stegemann afirma que a redução da maioridade penal fere o marco constitucional e legal de defesa da infância e da adolescência:

"As duas propostas são inaceitáveis e significam a disposição de violar direitos fundamentais assegurados a crianças e adolescentes em troca de votos mobilizados a partir de um raciocínio simplista e desinformado."

Carolina Grillo, coordenadora do Grupo de Estudos

dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF), diz que reduzir a idade não é suficiente para diminuir a criminalidade, e o enfrentamento passa por ações de investigação e inteligência policial.

"Não existe nenhuma pesquisa acadêmica no mundo que sustente que isso pode ser uma boa alternativa para a segurança pública", diz.

As propostas dos dois candidatos se confrontam com um cenário de redução das internações socioeducativas, embora a tendência não seja uniforme entre os estados. O número de adolescentes em cumprimento de medidas em regime fechado no Brasil caiu, entre 2018 e 2025, de 24.510 para 12.203, segundo o 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Considerando a população de 12 a 20 anos, a taxa recuou de 84,2 para 50,7 adolescentes por 100 mil habitantes no período. Após anos de queda, porém, o total nacional voltou a crescer nos dois últimos anos da série. (Com informações do jornal O Globo)

Mudança de posição sobre maioria penal constrange a esquerda.

A posição assumida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de defender a redução da maioria penal gerou constrangimento entre integrantes do PT e entidades que apoiam sua candidatura à reeleição e são contrários à medida, mas evitam criticá-lo em plena campanha à reeleição. Petistas que já votaram contra essa proposta, como o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), e o candidato do partido ao governo de Minas Gerais, Patrus Ananias, silenciaram na sexta-feira. Já a União Nacional dos Estudantes (UNE), que vem organizando manifestações pró-reeleição de Lula, divulgou nota criticando a redução da maioria, mas atribuindo a ideia ao PL, partido do presidenciável Flávio Bolsonaro.

Na campanha de Flávio, aliados preparam uma ofensiva contra Lula para explorar sua mudança de posição sobre a redução da maioria. O candidato do PL ironizou a mudança. A estratégia deve ser levada ao debate da Band, quando o senador pretende questionar por que a proposta não avançou durante os governos petistas e passou a ser admitida pelo presidente apenas na reta final do segundo turno. O tema também será explorado nas redes sociais.

A guinada de Lula, que no passado recente declarava ser contrário a essa redução, foi vista por aliados como uma espécie de vacina para não deixar Flávio surfar no tema, que conta com apoio popular, de acordo com pesquisas. Esta inflexão do presidente foi incentivada por lideranças petistas do Nordeste

que assumiram a coordenação da campanha de Lula no segundo turno, como os ex-ministros Rui Costa e Camilo Santana e o governador do Piauí, Rafael Fonteles. Essa ala do PT já vinha defendendo publicamente que o partido adotasse posição mais dura na área da segurança pública, rivalizando com o discurso da direita, que costuma ter vies mais punitivista.

Lula defendeu a redução da maioria penal para 16 anos, no caso de crimes hediondos, ao ser questionado em entrevista à TV Globo sobre proposta nesse sentido apresentada por Camilo, no Senado, durante a tramitação da PEC da Segurança. O presidente disse que a sugestão de Camilo é preferível a uma outra emenda à PEC, mais ampla, apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), que buscava reduzir a maioria para 14 anos e aplicar a regra a outros tipos de crime, como tráfico de drogas, que a legislação atual não prevê como “hediondos”.

Até então, as declarações públicas de Lula sobre o tema iam na contramão da proposta que ele defendeu à TV Globo. Em 2015, Lula criticou duramente uma manobra do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para aprovar uma PEC de redução da maioria penal para crimes hediondos. A proposta acabou arquivada no Senado; hoje, porém, outra PEC com escopo semelhante está em tramitação na Câmara.

— Será que o Estado brasileiro cumpriu com as suas obrigações com os jovens de 16 e 17 anos? O Estado não cumpriu, mas resolve acabar com a violência colocando moleque

ABr



Lula defendeu a redução da maioria penal para 16 anos, no caso de crimes hediondos, ao ser questionado em entrevista à TV Globo sobre proposta nesse sentido apresentada por Camilo, no Senado, durante a tramitação da PEC da Segurança.

na cadeia. E eu acho que essa menina está precisando de oportunidade — disse Lula na ocasião, num evento organizado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), que é contra a redução da maioria.

Contrariedade na Câmara

Durante a tramitação da PEC da Segurança neste ano, a bancada do PT na Câmara se manifestou mais de uma vez contra a sugestão do então relator, o deputado Mendonça Filho (PL-PE), de submeter a redução da maioria penal para 16 anos a um plebiscito. Em fevereiro, por exemplo, a bancada petista divulgou nota afirmando que “hoje se plebiscitam garantias da juventude; amanhã, liberdades civis, direitos trabalhistas e até o próprio regime democrático”. O líder do partido na Câmara, Pedro Uczai, chamou de “irresponsabilidade histórica” e “populismo” discutir esse tema em ano eleitoral.

Meses depois, em junho, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou o relatório de uma PEC específica para redução da maioria penal. O

texto, que agora está sendo analisado em comissão especial, busca mudar o artigo da Constituição que considera “penalmente inimpuníveis os menores de dezoito anos”, reduzindo esse marco para “dezesesseis anos (...) em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte”.

A bancada do PT ficou contra a proposta na CCJ, e o deputado Patrus Ananias apresentou voto no qual considerou “inadmissível” essa modificação, “por representar restrição a uma garantia fundamental e afrontar cláusula pétrea” da Constituição. O Ministério dos Direitos Humanos do governo Lula adotou posicionamento similar e chamou a medida de inconstitucional.

Procurados, Patrus e Uczai não retornaram os contatos. Em suas redes sociais, eles evitaram comentar a discussão sobre maioria penal e fizeram postagens sobre a aprovação do fim da escala 6x1. (Com informações do portal O Globo)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil alerta que redução da maioridade penal e encarceramento precoce podem ampliar exclusão.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reafirmou sua posição contrária à redução da maioridade penal e alertou que o encarceramento precoce de adolescentes pode ampliar a violência. A manifestação, dirigida ao Congresso, ocorre um dia após a inclusão do tema na PEC da Segurança e em meio à defesa da medida pelos presidentes Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). Candidato à reeleição, Lula passou a apoiar a redução para crimes hediondos, contrariando sua posição histórica e a do partido. As propostas em debate preveem a responsabilização penal de adolescentes a partir dos 16 anos ou, em determinados casos, dos 14.

A CNBB voltou a publicar em seu site, a carta enviada aos parlamentares em 26 de junho, na qual argumenta que a redução da maioridade penal não enfrenta as causas da violência nem oferece respostas duradouras para a segurança pública. Para os bispos, o país deve priorizar investimentos em educação, proteção social e oportunidades para os jovens.

“O Brasil será mais seguro se investir na proteção, na educação e na promoção de sua juventude, e não ampliando o encarceramento precoce de adolescentes”, afirma um dos trechos do documento.

A entidade ressalta

ainda que a legislação brasileira já prevê a responsabilização de adolescentes por meio das medidas socioeducativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Segundo a CNBB, o principal problema está na aplicação dessas medidas e na falta de investimentos em políticas públicas.

Na carta, os bispos pedem ao Congresso que priorize a educação de qualidade, o fortalecimento das famílias, a proteção da infância e da adolescência e a ampliação de oportunidades para os jovens, além do aperfeiçoamento do sistema socioeducativo.

Propostas reacendem discussão

O debate sobre a redução da maioridade penal voltou à pauta durante as discussões da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O senador Rogério Marinho (PL-RN) apresentou uma emenda para reduzir a idade penal de 18 para 14 anos em casos de crimes hediondos. Em resposta, o líder do PT no Senado, Camilo Santana (CE), propôs a redução para 16 anos nas mesmas circunstâncias.

Ao comentar a iniciativa de Camilo Santana em entrevista à TV Globo nesta quinta-feira (15), o presidente Luiz Inácio Lula da

Niels Andreas/AE



A CNBB voltou a publicar em seu site, a carta enviada aos parlamentares em 26 de junho, na qual argumenta que a redução da maioridade penal não enfrenta as causas da violência nem oferece respostas duradouras para a segurança pública.

Silva (PT), candidato à reeleição, declarou apoio à mudança:

— Em todo e qualquer crime hediondo eu sou a favor de reduzir a maioridade penal — afirmou.

A declaração contrasta com a posição historicamente defendida por Lula e pelo PT. Em julho de 2015, durante um evento da Federação Única dos Petroleiros (FUP), em Guararema (SP), o então ex-presidente criticou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de uma proposta que previa reduzir de 18 para 16 anos a maioridade penal em casos específicos. Na ocasião, questionou se o Estado brasileiro havia cumprido suas obrigações com os jovens antes de defender o encarceramento:

— O Estado, que não cumpriu com as suas obrigações, resolve acabar com a violência colocando moleque na cadeia —

disse.

Segundo relatos de integrantes da campanha à reeleição, a declaração recente foi vista por aliados como uma tentativa de encerrar a discussão e evitar que o presidente fosse pressionado pelo adversário Flávio Bolsonaro (PL). A avaliação, atribuída a membros da campanha, é de que Lula procurou apresentar sua posição como pessoal, sem vinculá-la formalmente ao partido ou ao governo.

A PEC da Segurança Pública foi aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados, mas não chegou a ser votada no Senado após o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), retirar a proposta da pauta. (Com informações do portal O Globo)

Do salário mínimo ao Bolsa Família: Lula e Flávio apresentam divergências sobre benefícios sociais e trabalho.

A taxa de desemprego brasileira está no menor patamar desde 2012, quando começou a série histórica do IBGE, e a parcela da população em extrema pobreza nunca esteve tão baixa.

Nesse contexto, o programa Bolsa Família, que alcança 19,3 milhões de domicílios, o reajuste acima da inflação do salário mínimo e o fim da jornada 6x1, aprovada pelo Senado e já promulgada, tomaram os debates na campanha eleitoral para a Presidência.

Dúvida

Flávio Bolsonaro, candidato a presidente, tem declarado em entrevistas que vai manter o reajuste real do salário mínimo, medida que o seu pai, Jair, não adotou durante sua gestão. Apesar de não haver menção sobre isso no seu plano de governo, a campanha do candidato reiterou esse compromisso: “O salário mínimo será reajustado acima da inflação para repor as perdas ocasionadas pelo caos econômico do governo Lula”, informou.

No programa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, essa menção é explícita para manter a prática do governo atual:

“Vamos dar continuidade à política de valorização do salário mínimo como meio de distribuição de renda, combate à pobreza e desenvolvimento, assim como asseguramos aumento real todos os anos, e isso também será prioridade no nosso novo

mandato”.

O piso salarial é parte importante na base dos programas sociais, por ser a referência das aposentadorias e pensões e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ambas as campanhas, além de prometer manter a valorização do mínimo, dizem que vão assegurar a vinculação dos benefícios ao piso. Para especialistas, falta aos programas alguma inovação na política social. O economista Ricardo Henriques, um dos formuladores do Bolsa Família e superintender do Instituto Unibanco, destaca essa omissão:

“Falta uma agenda específica no conteúdo e na forma de implementação para os vulneráveis. Não há inovação, mas há ausência na proposta do senador. Causa espécie o plano não fazer nenhuma menção explícita aos programas. Essa omissão é um sintoma que merece gerar alguma atenção da sociedade.”

Esta é a última reportagem de uma série sobre temas econômicos nas eleições, que já abordaram contas públicas, comércio exterior, petróleo e energia, inteligência artificial e agronegócio.

O programa do candidato do PL promete manter as iniciativas sociais existentes, apesar de não citá-las. A campanha de Flávio criou um site no qual os benefícios são mencionados, mas somente com a informação sobre a manutenção do Bolsa Família, do BPC e do Pé-de-Meia

Reprodução



Ambas as campanhas, além de prometer manter a valorização do mínimo, dizem que vão assegurar a vinculação dos benefícios ao piso.

(auxílio a estudantes).

“O desafio segue muito grande. A vantagem do Brasil frente aos grandes países é que já temos instituída uma agenda social. Isso está consolidado. A questão agora é como aperfeiçoá-la. O Bolsa Família requer melhoramentos”, afirma Henriques.

O benefício foi reajustado em 15% em meados de setembro, mas especialistas alertaram para a necessidade de revisar o modelo, principalmente o fato de não ser calculado per capita.

“Obra de ficção”

O economista Gabriel Ulyssea, professor da University College London, diz que as propostas de Flávio de manutenção de programas sociais e valorização do mínimo não conversam com a promessa de fazer “um tesourinho” de R\$ 200 bilhões nos gastos públicos. O salário mínimo é um dos principais indexadores das despesas do governo.

“O plano parece uma grande obra de ficção.

Promete fazer um ajuste radical, reduzir impostos em várias dimensões, gastar mais em programas sociais, treinamento e financiamento de obras de transporte nos estados e nas cidades. Essa conta não fecha”, diz Ulyssea.

No âmbito do mercado de trabalho, as discussões sobre o fim da jornada 6x1 se intensificaram esta semana. Flávio, até poucos dias antes da votação no Senado, evitava declarar como votaria. Defendia a proposta contida no seu plano de governo de jornada flexível, confirmada pela campanha, citando uma declaração do candidato do PL:

“Quem quiser trabalhar no sistema que está, vai continuar, mas vai ter a possibilidade de trabalhar, com todos os direitos trabalhistas garantidos, com a jornada que for possível. Vamos dar liberdade para que as pessoas possam escolher a sua carga horária de trabalho”. (Com informações do jornal O Globo)

Polícia Federal aponta divergência "severa" entre recursos enviados ao exterior e os que retornaram ao Brasil para produção de filme sobre Jair Bolsonaro.

A Polícia Federal (PF) apontou a existência de "divergência contábil severa" nos documentos apresentados pela produtora de Dark Horse, cinebiografia acerca do ex-presidente Jair Bolsonaro, sobre os valores enviados para fora do Brasil através do fundo Havengate e que retornaram ao país.

Segundo a PF, saíram do país mais de US\$ 12 milhões e foi registrada a entrada no Brasil de US\$ 2,8 milhões.

De acordo com as investigações, o dinheiro saiu de uma empresa ligada ao ex-dono do Banco Master Daniel Vorcaro, a Entre Investimentos, e foi para um fundo nos Estados Unidos: o Havengate, administrado por Paulo Calixto, advogado do ex-deputado Eduardo Bolsonaro.

"Torna-se, portanto, indispensável submeter todo o acervo documental e bancário a um rigoroso exame pericial

Divulgação



Segundo a PF, saíram do país mais de US\$ 12 milhões e foi registrada a entrada no Brasil de US\$ 2,8 milhões.

forense para confrontar os aportes internacionais, a contabilidade da produtora brasileira e o lastro das despesas declaradas".

Um das linhas de investigação questionam se os valores enviados pela Entre Investimentos ao fundo Havengate foram de fato usados para financiar o filme ou se o filme "serviu como narrativa de cobertura para a ocultação, simulação e desvio de recursos".

Na sexta-feira (16), a Polícia Federal pediu ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que prorogue por 90 dias a investigação sobre o financiamento do

filme "Dark Horse". A PF investiga os pagamentos feitos pelo ex-dono do Banco Master Daniel Vorcaro e o papel do candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, no financiamento do filme.

Junto com o pedido, a Polícia Federal também entregou documentos para justificar a prorrogação da investigação, entre eles, o que apontam diferenças nos valores que saíram e retornaram ao país para a produção do filme.

Em junho deste ano, a produtora Go UP Entertainment, responsável pelo filme "Dark Horse", declarou que o longametragem custou ao

menos R\$ 75,1 milhões, segundo documento anexado ao inquérito da Polícia Civil que investiga a empresária Karina Ferreira da Gama, dona da empresa.

Segundo o documento anexado ao inquérito, R\$ 54 milhões desse montante declarado foram gastos no exterior e R\$ 20,9 milhões, no Brasil.

Em nota, a defesa da produtora GoUP afirmou que "a perícia irá revelar a lisura e legalidade de todas as captações do financiamento desta obra extraordinária em apoio a esta iniciativa histórica de minha cliente GO UP". (Com informações do portal g1)

Se eleito, Flávio só poderá responder por investigações após fim do mandato presidencial.

Caso o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) saia vitorioso das urnas no próximo dia 25 de outubro e passe a ocupar o Palácio do Planalto em 2027, as investigações abertas contra ele na esteira do escândalo do Banco Master poderão prosseguir, mas a Constituição não permite que presidentes da República sejam responsabilizados por atos não relacionados ao mandato.

Flávio é investigado pela Polícia Federal (PF) em duas frentes. Primeiro, ele está no centro de um inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) que apura se houve lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção e organização criminosa no financiamento do filme “Dark Horse” por Daniel Vercaro, ex-dono do Master. O senador também é alvo de uma investigação que analisa o financiamento de uma mansão, pelo Banco de Brasília (BRB), comprada pelo senador na capital federal.

Segundo juristas, como esses atos aconteceram antes de Flávio assumir um eventual mandato de presidente, ele não poderia ser penalizado caso as investigações concluam que houve cometimento de crimes. Segundo o professor de direito constitucional da Universidade de São Paulo, Elival Ramos, chefes do Executivo só podem ser responsabilizados por crimes que envolvam o cargo.

“Há um dispositivo na Constituição que prevê que o presidente não pode ser responsabilizado por crimes estranhos ao exercício da função durante o exercício

do mandato. Ele pode ser processado por um crime relacionado ao exercício da função, claro, mas deveria haver a autorização da Câmara dos Deputados”, explica Ramos.

As investigações, contudo, poderiam seguir normalmente, de acordo com o jurista. Isso se deve ao fato, principalmente, de essa apuração já ter sido autorizada pelo ministro relator do caso Master no STF, André Mendonça.

“O inquérito vai seguir. O inquérito vai seguir normalmente e, se concluir que de fato há indícios da prática de crime, esse material vai ficar aguardando os quatro anos do exercício do mandato. Não pode haver denúncia contra ele. Não pode haver processo judicial. Assim que terminar o mandato, o processo é retomado”, diz o professor.

A manutenção da tramitação do inquérito decorre de um entendimento anterior no Supremo, que em outros casos permitiu abertura ou a continuidade das apurações dos mandatórios que ocuparam a Presidência. Na jurisprudência em questão, segundo o advogado criminalista Jerônimo Pinho, os ministros Edson Fachin e Celso de Mello permitiram, respectivamente, que Michel Temer e Jair Bolsonaro fossem investigados por acontecimentos não relacionados ao posto de chefe de Executivo.

“A Constituição traz uma imunidade processual em relação à ação penal, e não ao inquérito policial. Tem um caso que o Fachin fala

Reprodução de TV



Flávio é investigado pela Polícia Federal (PF) em duas frentes.

que o Temer pode ser investigado em uma apuração envolvendo propina com o então PMDB e a Odebrecht e, também, um inquérito que o Celso de Mello decide que o Bolsonaro, junto com Sergio Moro, pode ser investigado por prevaricação e tentativa de atrapalhar investigações”, diz o advogado.

Assim como afirmou Ramos, Rubens Beçak, professor de direito constitucional da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto, entende que a imunidade atribuída ao presidente da República impede uma das primeiras etapas da ação penal: a denúncia. Isso acontece quando a PF solicita a manifestação do Ministério Público sobre a investigação.

“Se a investigação chegar em elementos que peça a manifestação do Ministério Público, se isso vai abrir efetivamente uma denúncia, isso estaria paralisado durante o mandato do presidente, os quatro anos”, avalia Beçak. Para o professor, o período em que o

mandato manteve essa investigação paralisada não deve contar no tempo de prescrição dos crimes.

A investigação envolvendo Flávio no caso “Dark Horse” foi aberta pela PF em julho com a autorização de Mendonça, mas só veio à tona após a derrubada do sigilo do material dos inquéritos das fraudes no Banco Master em setembro.

De acordo com a corporação, o senador foi “interlocutor direto” de Vercaro para obter os repasses milionários para o financiamento do longa-metragem sobre a vida de Jair Bolsonaro. O presidencialista do PL nega ter cometido qualquer irregularidade e alega que a relação dele com o ex-banqueiro tratou somente de investimentos de interesses privados.

Já o empréstimo concedido a Flávio é um dos focos do inquérito que investiga Vercaro e a relação do Master com a instituição financeira de Brasília. (Com informações do Valor Econômico)

Flávio evitou precisar qual será a influência de seu pai em um eventual governo, mas indicou que buscará se aconselhar com ele.

Em entrevista Globo, o presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) afirmou ter mudado de opinião e decidido apoiar o fim da escala 6x1 por conta da campanha eleitoral. Disse ainda que “não está no radar” oferecer um cargo em um eventual governo ao pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, atualmente em prisão domiciliar. Flávio não descartou de forma taxativa uma participação do pai na sua gestão; por outro lado, negou a hipótese de o irmão, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro, assumir o posto de chanceler. Buscando se esquivar de maiores esclarecimentos sobre sua relação com o banqueiro Daniel Vercaro e sobre inconsistências em propostas de ajuste fiscal, o candidato procurou redirecionar essas cobranças ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Flávio fez uma série de promessas com apelo eleitoral, como a de não reverter o fim da escala 6x1, cuja emenda constitucional foi promulgada ontem pelo Congresso. Embora se opusesse inicialmente à medida, ele votou a favor no Senado nesta semana, às vésperas do segundo turno.

— Rodei o Brasil inteiro, ouvi muitos trabalhadores. Como ouvi que muitos estavam favoráveis ao fim da escala 6x1, eu votei de acordo com a maioria — afirmou. Não vou (reverter). Foi uma decisão do Congresso Nacional. Então, da minha parte, nenhum questionamento.

Flávio afirmou que manterá o reajuste acima da inflação do salário mínimo, e a vinculação deste com a correção das aposentadorias, além de manter os pisos de investimento anual em saúde e educação. Questionado sobre como entre-

gar um ajuste fiscal de R\$ 200 bilhões, prometido por seus assessores econômicos, sem mexer nesses três pilares, o presidenciável do PL fez propostas genéricas, como a de cortar dez ministérios, e projetou “receitas novas” com a exploração de petróleo na Margem Equatorial, projetado para só começar na prática em 2033 — depois, portanto, do próximo mandato presidencial. Flávio reafirmou que não disputará a reeleição, mesmo que o mandato seja mantido em quatro anos. Ele alegou ainda que o “maior ajuste fiscal é tirar o Lula”.

Em mais de um momento, ao ser instado a explicar propostas e posicionamentos públicos, o candidato optou por criticar o atual presidente. Ao ser lembrado, por exemplo, sobre o episódio em que Bolsonaro admitiu, em uma reunião ministerial gravada, que desejava interferir na Polícia Federal, Flávio minimizou a declaração do pai e acusou Lula de colocar “um amigo dele na direção da PF”.

Flávio evitou precisar qual será a influência de Bolsonaro em um eventual governo, e indicou que buscará se aconselhar com ele.

— O presidente Bolsonaro nunca tratou de cargo comigo. Não está no radar — afirmou Flávio, que depois descartou nomear o irmão ministro das Relações Exteriores. — Eduardo não vai ser meu chanceler. Ele é um perseguido político que está denunciando as arbitrariedades que existem aqui no Brasil.

Desvio de perguntas

Flávio chegou a ser advertido pela entrevistadora, a jornalista Renata Lo Prete,

TV Globo/Manoella Mello



Flávio foi sabatinado pela jornalista Renata Lo Prete na noite de sexta (16).

por desviar do assunto de perguntas. O presidenciável do PL evitou responder inicialmente, por exemplo, sobre uma proposta defendida por ele no Congresso para retirar a marcação de munições de armas de fogo de forças de segurança, medida criticada por especialistas por abrir brecha para desvio de material para o crime organizado. Ao ser instado a esclarecer o assunto, Flávio disse que a proposta era um “detalhezinho” e uma “coisa muito menor ante o problema que o Brasil tem”.

Flávio chamou de “teses malucas” o argumento de que o aumento da quantidade de armas de fogo tende a elevar índices de violência; pesquisa Quaest divulgada em setembro, porém, indicou que a maioria dos brasileiros considera que limitar o acesso a armas melhora a segurança pública. Ao defender sua posição sobre o assunto, Flávio argumentou que os eleitores que votarem nele “sabem exatamente o que estão levando”, e voltou a buscar um contraponto com Lula, acusando o atual presidente de mudar seus posicionamentos sobre determinados temas às vés-

peras da eleição.

— Hoje o Estatuto do Desarmamento proíbe o cidadão comum de se defender e autoriza marginais a comprarem armas de guerra — alegou.

A exemplo de entrevistas anteriores, Flávio disse já ter prestado as explicações necessárias sobre sua negociação com Vercaro, dono do Banco Master, para o aporte de até R\$ 134 milhões a pretexto de financiar o filme “Dark horse”, em homenagem ao pai. O candidato do PL buscou comparar esta situação com contratos de patrocínio do Master com o grupo Globo, mas foi lembrado pela entrevistadora que, neste caso, os contratos “obedeceram a regras de transparência” e não tiveram “qualquer relação com a linha editorial” dos veículos jornalísticos. O contrato negociado por Flávio com Vercaro, por outro lado, só veio à tona após reportagem do portal Intercept Brasil, e sua existência chegou a ser negada pelo presidenciável do PL, que depois teve que admiti-lo. (Com informações do portal O Globo)

Agronegócio de olho no ministério do Meio Ambiente e de Minas e Energia em eventual governo Flávio Bolsonaro.

A pesar de a campanha presidencial seguir nas ruas, numa acirrada disputa por votos na reta final do segundo turno, representantes de diferentes segmentos políticos e econômicos se mobilizam para emplacar indicados em um eventual governo de Flávio Bolsonaro (PL), tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Um dos mais ativos é o agronegócio. O setor tem inúmeros nomes, não apenas para o Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária). Há movimentos no agro para tentar emplacar indicados também no Ministério do Meio Ambiente e no MME (Ministério de Minas e Energia), sob o argumento de que ambas as pastas interagem com o agronegócio.

As lideranças políticas do setor tentam montar um xadrez político de olho no Executivo e no Legislativo.

Para o Mapa, a disputa é acirrada. O favorito é o deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), mais conhecida como bancada ruralista, que apoiou Flávio.

Também já foram citados o economista e produtor rural Geraldo Melo Filho, hoje secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, no governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), que é cogitado dentro das articulações com o MDB.

Na lista ainda estão Reinaldo Azambuja, ex-governador de Mato Grosso do Sul, e Mauro Mendes (União Brasil-MT), ex-prefeito de Cuiabá, ex-governador de Mato Grosso e senador eleito.

Mendes também é cotado para o MME. Engenheiro eletricista por forma-

ção, tem trânsito e interlocução com empresas de bio-combustíveis.

A dupla indicação também envolve articulações políticas. Sua ida para alguma pasta abriria caminho para empossar no Senado seu primeiro suplente, Cidinho Santos (PP-MT), que é próximo da família Bolsonaro e participou das articulações de apoio a Flávio em Mato Grosso.

Em outra frente, representantes do agronegócio argumentam que é importante ter no Ministério do Meio Ambiente alguém com quem possam dialogar. Um nome novo que surgiu foi o do deputado Zé Vitor (PL-MG), engenheiro agrônomo que participou de discussões legislativas envolvendo licenciamento ambiental, exploração de recursos naturais e transição energética.

Aqui, a sugestão faz parte de outro arranjo mais amplo. Zé Vitor está indicado para substituir Lupion na FPA. Se fosse para um ministério, esse posto poderia receber Azambuja.

Para o Meio Ambiente existe também movimentação para a volta de Joaquim Leite, ex-ministro da pasta no governo Jair Bolsonaro. Ricardo Salles, que também foi ministro na área, é outro nome.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) é vista como portavoza nata do agronegócio e boa opção como ministra no Mapa. Porém, há quem defenda que seja escalada na composição de forças no Senado para 2027.

O PL elegeu 19 senadores e deverá iniciar a próxima legislatura com uma bancada de 28 integrantes, a maior de um partido na Casa no início de uma legislatura desde a Constituição de 1988.

Existe a expectativa de

Reprodução



Para o Mapa, a disputa é acirrada. O favorito é o deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), presidente da FPA.

que a sigla busque a presidência do Senado, medindo forças com o atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que articula a reeleição com o apoio de Lula (PT), caso o petista vença a disputa presidencial.

Vitorioso nas urnas para seu primeiro mandato como senador, Arthur Lira (PP-AL) já indicou ter a intenção de disputar a presidência da Casa. Entre apoiadores de Flávio no agro, há quem defenda uma composição para a transição nessa presidência. Em um dos arranjos, Tereza Cristina poderia ficar na cadeira por um mandato e passaria o bastão para Lira na sequência.

O coordenador político de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), outro que poderia ficar na presidência, já é visto como forte candidato a ministro da Casa Civil em um eventual governo do PL.

Pessoas que acompanham a campanha afirmam que Flávio está focado em ganhar o pleito antes de definir nomes na Esplanada dos Ministérios, mas internamente já existem algumas sinalizações mais concretas.

Para o Ministério de Minas e Energia, ganhou muita força nos bastidores o nome

de Adriano Pires, coordenador da área de energia no programa de governo de Flávio. Pires é conhecido pela família e já foi indicado para a presidência da Petrobras, em 2022, pelo então presidente Jair Bolsonaro, mas acabou não assumindo depois de uma sequência de questionamentos.

Pires é fundador do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), consultoria especializada em petróleo, gás e eletricidade que atende várias empresas. Na sequência do anúncio de seu nome para a estatal, o Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) pediu que a indicação fosse condicionada à apuração de possíveis conflitos de interesses.

O Comitê de Pessoas da Petrobras também identificou riscos nessa linha. Uma semana depois da indicação, o próprio Pires desistiu do cargo, afirmando que não conseguiria se desligar de sua consultoria no prazo necessário. (Com informações da Folha de S. Paulo)

O PT deve apoiar a recondução do presidente do Senado ao cargo, diante de avanço do bolsonarismo na Casa.

Após revezes eleitorais no primeiro turno, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), voltaram a alinhar a relação com a votação de projetos importantes esta semana e a avaliação é que, diante do crescimento do PL na Casa, a união em torno da reeleição do parlamentar para o comando do Congresso no ano que vem é praticamente uma “questão de sobrevivência” para os dois grupos.

Com Alcolumbre no comando, o Senado aprovou na quarta-feira (14) a proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1, projeto que é considerado crucial para a campanha a reeleição de Lula. Também aprovou, na quinta-feira (15), o texto com benesses ao Microempreendedor Individual (MEI). A PEC da segurança pública, no entanto, não avançou diante do impasse em relação à redução da maioria penal.

No PT, já se fala que o apoio à reeleição de Alcolumbre deverá vir independentemente do resultado da eleição presidencial. Petistas dizem que é uma escolha pragmática: admitem que não só não há uma alternativa mais à esquerda para desafiar o atual chefe do Legislativo como apontam que, com a nova configuração do Congresso a partir do ano que vem, não se unir a ele seria dar uma chance

de vitória ao PL, que se tornará o maior partido da Casa.

Na nova configuração, o partido do senador Flávio Bolsonaro (PL) ficará com 28 cadeiras, muito acima do que todas as outras legendas - o PT, em segundo lugar, ocupará nove lugares, seguido pelo MDB, com oito. Para o partido de Lula, com a eventual reeleição do presidente, é indispensável que, em uma situação ainda mais adversa e conservadora do que a atual, o governo tenha, no mínimo, uma boa relação com o presidente da Casa.

Com Alcolumbre, dizem, a situação já está precificada. Por mais que tenham passado por rusgas, como a derrota da indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF) e o atraso para a votação da 6x1, petistas apontam que, quando se compromete, o atual presidente cumpre a palavra. Além disso, dizem que a relação é, no geral, proveitosa para o governo, que tem conseguido aprovar as pautas mais relevantes. Já um presidente do PL poderia boicotar as propostas do Executivo, argumentam.

Um cenário ainda pior, dizem, seria em caso de vitória de Flávio na corrida presidencial. Embora Alcolumbre não seja de esquerda nem alinhado ao petismo, ele poderia fazer, na visão do atual governo, uma compo-

Carlos Moura/Agência Senado



Com Alcolumbre no comando, o Senado aprovou na quarta-feira (14) a proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1, projeto que é considerado crucial para a campanha a reeleição de Lula.

ção ao centro, que englobasse a oposição e o Centrão, como uma “barreira” contra a extrema direita.

Se Alcolumbre aparece como a única opção viável para o campo lulista, o mesmo vale para o atual comandante do Senado. A eloquente derrota sofrida nas urnas do Amapá deixou Brasília como o último refúgio para o senador. A possibilidade de colocar em votação no Senado projetos que estavam na geladeira só se materializou após o resultado eleitoral.

Não por acaso, sua atuação na quarta foi amplamente elogiada pela bancada petista. Desde antes da votação, a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), falava em alto e bom som que confiava na palavra de Alcolumbre e que ele traria o apoio ao fim da escala 6x1 de parte considerável do Centrão, mesmo que o PL decidisse criar resistência, o que acabou não acontecendo.

O presidente do Senado compartilhou com Lula os dividendos políticos da aprovação da PEC. A promulgação do texto, que tem alto apelo popular, acontecerá na sexta-feira (16).

Caso o cenário seja de vitória de Lula na eleição presidencial, a avaliação é que aumentam as chances de Alcolumbre de se manter na cadeira. O crescimento do PL e do bolsonarismo no parlamento e nos Estados deixou o Centrão e a centro-direita contrariados. O PSD, de Gilberto Kassab, perdeu mais da metade das cadeiras: de 13 para cinco senadores. Mesmo opositores a Lula na Casa dizem concordar que manter Alcolumbre na presidência seria como um “freio de arrumação” para evitar a hegemonia bolsonarista. (Com informações do Valor Econômico)

Partidos União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB, Podemos, PSDB e Cidadania decidem manter seu bloco e encaminham reeleição de Hugo Motta na presidência da Câmara dos Deputados.

Os líderes da Câmara dos Deputados e dirigentes de partidos do Centrão decidiram em reunião, realizada na quarta-feira (14), manter o bloco na próxima Legislatura, que começa em fevereiro de 2027. As legendas também sinalizaram que irão “caminhar unidos” e apontaram que o atual presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), terá apoio para iniciar o diálogo em busca de sua reeleição.

Fazem parte desse bloco os partidos União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB, Podemos, PSDB e Cidadania.

“Nosso objetivo é dar continuidade ao trabalho que temos construído por uma Câmara plural, independente e aberta ao diálogo com todas as correntes políticas, garantindo espaço a todos os 513 deputados e avançando nas decisões importantes para o país. Com esse espírito de união, harmonia e compromisso, o bloco seguirá trabalhando de forma conjunta. O bloco também caminhará unido na eleição da Mesa Diretora do próximo ano. O presidente Hugo Motta terá nosso apoio para iniciar o diálogo em busca de convergência e unidade em torno de sua reeleição à Presidência da Câmara dos Deputados”, disse a nota assinada pelos líderes e dirigentes par-

tidários.

Além das legendas que compõem o bloco, o presidente do Solidariedade, Paulinho da Força, participou da reunião representando a federação Solidariedade-PRD. Lideranças do PDT também já demonstraram apoio à recondução de Motta.

“Conversamos com o presidente Hugo e temos total disposição para apoiá-lo. Não houve ainda deliberação formal, mas a tendência é essa sim”, declarou ao Valor o líder do PDT, deputado André Figueiredo (CE).

Motta vem buscando atrair apoio dos partidos de centro e também de esquerda para sua recondução em meio às especulações sobre a eleição para a Mesa Diretora da Câmara após o resultado do primeiro turno, quando o PL conquistou a maioria das cadeiras na Casa. O partido de direita elegeu 121 deputados, tornando-se a maior bancada da Câmara e passou a ventilar que apoiaria um nome alternativo ao de Motta para comandar a Casa.

Na terça-feira (13), Motta reuniu-se com o PSD e defendeu a manutenção do bloco de centro. “Esse bloco, antes de qualquer aspiração pessoal, representa a sobrevivência política para ocuparmos os postos-chave aqui na Casa”, afirmou o presi-

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Motta fez um gesto para aproximar os parlamentares do PSD e defendeu que o bloco político formado pelo Centrão seria uma ferramenta importante para a sobrevivência do polo político dentro da Casa.

dente aos parlamentares.

Ele citou como exemplo a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que hoje é presidida pelo PSD. “O deputado Domingos Neto preside essa comissão graças ao bloco parlamentar que foi formado no início da Legislatura que está terminando”, apontou.

Motta fez um gesto para aproximar os parlamentares do PSD e defendeu que o bloco político formado pelo Centrão seria uma ferramenta importante para a sobrevivência do polo político dentro da Casa.

O presidente da Câmara defendeu ainda que, a partir do bloco, será possível negociar posições da Mesa, das comissões permanentes, até as futuras relatorias e comissões especiais.

Apesar da resistência de parte expressiva da bancada do PL ao nome de Motta para presidir a

Casa, diante da sinalização de apoio do deputado ao candidato do PT na eleição nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, fez um acordo com o dirigente do Republicanos, Marcos Pereira, e trocou o apoio da sigla à Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno por votos no PL para a recondução de Motta.

Deputados da sigla, no entanto, defendem que por ter uma bancada expressiva, há direito de pleitear a presidência da Casa. Um dos principais nomes citados é o do deputado Altineu Côrtes (PL-RJ). Há ainda um mapeamento de quantas comissões o PL teria direito. (Com informações do Valor Econômico)

Chance de punição a Lula por causa dos pacotes de bondades no período eleitoral é remota, dizem especialistas.

Se por um lado divergem quanto a irregularidades no chamado pacote de bondade do presidente Lula (PT) durante o período eleitoral em que busca a reeleição, advogados entrevistados concordam em um ponto: o comportamento não deve gerar punição pela Justiça Eleitoral a ponto de tornar o petista inelegível por uso da máquina administrativa.

Eles apontam que, na prática, a Justiça Eleitoral acaba sendo mais rigorosa com prefeitos do que com governadores e presidentes da República em ações que investigam possível abuso de poder.

Entre as medidas avaliadas do governo Lula estão o reajuste de 15% no Bolsa Família e a desoneração dos impostos sobre combustíveis. Além disso, houve o anúncio feito pelo presidente de que enviaria ao Congresso um projeto de lei prevendo o perdão integral das dívidas de 3,6 milhões de MEIs com a União e a ampliação do Pé-de-Meia para estudantes universitários —ambos dependem de aprovação do Congresso Nacional.

Opositores apontam também como medidas com potencial eleitoral a proibição das bets e o Desenrola 3.0, terceira fase do programa de renegociações de dívidas de pessoas físicas.

O advogado Alexandre Rollo, que já atuou como professor convidado da EJP (Escola Judiciária Eleitoral Paulista) do TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), considera que medidas apresentadas pelo governo durante o período eleitoral —como reajuste do Bolsa Família e suspensão de impostos federais sobre a gasolina— podem configurar irregularidades eleitorais

passíveis de punições como a cassação da candidatura, a condenação à inelegibilidade e até um processo por improbidade administrativa.

Ele aponta que o estado de São Paulo deve ter três eleições municipais suplementares neste ano por causa de prefeitos que tiveram seus registros cassados. Nas cidades de Macedônia, Martinópolis e Narangiba, os mandatários eleitos foram condenados por abuso do poder econômico e, nos dois primeiros casos, também poder político.

“A Justiça Eleitoral costuma ser muito mais rigorosa com prefeitos de cidades menores do que com os prefeitos de capitais, governadores e presidentes. Não se trata apenas da diferença de julgamento na primeira instância, porque depois o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantém as condenações”, afirma.

Ele acredita que a Justiça Eleitoral também acaba sendo mais rigorosa com prefeitos do que com governadores e presidentes da República.

Rollo cita como exemplo o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pai do senador Flávio Bolsonaro — adversário de Lula na eleição deste ano.

Em 2022, Bolsonaro conseguiu a aprovação no Congresso da chamada PEC Kamikaze, que decretou estado de emergência para driblar vedações da legislação eleitoral e liberar cerca de R\$ 41,2 bilhões fora do teto de gastos.

Os recursos foram utilizados para dobrar o valor do Auxílio Gás, criar um voucher de R\$ 1.000 para caminhoneiros autônomos, conceder auxílio financeiro para taxistas, além de prever recursos para compensar estados que reduzissem impostos (como o

Ricardo Stuckert/PR



Entre as medidas avaliadas do governo Lula estão o reajuste de 15% no Bolsa Família e a desoneração dos impostos sobre combustíveis.

ICMS) sobre combustíveis e etanol e aumento do Auxílio Brasil (nome dado pelo governo Bolsonaro para o Bolsa Família) de R\$ 400 para R\$ 600.

Bolsonaro não foi punido por essas medidas e acabou inelegível na Justiça Eleitoral, depois de perder as eleições, por conta de outras ações como a que analisava reunião com embaixadores estrangeiros com denúncias falsas sobre as urnas eletrônicas. Atualmente, o ex-presidente está inelegível também em razão da condenação criminal pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na trama golpista.

Em agosto de 2024, a PEC Kamikaze foi declarada inconstitucional pelo STF.

Para o professor de direito público e eleitoral da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) Carlos Gonçalves Junior, medidas que podem ser enquadradas como parte de um pacote de bondades precisam ser analisadas separadamente a depender de alguns aspectos.

“Algo que depende ainda de uma aprovação dentro do Congresso pode ser considerado quase como uma intenção ou promessa de campanha, porque só será pago em

2027 e ainda assim depois da tramitação na Câmara e no Senado”, exemplifica. Isso seria diferente de algo de benefício imediato.

Para ele, o sistema de reeleição facilita a manutenção no poder já que permite que os titulares do Poder Executivo permaneçam no cargo enquanto disputam as eleições. “É evidente que muitos prefeitos, governadores e presidentes deixam a ‘cereja do bolo’ de suas gestões para o último ano”, diz.

Gonçalves acredita que a situação cria a dificuldade de diferenciar uma medida que tem um objetivo “único e exclusivamente eleitoral” de decisões que envolvem promessas de campanha e o exercício do ato de governar.

“Além do ponto de vista jurídico, as medidas são submetidas ao eleitor, que pode avaliar se aquelas medidas são apenas para vencer a disputa eleitoral ou se elas fazem parte do programa de governo que elegeu aquele político na eleição anterior”, afirma. (Com informações da Folha de São Paulo)

Aliados de Flávio minimizam alcance de medidas populares de Lula.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, de propostas com caráter popular apresentadas pelo governo, como o fim da escala 6x1 e o aumento do limite de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI), tem sido minimizada por aliados do candidato da oposição ao Palácio do Planalto, Flávio Bolsonaro (PL). Esses aliados acreditam que as medidas não terão impacto na campanha e na opinião do eleitorado.

A leitura do núcleo duro bolsonarista é que os eleitores percebem as medidas como “desespero” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição, e que as propostas não convertem votos de indecisos para o petista, que já teria um eleitorado muito cristalizado.

Quadros expressivos do PL também modularam o discurso para satisfazer os eleitores de Flávio e aqueles que têm resistência a Lula. Mesmo com o candidato do PL votando no Senado a favor do fim da escala 6x1, eles têm defendido que a medida terá efeitos sobre as empresas, que serão repassados à população. Também dizem que as propostas visando os MEIs foram oportunistas, já que o governo não atendeu o pleito do segmento antes.

Na quinta-feira (15), Flávio ressaltou que, mesmo após a série de benesses do governo, ele próprio manteve a dianteira na pesquisa Datafolha. “Se a gente está na frente no Datafolha, pode ter certeza que é muito mais na frente - e mesmo com essas promessas vazias e mentirosas que o Lula está fazendo,

em um desespero total para tentar enganar tanta gente com coisas que a gente sabe que ele não vai entregar”, declarou em live nas redes sociais.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do fim da escala 6x1 foi aprovada na quarta-feira (14) pelo Senado. Já o projeto do governo que prevê o perdão para cerca de 3,6 milhões de MEIs na dívida ativa da União e aumenta o limite de faturamento passou rapidamente pela Câmara dos Deputados e do Senado esta semana.

Segundo fontes do PL, os levantamentos internos contratados pela sigla apontam que as pesquisas “estancaram”, e Flávio tem mantido a liderança para o segundo turno, apesar da ofensiva de Lula, que também se reorganizou nas redes e nas ruas.

Em relação à escala 6x1, o próprio candidato do PL foi obrigado a mudar o discurso sobre a redução da jornada e a votar favoravelmente à PEC. O senador vinha defendendo um modelo diferente da PEC do governo e criticava a proposta. O discurso anterior era em defesa de um texto alternativo que previa, entre outros pontos, remuneração proporcional por hora trabalhada, e liberdade para que trabalhadores e empregadores negociassem a jornada de trabalho.

“Estou rodando o Brasil, e a maioria dos trabalhadores brasileiros quer o fim da escala 6x1. Então, eu vou votar a favor do fim da escala 6x1”, disse antes da votação.

Fontes próximas à campanha viram a estratégia de

Ricardo Stuckert/Divulgação



Já em relação ao pacote de Lula que mira os microempreendedores, Flávio criticou o momento da proposta, atribuindo caráter eleitoreiro.

Flávio de declarar voto favorável à PEC do fim da escala 6x1 como “acertada” e de “contenção de danos”. Para elas, a matéria não deve ser decisiva na busca de Lula para virar votos, mas, caso o candidato bolsonarista votasse contra o texto, ele poderia ter dificuldades de sustentar o discurso de que se preocupa com o trabalhador.

Outro temor era que eventual voto contra o fim da escala 6x1 inflamasse as mobilizações da esquerda, na esteira da que reuniu milhares de pessoas na Avenida Paulista no fim de semana. Aliados de Flávio reconhecem que a direita bolsonarista está mais dispersa nesta eleição, diferentemente do que acontecia quando Jair Bolsonaro era candidato.

Após a aprovação do fim da escala 6x1, Flávio afirmou que será necessário estabelecer compensações para as empresas e acusou o governo Lula de provocar o endividamento das famílias e dificuldades financeiras para os empresários.

Já em relação ao pacote de Lula que mira os microempreendedores,

Flávio criticou o momento da proposta, atribuindo caráter eleitoreiro. “Ele (Lula) anuncia, achando que pode comprar os MEIs. Tudo a 12 dias das eleições. Por que não fez em quatro anos?”, criticou.

Durante as votações das propostas, parlamentares de partidos de direita aliados de Flávio, como os do partido Novo, acusaram o governo de populismo e de não ouvir o setor produtivo até poucos dias antes da eleição. Deputados do PL, no entanto, evitaram críticas vocais ou se posicionaram contra a proposta, diante do caráter popular e dos potenciais efeitos eleitorais das medidas.

A orientação era de cautela com os discursos, que deveriam ser focados no caráter eleitoreiro, devido ao momento em que os projetos foram apresentados pelo presidente, mas sem fazer críticas diretas ao teor das propostas. O discurso bolsonarista foi no sentido de tentar atrelar o pacote de bondades de Lula como um instrumento para “enganar” o povo. (Com informações do Valor Econômico)

Próxima "bondade" de Lula pode mirar a gigantesca torcida do Corinthians.

Em meio a uma série de promessas e projetos em uma tentativa de virar a situação eleitoral e vencer Flávio Bolsonaro (PL), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e integrantes de seu governo analisam uma tratativa que pode beneficiar um dos clubes com maior torcida no Brasil. O Corinthians tem 14% da torcida de futebol do país, segundo pesquisa Datafolha de julho deste ano, o que equivale a cerca de 30 milhões de adeptos. A tratativa, claro, envolve o uso de dinheiro estatal.

A direção do clube se reuniu em Brasília com diretores da Caixa Econômica Federal para avançar em um possível acordo de quitação da dívida do clube com o banco público, que gira em torno de 650 milhões de reais, relacionada ao custo da construção do estádio Arena Corinthians, no bairro de Itaquera, zona leste da capital paulista. O encontro contou com a presença de Guilherme Boulos, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência do governo petista, que, por sinal, é torcedor do Corinthians.

Ricardo Stuckert/PR



Os corintianos Boulos e Lula na Arena do clube, em 2024.

A reunião, segundo nota da Caixa, serviu para formalizar “a assinatura de um termo de confidencialidade. As tratativas permanecem em curso e as conversas seguem em um ambiente de cooperação, responsabilidade legal e transparência”. A intenção do clube paulistano é se livrar da dívida e conseguir equilibrar as finanças, em meio a uma crise dentro de campo que pode levar o clube do Parque São Jorge para a Série B em 2027. Uma das alternativas levantadas é permitir que o banco passe a ser detentor dos naming rights (direitos de nome) do estádio.

Outra opção para o Corinthians saldar a dívida milionária com a Caixa é estampar o nome do banco em seu uniforme, patrocí-

nio master, por pouco mais de dez anos. A dívida atual do clube é bilionária, a maior parte, no entanto, é com a Caixa. A expectativa da direção do clube é conseguir renegociar outras pendências a partir da quitação com a Caixa, o que causaria um alívio financeiro para o time.

O estádio na zona leste paulistana foi construído para receber jogos, o de abertura, por exemplo, da Copa do Mundo de 2014. Em 2025, a principal torcida organizada do Corinthians, a Gaviões da Fiel, realizou uma vaquinha online para conseguir fundos e ajudar na quitação do estádio. Foi encaminhado para a Caixa um valor próximo de 40 milhões de reais.

A Caixa e o Sport Club Corinthians Pau-

lista informam que avançaram nas conversas voltadas à avaliação de alternativas para o aprimoramento da relação entre as partes. Representantes das duas instituições se reuniram, em Brasília, em encontro que contou com a presença do ministro Guilherme Boulos, de dirigentes do banco, do presidente e de diretores do clube, além de integrantes da Gaviões da Fiel. Durante a reunião, a Caixa e o Corinthians formalizaram a assinatura de um termo de confidencialidade. As tratativas permanecem em curso e as conversas seguem em um ambiente de cooperação, responsabilidade legal e transparência. (Com informações da Veja)

Maioria entre eleitores de Flávio e de Lula defende reformas no Supremo: para 59%, ministro da corte deve ter mandato, 65% querem fim de decisões monocráticas e 52%, redução de foro.

A pauta da reforma do Supremo Tribunal Federal tem apoio majoritário entre os brasileiros. Para 59%, os ministros deveriam ter mandato, enquanto 65% querem o fim de decisões monocráticas para assuntos importantes e 52% defendem julgamentos de pessoas com foro especial em instâncias inferiores. É o que aponta pesquisa do Datafolha realizada nos dias 13 e 14 de outubro com 2.520 eleitores de 153 cidades. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos.

Desde que Jair Bolsonaro assumiu o poder em 2018, as críticas à cúpula do Judiciário ganharam o peso de uma pauta política sistemática. Hoje preso por tentativa de golpe de Estado após ter perdido a eleição para Lula (PT) em 2022, o ex-presidente manteve um choque constante com alas do STF.

Seu foco principal sempre foi Alexandre de Moraes, que já presidia o inquérito das fake news, tornado instrumento do combate às intencionalidades antidemocráticas do período bolsonarista e, depois, alvo de críticas por excessos e sua duração.

A atual crise no Supremo, devido ao envolvimento de Moraes

Antonio Augusto/STF



A atual crise no Supremo contaminou boa parte do primeiro turno da campanha presidencial.

e outros ministros com o ex-banqueiro Daniel Vercaro, contaminou boa parte do primeiro turno da campanha presidencial. A sessão que iria julgar a abertura de investigação do ministro, marcada por trocas de acusações inauditas na corte, está suspensa.

A grande quantidade de bolsonaristas eleitos para o Senado, Casa onde ministros do Supremo podem ser impedidos, levou o tema do impeachment deles e de outras mudanças no funcionamento do tribunal à ordem do dia.

O primogênito de Bolsonaro, o senador fluminense Flávio (PL), que disputa o segundo turno desta eleição com o presidente em condição de empate técnico, já anunciou que, se eleito, tentará promover as refor-

mas por meio de mudanças na Constituição.

Mesmo Lula, que alimentou uma aliança tática com a corte como forma de se contrapor a um Congresso hostil neste terceiro mandato, mudou o tom sobre o tema. Em entrevista, o presidente defendeu reformas no Supremo.

Quando se compara o eleitorado de ambos, só há diferença notável quando o tema é o mandato dos ministros.

Neste caso, 65% de quem apoia Flávio querem a mudança, ante 54% entre os lulistas. Hoje, um ministro entra com no mínimo 35 anos, mas só se aposenta aos 75. Nos dois outros itens, o apoio dos eleitores dos rivais se equivale dentro da margem de erro, em linha com a média da pesquisa.

Consideram que as decisões monocráticas, aquelas que os magistrados tomam sozinhos, deveriam ser avaliadas pelo plenário em casos importantes 64% dos bolsonaristas e 66% dos lulistas.

Já a ida dos casos envolvendo pessoas com o foro na corte para instâncias inferiores da Justiça é apoiada por 54% dos eleitores do senador, ante 51% entre quem declara voto em Lula.

Hoje o Supremo julga o presidente e o vice, ministros do governo, deputados federais, senadores, comandantes das Forças Armadas, chefes de missões diplomáticas, os próprios magistrados da corte e o procurador-geral da República. (Com informações da Agência Folhappress)

"Se um ministro do Supremo sofrer impeachment, os outros vão se enquadrar", diz senadora.

Eleita senadora pelo Distrito Federal com recorde de votos, a deputada federal Bia Kicis (PL) afirma que os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) vão se "enquadrar dentro do desenho constitucional" quando o primeiro deles sofrer impeachment. Bia diz que a fila deve começar pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe. Para ela, o novo Congresso não aceitará um acordo para que o magistrado renuncie ao cargo.

Bia Kicis (PL-DF), em entrevista ao jornal A Folha de S. Paulo, disse que o Congresso não pode tirar o foco de Moraes. "Eu acho que a gente precisa fazer o (impeachment) de um e ver o que acontece." A deputada também sugere aumentar a idade para ingresso no STF, criar mandato e impor uma regra de transição para os atuais, o que na prática pode levar à saída de parte dos dez magistrados que atualmente compõem a corte.

Bia defende ainda que o PL ocupe as presidências da Câmara e do Senado e afirma que não está preocupada com concentração de poder, caso o senador Flávio Bolsonaro (PL) também ganhe as eleições para presidente. Acompanhe abaixo a síntese da conversa.

A sra. é citada como ministra da Justiça ou advogada-geral da União em um eventual governo Flávio. Aceitaria? Não conversei sobre isso. Meu foco era ganhar a vaga do Senado, que é meu sonho. Se por acaso ele vier a me

convidar, não poderia recusar, mas eu preferia que isso acontecesse lá para frente porque quero ser senadora. Pode surgir um convite, sim, para assumir o Ministério da Justiça, até uma cadeira no Supremo. Eu estou apta a isso, as pessoas pedem muito. Nunca foi meu desejo, mas eu entendo que o Supremo é uma missão importantíssima. Alguém tem que estar lá para dar suporte ao ministro André, que está lutando quase sozinho para fazer justiça. Eu quero votar impeachment de ministro, anistia.

Há a possibilidade de o presidente Lula indicar um nome para o STF, mesmo derrotado, para tentar aprovar neste ano. O que acha dessa hipótese? Acho que ele vai tentar. Espero que o Senado não faça isso porque não faria o menor sentido um presidente que está saindo deixar mais um filho seu.

Impeachment estará na ordem do dia? Nós vamos trabalhar para isso. Foi para isso que o povo brasileiro elegeu Bia Kicis, Gustavo Gayer (GO), Carlos Jordy (RJ) e tantos outros. A gente tem que entender o momento. Seria uma covardia, uma traição ao povo brasileiro a gente recuar.

Hoje discutem apenas o impeachment de Moraes ou também o de outros? Tem que pensar no impeachment do Alexandre de Moraes, sem desprezar que poderão vir outros. Mas esse é o primeiro. Tem que ser feito, não é possível a corrupção, o envolvimento dele com criminosos.

É possível uma saída negociada, de ele renunciar ao cargo? Não, não é possível.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Senadora eleita defende criar mandato para ministros e elevar idade para o posto.

Ele pode renunciar, mas a gente vai continuar. Ele tem que responder pelos crimes que cometeu, que não foram poucos.

A sra. falou em começar por Moraes. Quem mais? A gente precisa fazer o de um e ver o que acontece. Desde 2016, quando eu comecei a ver os primeiros abusos, eu dizia: o Brasil só vai voltar à normalidade institucional no dia em que sair um ministro do Supremo pelo impeachment. E eu disse: se um for impichado, os outros vão se enquadrar. Ninguém aqui está querendo enquadrar ministro do Supremo, é enquadrar dentro do desenho constitucional. O que eu quero é resgatar as instituições, não acabar, destruir e desmoralizar, como nos acusam de fazer.

Muitos dos eleitos defendem uma reforma do Judiciário. A sra. apresentará proposta? Eu sou coautora de várias. Há algumas que a gente cita e que tem que haver: aumento da idade para ingresso. Não dá para uma pessoa com 35 anos entrar, não tem experiência de vida suficiente. Tem que

ter juiz. Hoje só o Fux veio da magistratura. A indicação pode vir de outros locais, não só do presidente da República. Você pode ter o Senado, a Câmara. Você pode ter mandato. Eu acho que em torno de dez anos está de bom tamanho.

Mandato também para os atuais? Para valer para todo mundo, porque não dá para você fazer uma PEC e ela começar a valer daqui a 40 anos. Dá para fazer uma regra de transição, é por isso que existem os atos das disposições transitórias na Constituição. Se a gente aprova mandato, você pode, por exemplo, estipular uma saída: quem já está há mais de dez anos fica mais dois, mais um. O Parlamento decidiria essa regra de transição. Ministro é servidor público, por mais que eles pensem que são deuses. Eles não têm direito adquirido ao regime jurídico. Eles vão querer gritar, dizer que para eles não vale, que quando entraram não tinha mandato. (Com informações de A Folha de S. Paulo)

Mensagens relevadas pela revista Piauí mostram organização de encontro com prostitutas para presidente do Tribunal Superior Eleitoral que nega.

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro, preso desde março devido às investigações sobre o Banco Master, organizou e pagou uma festa com chef de cozinha e garotas de programa, segundo investigadores, para o ministro Kassio Nunes Marques, membro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As informações estão em mensagens de WhatsApp apreendidas pela Polícia Federal (PF) e reveladas pela "piauí". O ministro Nunes Marques disse que nunca beneficiou Vorcaro com suas decisões e negou irregularidades. As 125 mensagens sobre o assunto, que estavam no celular de Vorcaro, apontam que a festa foi em 28 de fevereiro de 2025, sexta-feira que antecedeu o Carnaval, no apartamento triplex do banqueiro no Itaim Bibi, Zona Sul de São Paulo.

De acordo com a "piauí", na terça-feira, 25 de fevereiro de 2025, três dias antes da noite, Vorcaro escreveu para Rayanna, uma agenciadora de garotas de programa, perguntando se ela estaria disponível no dia 28. "Pode sexta a tarde?", perguntou o banqueiro. Rayanna confirmou. "Arruma mais 1 (uma)", ele pediu.

No dia 26 de fevereiro, dois dias antes da festa, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) Newton Ramos mandou mensagem para um agente de viagens de Vorcaro pedindo um quarto para Nunes Marques se hospedar no hotel Fasano. O desembargador, que é amigo de Nunes Marques, se referiu ao ministro como "KN", segundo a mensagem.

Newton Ramos já foi citado em outras conversas do escândalo do Master como sendo integrante da "turma do KN". A esposa dele, a advogada Camilla Ramos, tinha um contrato com o Master que poderia render até R\$ 427 milhões em honorários caso o banco ga-

nhasse os valores de precatórios que disputava no TRF-1.

No mesmo dia 26, também de acordo com a "piauí", Vorcaro escalou um chef de cozinha para trabalhar na festa. "Sexta churrasco animado. Com min e (sic)", escreveu o banqueiro para o profissional, sem completar a frase. O banqueiro continuou os preparativos, avisando seu arquiteto que receberia um ministro no seu apartamento na capital paulista. "Vouch (sic) receber ministro aqui sexta. Alguém pode pintar isso", disse Vorcaro.

Na manhã da sexta-feira, dia da festa, o chef de cozinha enviou para Vorcaro um arquivo com a lista de compras do evento. Segundo a revista, o gasto foi de R\$ 21.121,90 em produtos como carnes, cinco latas de caviar e trufas.

Pouco depois, a agenciadora Rayanna escreveu para Vorcaro dizendo que não conseguiria comparecer naquela tarde. "Dani eu não vou conseguir ir posso mandar as duas? Eu conheço elas são da minha confiança! Vc vai adorar!", afirmou a mulher. Após certa resistência de Vorcaro, ele acabou concordando com a solução. "Pode chamar as duas." Mas advertiu: "So lembra que sem celular", possivelmente para evitar registros da festa.

Às 14h04 da então sexta-feira, um homem identificado na agenda do celular de Vorcaro como "motorista" avisa ao chefe que "começou chegar meninas".

"Todas que chegarem. Pode subir. Oega (pega) carro dos homens qdo chegarem. Fica embaixo vc e geraldo e acompanha chegada", instruiu Vorcaro. O homem perguntou: "Fica com telefone das meninas?". E o banqueiro respondeu que sim.

As mensagens não deixam claro por quanto tempo Vorcaro participou presencialmente da festa. Já à noite, às 20h56, o mordomo Michael escreveu ao

Reprodução/PF



Agenciadora cobra Vorcaro por serviço prestado a "Kassio".

patrão: "Emprestei quarto do lado para ministro com 5 menina. Liguei para pedir autorização mais senhor não viu (sic)".

"Claro Qie sim", concordou Vorcaro. "Sobe. So fecha Meu quarto. E mostra o outro. Se vier o terceiro coloca sala tv", disse. O mordomo, então, falou que essa questão já estava resolvida, pois foram todos para o mesmo cômodo: "Eles foi fica junto".

Pouco mais de uma hora mais tarde, o funcionário voltou a relatar para Vorcaro como estava o evento. "Aqui tá tranquilo já pessoal tudo pelado na piscina uma passou mau vomitou mais tá bem já", descreveu o mordomo. "Pegou toalha para eles?", quis saber Vorcaro. "Peguei sim. Ministro tá sem pressa nenhuma de ir embora acabou de fala que está renovando para começa tudo novamente", informou o mordomo. Às 23h17, o funcionário escreveu: "Indo embora ele".

Em seguida, Michael mandou duas fotos do apartamento para Vorcaro. Na primeira, o mordomo disse que estava arrumando o local para não deixar para Selma, a empregada, "essas coisas".

Uma semana depois da festa, em 7 de março de 2025, a agenciadora Rayanna voltou a escrever para Vorcaro. "Boa

tarde dani tudo bem? A minha amiga lá aquele dia ! Deu certo né ?", ela disse.

"Ela disse que ficou com o kassio! Ela tá me cobrando aqui", escreveu a mulher. O banqueiro pediu "dados e valor". Rayanna disse "10 né!", em referência a R\$ 10 mil, e enviou sua chave PIX para Vorcaro pagar.

O que diz o ministro

Em nota, o ministro Kassio Nunes Marques afirmou que nunca favoreceu Vorcaro com suas decisões e negou irregularidades. Veja o posicionamento na íntegra:

"O ministro Kassio Nunes Marques nunca votou a favor de Daniel Vorcaro (inclusive deu voto pela manutenção da prisão), nunca trocou mensagens com ele e nem pediu nada ao banqueiro. O ministro também nunca autorizou ninguém a falar em nome dele e não pode se responsabilizar por conversas ou ações de terceiros. Seu filho nunca recebeu nada do Banco Master. A matéria referenciada faz ilações e tenta relacionar tais diálogos com a atuação na Presidência do TSE, numa tentativa de fragilizar a condução da Justiça Eleitoral." (Com informações do g1)

Desembargador convidou Daniel Vorcaro para tomar vinho com o ministro do Supremo Nunes Marques.

Conversas extraídas do celular de Daniel Vorcaro mostram que o desembargador Newton Ramos, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), chegou a convidar o então controlador do Banco Master para tomar “vinho com o min (ministro) Kassio” e que encaminhou ao ex-banqueiro os contatos do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, e do filho dele.

Há ainda uma conversa na qual eles tratam de um possível encontro em uma casa em Brasília que pertence ao ministro. O diálogo, porém, não deixa claro se a reunião ocorreu. Em nota, o ministro afirmou que Vorcaro nunca esteve em sua casa.

No dia do convite para o vinho com o ministro, o então banqueiro avisou que estava indo para Londres. As datas coincidem com o evento realizado pelo Master naquele ano na capital inglesa com autoridades brasileiras dos três Poderes. A sequência do diálogo, porém, mostra que Vorcaro e Newton Ramos voltaram a conversar sobre encontros em Brasília, sem mencionar o nome de Nunes Marques, mas fazendo referência a um “amigo” de ambos.

A Polícia Federal (PF) não encontrou mensagens diretas entre o ex-banqueiro e o ministro do STF. O relatório, no entanto, mostra que a conversa estava configurada para apagar as mensagens a cada sete dias. Em nota, o ministro afirmou que “nunca trocou mensagens com ele e nem pediu nada ao banqueiro”.

Em relação a Kevin Marques, filho do ministro, a conversa estava configurada para apagar as mensagens a cada 24 horas. Por isso, a PF também não conseguiu identificar se houve efetivamente troca de mensagens entre eles. Os dados extraídos do celular de Vorcaro, no entanto, mostram que ele adicionou Kevin a sua lista de contatos no mesmo dia que que recebeu número do desembargador.

As mensagens entre o ex-banqueiro e o desembargador revelam ainda que os dois mantiveram contato entre março de 2024 e abril de 2025, período no qual conversaram sobre ao menos cinco encontros com um “amigo” de Newton Ramos em Brasília, enquanto o magistrado pedia favores ao banqueiro.

Questionados, Vorcaro, Newton Ramos, Nunes Marques e Kevin não responderam à reportagem quem seria o “amigo” mencionado nas mensagens.

Encontro com amigo

Em um dos diálogos, de 6 de novembro de 2024, Newton e Vorcaro combinam de se encontrar com o “amigo”. No decorrer do diálogo, o desembargador encaminha o endereço de uma casa do ministro do STF, em Brasília e, na sequência, os dois se falam por chamada de telefone.

“Oi. Confirmado 19:30? Ele ficou de me avisar se atrasar”, afirmou o desembargador às 17h46min. “Sim; Confirmado”, respondeu o banqueiro, que logo emendou: “E ai. Me passa o endereço”. Na sequência os dois realizaram uma cha-

Reprodução



O ex-banqueiro manteve contato com o desembargador entre março de 2024 e abril de 2025.

mada de voz e, depois dela, Vorcaro afirmou: “Vamos eu e vc. Quando puder”.

O desembargador então enviou o endereço do imóvel que pertence a Nunes Marques e, na sequência, os dois fizeram uma chamada de voz pelo WhatsApp. Esse diálogo foi o único em que eles indicaram que haveria um encontro na casa do ministro.

Em outra conversa, realizada um dia antes, Vorcaro pediu para se encontrar com o “amigo” no dia 6 de novembro. Os dois chegaram a acertar um possível horário para o encontro e falaram por telefone duas vezes. Newton Ramos teria tentado realizar o encontro naquele dia mesmo.

“Como está tua agenda agora?”, indagou o desembargador, às 19h44. “Ele disse que está aí perto e que poderia passar na 26 (possível referência à quadra onde Vorcaro mantinha uma casa em Brasília, no Lago Sul)”.

“Agora tô com gente aqui”, respondeu o então banqueiro. Os dois fizeram uma chamada de voz na sequência e não voltaram

a se falar mais no WhatsApp naquele dia.

Em outra ocasião, em 9 de outubro de 2024, Vorcaro e o desembargador combinaram um encontro, e o magistrado avisou ao banqueiro que o “amigo” teria pedido para não ir mais ninguém.

“Tudo bem? Ficou marcado?”, perguntou Vorcaro às 11h02. “Tudo sim. Ficou”, respondeu Newton Ramos. “19?”, questionou o banqueiro. O desembargador então enviou uma sequência de mensagens: “Que horas lá? Combinado. O amigo pergunta se pode ser um pouco mais cedo. Por volta das 18”. Newton Ramos, então, tentou ligar para Vorcaro, que não atendeu, e na sequência enviou a sugestão de horário: “18:30”.

Vorcaro respondeu: “Combinado. Pode sim”. O desembargador, então, confirmou e na sequência fez o aviso: “Blz. Tinha esquecido. Ele pediu para não chamar outras pessoas”. O ex-banqueiro respondeu: “Claro, seremos só nós”. (Com informações do Valor)

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro passou informações sigilosas para serviço de espionagem.

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro teve acesso, por meio de mais de um interlocutor, a informações sobre um inquérito sigiloso que apurava suspeitas de "insider trading", o uso de informações privilegiadas no mercado de ações, que envolvia o Banco Master e o empresário Nelson Tanure, indicam mensagens trocadas em seu celular.

A partir dessas informações, Vorcaro acionou Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, o Sicário, para conseguir mais dados sobre o caso por meio da rede clandestina que tinha acesso a sistemas da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

O ex-banqueiro também passou a discutir a possibilidade de se antecipar e prestar informações a autoridades para evitar ser alvo de medidas cautelares, como busca e apreensão.

Em 15 de fevereiro de 2024, às 11h36, Vorcaro recebe a mensagem de um advogado sobre o tema: "Compliance do Master pediu informações sobre processos. Desse não temos notícia". A mensagem é acompanhada de uma imagem que afirma que havia um inquérito policial "instaurado para investigar supostos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e crimes contra o mercado de capitais envolvendo o Sr. Daniel Bueno Vorcaro e outros".

O Master, apesar de não ser denunciado no caso da Gafisa, foi apontado na denúncia como um braço financeiro e operacional de Tanure.

Às 11h37, Vorcaro encaminha a imagem a Sicário, e diz, citando o número do inquérito: "Dá uma olhada urgente pra mim". Sicário responde: "Agora". Depois, manda uma mensagem encaminhada: "Já estou em contato com a tropa aqui. A gente vai dar uma atenção especial nessa situação aí".

Segundo investigação que tramita no STF (Supremo Tribunal Federal), Sicário passou a in-

formação para uma rede de espionagem que envolvia um policial federal aposentado e um da ativa, que discutiram como ter acesso a todo o conteúdo do inquérito. Eles foram alvos da Operação Compliance Zero, que investiga o Master.

As mensagens no celular de Vorcaro, obtidas pela Folha, apontam que no mesmo dia o advogado Fábio Medina Osório, que foi advogado-geral da União no governo Michel Temer (MDB), também trocou mensagens com o ex-banqueiro sobre o assunto e encaminhou a Vorcaro os autos do inquérito.

Osório manteve diálogos com Vorcaro ao menos entre 2023 e 2025. Ele representava um empresário da área da educação que teve uma disputa com Vorcaro, mas acabou fazendo um acordo de não litígio.

À época, Osório diz que vinha tentando montar com o ex-banqueiro um programa de compliance, conjunto de práticas para garantir que as atividades de uma empresa estejam em conformidade com a lei, com o objetivo de apresentar um acordo de leniência (espécie de colaboração premiada de empresas).

Em mensagem a Vorcaro naquele dia 15 de fevereiro de 2024, Osório diz ter detectado "um assunto preocupante". Os dois se falam ao telefone, e Osório manda um resumo sobre a investigação e, depois, os autos integrais do inquérito. "Posso ir lá e me apresentar como responsável por teu compliance", sugere Osório.

"Quem coopera não tem razão para sofrer medidas cautelares. Essa deve ser nossa primeira preocupação. Vou pensar num check list de documentos que poderíamos propor ao MPF para juntar como forma de cooperar nas investigações e submeter ao teu crivo", diz ele. Vorcaro responde que eles podem se reunir por videoconferência, mas pede para ele ainda não fazer contato.

Reprodução



Vorcaro teve acesso a informações privilegiadas no mercado de ações.

"Não vejo risco nessa semana. Fica tranquilo. Não reuniram elementos ainda. Quando nos antecipamos, e cooperamos, esvaziamos a cautelar", disse Osório. "E ainda por cima em roupagem de compliance."

"Vamos cuidar disso. O procurador sabe a quantidade de amigos que tenho no MPF", continuou o advogado.

As conversas sobre o tema continuaram nos dias seguintes, mas Vorcaro não avançou na ideia de se apresentar ao Ministério Público. Procurado, Fábio Medina Osório disse em nota que recebeu a cópia de um inquérito de um jornalista. "Como se pode ver nas mensagens, repassei a Vorcaro e sugeri que cooperasse com o Ministério Público, pois era esse o objetivo da nossa proposta de compliance investigativo. Ele não aceitou e não falou mais sobre isso", diz a nota.

"Fiquei sabendo da intervenção do Sicário através desta reportagem. Penso que esse inquérito pode dar pistas de conexões desse personagem Sicário com autoridades importantes. Fiquei sabendo de sua existência pela mídia."

A investigação sobre insider trading acabou avançando em relação a Tanure, que em janeiro

deste ano foi convertido em réu no caso. Ele foi denunciado sob a acusação de usar informação privilegiada para ter vantagem financeira na negociação de ações da Gafisa, empresa da qual é acionista de referência.

O Master ingressou como parte interessada na ação sob representação de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, do STF. O caso começou a ser apurado depois de uma denúncia feita por Vladimir Timmerman, gestor da ESH Capital, em 2022.

Em nota, a defesa de Tanure afirma que ele não pode fazer avaliação sobre "contexto de mensagens que teriam sido trocadas por terceiros, em conjuntura que desconhece e da qual não fez parte".

O empresário nega irregularidades na ação na qual é réu e diz que a operação em questão "foi amplamente debatida na Gafisa S/A, com a publicação de fatos relevantes antes e depois do fechamento do negócio, que passou pelo crivo e foi aprovado pela maioria dos acionistas da própria construtora, que não foi sequer incluída na acusação". (Com informações de A Folha de S. Paulo)

Daniel Vorcaro cogitou comprar “maleta espiã” que intercepta ligações e liga microfone de celular sem necessidade de autorização judicial.

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro afirmou em conversa com Walfrido Warde, um de seus advogados, que pretendia comprar uma maleta espiã que intercepta ligações e liga microfone de celular sem necessidade de autorização judicial.

No diálogo entre os dois em abril de 2024, extraído do celular de Vorcaro pela Polícia Federal, Warde encaminha uma reportagem do jornal Folha de S. Paulo sobre a aquisição do equipamento pelo Exército brasileiro.

A conversa ocorre pouco após ambos participarem de um evento jurídico financiado pelo Master em Londres em que estiveram diversos ministros de tribunais superiores. Quase duas horas depois de agradecer pelo convite, Warde envia o texto sobre a maleta espiã, e Vorcaro responde. “Fala irmao. obrigado por ter vindo. Essa é minha tb?”, diz.

Warde, então, retruca: “Essa máquina? Vamos comprar uma?”. Vorcaro conclui: “Vamos”. Warde reage com um coração à resposta.

Vorcaro pediu nesta sexta ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, que determine a abertura

de uma investigação sobre o vazamento de áudios, mensagens e outros conteúdos extraídos de seu celular, apreendido na Operação Compliance Zero.

Na petição, os advogados afirmam que informações sob acesso restrito das autoridades passaram a circular na imprensa e que a vida pessoal e profissional de Vorcaro vem sendo exposta de forma crescente. Segundo eles, foram divulgados conteúdos privados e supostas conversas do ex-banqueiro com seus próprios advogados.

O pedido surge após uma série de reportagens baseadas em áudios e mensagens atribuídos a Vorcaro. Entre os materiais publicados estão uma gravação em que ele supostamente relata a negociação para financiar um documentário sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e mensagens sobre uma suposta rede de prostituição com mulheres estrangeiras, inclusive refugiadas.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar a participação dessas mulheres na rede e possíveis irregularidades na contratação dos servi-

Reprodução de vídeo



A conversa ocorre pouco após evento jurídico financiado pelo Master em Londres.

ços. A investigação analisa mensagens atribuídas a Vorcaro e a outros envolvidos que tratam, entre outros pontos, da seleção das mulheres, de pagamentos e da logística de eventos no Brasil e no exterior.

Vorcaro nega ter explorado ou desrespeitado mulheres e diz não reconhecer a autoria, a autenticidade e o contexto de parte do material divulgado. O argumento se repete na manifestação ao STF: a defesa afirma não confirmar o teor de tudo o que veio a público e sustenta que os conteúdos podem ter sido manipulados.

Para os advogados, a apreensão de um celular em uma investigação não torna os dados do aparelho de livre circulação. Eles defendem ainda que o material ob-

tido por meio dos supostos vazamentos não sirva de base para novas investigações contra Vorcaro. Se houve divulgação ilícita, argumentam, a consequência jurídica deve ser apurar quem teve acesso aos dados e os repassou, e não usá-los para responsabilizar o ex-banqueiro.

Ao STF, a defesa pede uma investigação criminal que identifique tanto agentes públicos com acesso funcional ao celular quanto terceiros que possam ter recebido as informações. O pedido cita a divulgação recorrente de dados privados e, em especial, de conversas entre Vorcaro e integrantes de sua defesa. (Com informações da CNN Brasil)

Daniel Vorcaro pede ao Supremo que investigue vazamento de dados de seu celular.

A defesa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro pediu ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, que determine a abertura de uma investigação sobre o vazamento de áudios, mensagens e outros conteúdos extraídos de seu celular, apreendido na Operação Compliance Zero.

Na petição, os advogados afirmam que informações sob acesso restrito das autoridades passaram a circular na imprensa e que a vida pessoal e profissional de Vorcaro vem sendo exposta de forma crescente. Segundo eles, foram divulgados conteúdos privados e supostas conversas do ex-banqueiro com seus próprios advogados.

O pedido surge após uma série de reportagens baseadas em áudios e mensagens atribuídos a Vorcaro. Entre os materiais publicados estão uma gravação em que ele supostamente relata a negociação

Reprodução



O pedido surge após uma série de reportagens baseadas em áudios e mensagens atribuídos ao banqueiro.

para financiar um documentário sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e mensagens sobre uma suposta rede de prostituição com mulheres estrangeiras, inclusive refugiadas.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar a participação dessas mulheres na rede e possíveis irregularidades na contratação dos serviços. A investigação analisa mensagens atribuídas a Vorcaro e a outros envolvidos que tratam, entre outros pontos, da seleção das mulheres, de pagamentos e da logística de eventos no Brasil e no exterior.

Vorcaro nega ter explorado ou desres-

peitado mulheres e diz não reconhecer a autoria, a autenticidade e o contexto de parte do material divulgado. O argumento se repete na manifestação ao STF: a defesa afirma não confirmar o teor de tudo o que veio a público e sustenta que os conteúdos podem ter sido manipulados.

Para os advogados, a apreensão de um celular em uma investigação não torna os dados do aparelho de livre circulação. Eles defendem ainda que o material obtido por meio dos supostos vazamentos não sirva de base para novas investigações contra Vorcaro. Se houve divulgação ilí-

cita, argumentam, a consequência jurídica deve ser apurar quem teve acesso aos dados e os repassou, e não usá-los para responsabilizar o ex-banqueiro.

Ao STF, a defesa pede uma investigação criminal que identifique tanto agentes públicos com acesso funcional ao celular quanto terceiros que possam ter recebido as informações. O pedido cita a divulgação recorrente de dados privados e, em especial, de conversas entre Vorcaro e integrantes de sua defesa. (Com informações do portal CNN Brasil)

O fim da escala 6x1 traz aumento de custos para as empresas, riscos jurídicos e necessidade de planejamento.

O fim da escala 6x1 traz aumento de custos para as empresas, riscos jurídicos e necessidade de planejamento, diz o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador da FGV Ibre. Para ele, o principal risco recai sobre a possível perda de produtividade ocasionada pela redução da jornada. Barbosa Filho diz que a decisão pode provocar queda do Produto Interno Bruto (PIB).

“A criação de um segundo dia de descanso remunerado pode trazer ainda mais complicações para uma empresa, aumentando os custos por funcionário”, afirma.

De acordo com nota do Ibre, a nova legislação poderá elevar em até 20% o custo da mão de obra para empresas com jornada atual de 44 horas por semana. Segundo ele, existe também um risco associado ao aumento da rotatividade dos trabalhadores, levando empresas a substituírem seus quadros por mão de obra mais barata.

O fim da escala 6x1 foi colocada para aprovação de forma muito açodada, o que deixou várias “pontas frouxas”, avalia Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. A medida pode ter impacto na inflação, sobretudo pelo curto período de transição sugerido, observa. Cálculos de hipótese de trabalho feitos pela gestora mostram que uma transição muito rápida como a proposta pode elevar em até 0,5 ponto a inflação anual medida pelo IPCA, diz.

A medida, diz Leal, deve elevar o custo da mão de obra em cerca de 10%, numa “conta rasteira”, sem contar

a necessidade de novas contratações, porque a produtividade não deve cobrir isso. “Há uma questão inflacionária embutida nessa proposta que é relevante.”

Há quem compare, observa, o impacto quando a Constituição de 1988 reduziu a carga horária máxima semanal de 48 para 44 horas, porque à época não se percebeu efeito nos preços. Mas as situações não são comparáveis, diz. “Porque em 1988, a inflação era de quase 30% ao mês. Não dava para tirar o efeito líquido de uma mudança na carga horária de trabalho.”

A alteração da jornada acarreta a necessidade de aumentar a produtividade brasileira em 1,4%, para compensar eventuais perdas no PIB, calcula Bruno Imaizumi, economista da 4intelligence.

Segundo Imaizumi, enquanto 74,7% dos trabalhadores com carteira assinada têm contrato de 41 a 44 horas, apenas 31,8% deles trabalham efetivamente nesse intervalo, sendo a maioria dos trabalhadores representada pela faixa de 31 a 40 horas (39,5%), de acordo com dados do IBGE.

O economista diz que as atenuantes dos impactos negativos da medida para a produtividade são, por exemplo, uma possível queda no absenteísmo, entrada de pessoas que estão marginalmente fora da força de trabalho e uma participação maior de mulheres, por poderem conciliar melhor outras atividades. Imaizumi também projeta uma redução da taxa de rotatividade do país, o que ajuda a reduzir custos de treinamento e contratação.

A decisão deverá im-

Reprodução



Decisão pode provocar queda do Produto Interno Bruto (PIB).

por um custo de transição pesado sobre a economia brasileira, em momento em que ela segue operando perto do seu limite, afirma o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

Além do potencial efeito sobre empresas e emprego, ele alerta para o risco grande de repasse para os preços. “O impacto da mudança da escala sobre os custos é algo que varia de empresa para empresa, mas pode chegar a 6%, 9%. E, numa economia que ainda está aquecida, apesar de desacelerando, a chance de repasse é grande”, diz.

Vale pondera que não se pode descartar um recuo na implementação da proposta em caso de vitória do candidato Flávio Bolsonaro (PL), mesmo que o senador tenha voltado atrás e declarado voto a favor da medida. Por outro lado, ele vê com preocupação a intenção de se aprovar outra proposta de mudança das regras trabalhistas, a chamada PEC das horas trabalhadas. Entre outros dispositivos, a PEC permite que a remuneração da jornada se faça por hora tra-

balhada - em vez da remuneração com base na jornada semanal, como é hoje.

A proposta do senador Rogério Marinho, coordenador de campanha do PL, “é muito mais radical”, diz Vale. “Em tempos de foco no fiscal como o atual, o melhor seria mudanças tão grandes como essa não serem aprovadas uma em cima da outra sem tempo para entender as mudanças.”

“Tenho dificuldade em ver força para aprovar mudanças tão radicais quanto essa - que basicamente tentar implementar sistema parecido com o dos Estados Unidos, em um momento em que já se está negociando uma mudança grande, que é o fim da escala 6x1.”

Para o economista Naercio Menezes Filho, professor do Insper e professor associado da FEA-USP, o dia adicional de folga permitirá que o trabalhador descanse, se distraia e cuide dos filhos, o que pode aumentar a produtividade no emprego e até compensar o aumento de custos para as empresas. (Com informações do Valor)

Lojas e restaurantes já falam em repasse de custo com fim da escala 6x1.

Dois dos segmentos mais afetados pelo fim da escala 6X1, varejo e restaurantes, já têm na ponta do lápis a conta de quanto poderá custar a mudança. Restaurantes que quiserem manter o funcionamento por seis dias por semana, por exemplo, terão aumento de 20% na folha de pagamento, segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A entidade estima que a mudança levará a uma alta de 7% a 8% nos preços dos cardápios.

O presidente-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci, usa o exemplo de uma cozinha que recebe R\$ 1 mil por semana para trabalhar seis dias. Com a nova regra, ela receberá o mesmo valor por cinco dias, o equivalente a R\$ 200 por dia. Para manter o restaurante aberto no sexto dia, o estabelecimento precisará contratar outra pessoa, com pagamento de ao menos esse valor, o que elevaria a folha em 20%. Segundo a entidade, mesmo quem adota a escala 5x2, com jornada de 40 horas semanais, terá aumento de 9,1% na folha, em razão do custo do segundo dia de descanso remunerado.

A Abrasel afirma que o setor tem pouca margem para absorver o aumento. Segundo pesquisa da entidade, 40% dos estabelecimentos tiveram lucro em agosto; os demais registraram empate ou pre-

juízo. “Não há como absorver uma alta dessa ordem. O repasse tende a ser rápido”, disse Solmucci.

Já para o varejo, a mudança pode elevar as despesas com mão de obra entre 20% e 22%. A estimativa é do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que reúne grandes redes do país.

“Para manter o mesmo nível de atendimento, abastecimento etc., as lojas necessitarão contratar mais”, disse o presidente do IDV, Jorge Gonçalves Filho. Segundo ele, o número de vagas vai depender do tipo de varejo, e as redes que operam com equipes menores devem sentir mais o efeito. “Quanto menor o número atual de colaboradores, proporcionalmente elas terão que contratar mais.”

Essas empresas, de acordo com o executivo, terão menos flexibilidade para se adaptar e podem recorrer a alternativas como fechar mais cedo ou não abrir em algum dia da semana. “Cada setor terá a sua dificuldade específica.”

Para Tadeu Machado, sócio de direito trabalhista do Cascione Advogados, o impacto será menor em funções de escritório e maior onde o trabalho é feito em turnos ou sem interrupção. Nesses casos, segundo o advogado, as empresas terão de abrir vagas para cobrir as horas a menos e procurar os sindicatos para renegociar os

Freepik



Restaurantes que quiserem manter o funcionamento por seis dias por semana, terão aumento de 20% na folha de pagamento.

acordos coletivos de jornada. Machado lembra que a redução será escalonada: o limite cai para 42 horas 60 dias após a promulgação e para 40 horas um ano depois. Os limites diários de jornada e de horas extras, assim como as formas de compensação, não mudam.

O setor de educação estima impacto médio de R\$ 17,3 bilhões por ano com a aprovação do fim da escala de seis dias trabalhados para um de descanso, o que pode levar a um reajuste de até 23% no valor da mensalidade. Esse incremento depende de como será tratado o segundo dia de folga para professores horistas.

O levantamento foi feito pelo economista Luiz Alvares Rezende de Souza, da NumbersTalk, a pedido da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), que representa 46 mil colégios e 2,3 mil faculdades.

A educação trabalha

com modelo distinto. O setor tem professores horistas, cuja remuneração é feita conforme a quantidade de horas ministradas. A questão da Confenen é como será tratado o segundo dia de descanso. A dúvida é se será remunerado ou compensado com descanso.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), que representa pilotos e comissários, iniciou as negociações com as companhias aéreas. Atualmente, as jornadas de trabalho da categoria são reguladas pelo Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 117. A categoria pode trabalhar até 13 horas por dia, com variações a depender da jornada. “Hoje, já temos jornadas semanais que chegam a seis dias. É prática na aviação. A gente entende que vai ter de incluir esse tipo de exceção no acordo”, disse Tiago Rosa, presidente do SNA. (Com informações do Valor)

Alvo de atenções no segundo turno e de planos de governo, microempreendedores representam mais de 13,7 milhões de votos e 51,6% dos pequenos negócios no País.

Os microempreendedores individuais (MEIs) ganharam destaque nos últimos dias, com a concessão de benefícios à categoria sendo alvo de disputa política entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL), que concorrem no segundo turno da eleição presidencial. Lula anunciou propostas de apoio aos microempreendedores, incluindo a oferta de apoio financeiro no valor de R\$ 5 mil e perdão de dívidas, medidas que foram aprovadas pelo Senado. Os microempreendedores representam mais de 13,7 milhões de votos e 51,6% dos pequenos negócios no País.

O “pacote de bondades” de Lula despertou a reação de Flávio, que acusou o atual presidente de adotar a medida para ganhar votos e disse que o adversário “passou quatro anos massacrando os empreendedores”. Mas tanto Lula quanto o candidato do PL colocaram em seus planos de governo propostas voltadas exclusivamente para a categoria.

Além do interesse eleitoral, a atenção dada pelos dois candidatos no segundo turno do pleito presidencial aos MEIs tem um motivo: o peso deles para a economia nacional. Atualmente, o Brasil conta com 13.738.474 microempreendedores individuais, espalhados pelas áreas de serviços, indústria, comércio e agropecuária. Juntos, eles respondem por 51,63% dos pequenos negócios no país, de acordo com dados do Sebrae. Minas Gerais é o segundo estado com mais cadastrados na categoria (1.555.584), sendo superado apenas por São Paulo (3.949.702).

“Os MEIs são uma fonte de renda para milhões de famílias e movimentam a economia local, inclusive nas cidades menores. A formalização também representa um avanço social: trabalhadores que antes atuavam na informalidade passaram a contar com proteção previden-

ciária, incluindo a possibilidade de acesso à aposentadoria por idade, ao auxílio por incapacidade temporária e ao salário-maternidade, desde que cumpridos os requisitos legais”, afirma o professor Fabrício José Missio, do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

O economista assinala, no entanto, que o número elevado de MEIs não pode ser visto automaticamente como sinal de dinamismo. “Parte desses empreendedores aproveita uma oportunidade de negócio. Outra parte recorre ao CNPJ porque não encontra emprego formal. Para esse segundo grupo, a ampliação das oportunidades de emprego com carteira assinada e direitos também é uma forma importante de apoio. Quando o mercado de trabalho se fortalece, o empreendedorismo deixa de ser, para muitos trabalhadores, a única alternativa de geração de renda. Isso favorece a criação de negócios mais planejados e com melhores condições de sobrevivência”, relata Missio.

O especialista da UFMG salienta que o endividamento dos MEIs, muitas vezes, é reflexo das próprias condições em que eles operam. “Muitos trabalham com margens pequenas, faturamento instável e poucas reservas financeiras. Quando as vendas caem, o crédito passa a ser utilizado, muitas vezes, para cobrir despesas correntes e manter o negócio funcionando”, observa.

“O problema se agrava com os juros elevados e com um mercado de crédito em que os pequenos empreendedores enfrentam custos proporcionalmente maiores e dispõem de menos alternativas de financiamento. Como a renda do negócio frequentemente se confunde com a da família, qualquer aperto doméstico atinge o empreendimento”, explica Fabrício Missio. “Falhas de gestão existem, mas atribuir o endividamento apenas à falta de educa-

Reprodução



Os microempreendedores individuais (MEIs) ganharam destaque nos últimos dias.

ção financeira é ignorar o custo do crédito, a instabilidade das receitas e as condições de demanda enfrentadas pelos pequenos negócios”, completa.

Empreendedor ou CLT?

Embora tanto Lula como Flávio Bolsonaro tenham em seus programas de governo propostas específicas para os MEIs, o professor Fabrício Missio acredita que a melhor forma de o futuro governante do país incentivar a categoria é fomentar o crescimento da economia como um todo. “Se todo mundo virar microempreendedor e tentar vender alguma coisa, quem vai comprar? O melhor incentivo ao pequeno empreendedor é uma economia que cresce, gera empregos formais e garante à população renda para consumir”, pontua Missio.

“A ampliação das vagas com carteira assinada beneficia também quem empreende: reduz a necessidade de recorrer ao empreendedorismo por falta de opção e amplia o mercado consumidor de quem escolheu ter o próprio negócio”, acrescenta o professor.

Ele salienta ainda: “Para aqueles que empreendem, o

Estado pode ir além do crédito. Uma frente promissora seria apoiar o desenvolvimento de plataformas digitais públicas ou cooperativas, com menores taxas de intermediação, que permitissem aos trabalhadores reter uma parcela maior da renda gerada. Outra seria ampliar a infraestrutura de apoio aos pequenos negócios, com espaços compartilhados, centros de comercialização e equipamentos adaptados às necessidades de cada atividade, incluindo pontos de apoio para motoristas e entregadores”.

O economista sugere outras medidas, como o fortalecimento dos fundos garantidores, o aperfeiçoamento dos programas de renegociação de dívidas, a ampliação do acesso dos MEIs às compras públicas e a atualização periódica do teto de faturamento, com regras que facilitem a transição para empresas de maior porte. “O objetivo não deve ser apenas multiplicar empreendedores, mas garantir que quem empreende possa prosperar e que quem prefere um emprego formal encontre essa oportunidade”, conclui. (Com informações de O Estado de Minas)

Entenda o perdão de dívidas e o aumento do limite dos microempreendedores individuais, que deverá começar a valer em janeiro.

O perdão das dívidas tributárias dos microempreendedores individuais (MEIs) e o aumento do teto de faturamento da categoria aprovados pelo Senado ainda dependem da sanção presidencial e só devem passar a valer em 1º de janeiro de 2027, mas provocaram dúvidas sobre sua abrangência.

O perdão de dívidas tributárias deve alcançar cerca de 3,6 milhões de MEIs com débitos inscritos na Dívida Ativa da União, segundo o Ministério do Empreendedorismo. Juntos, eles devem R\$ 12,57 bilhões, uma média de R\$ 3.473 por pessoa. Mas o número de beneficiados pode ser maior, já que o texto também inclui os débitos que ainda não chegaram à Dívida Ativa.

O cancelamento das dívidas será automático para a maioria dos microempreendedores. A exceção é quem contesta a cobrança na Justiça. Nesse caso, será pre-

Reprodução



O limite anual de faturamento sobe para R\$ 110 mil em 2027 e para R\$ 140 mil em 2028.

ciso apresentar comprovação da desistência do processo. O perdão vale para débitos acumulados até 13 de outubro de 2026. Dívidas com bancos também não entram no perdão. O presidente do Sebrae, Décio Lima, explica que esse endividamento será tratado por outro caminho:

"O endividamento com bancos será atendido por meio do Desenrola 3.0."

O limite anual de faturamento sobe para R\$ 110 mil em 2027 e para R\$ 140 mil em 2028. A mudança alivia quem está perto do limite. Hoje, quem fatura até 20% acima do teto, ou seja, até R\$ 97.200, termina o ano

como MEI e é desenhado no ano seguinte. Acima disso, a Receita pode exigir a mudança para microempresa.

"Se passar de R\$ 97.200, a Receita pode exigir que ele abra uma microempresa dentro do mesmo ano. Mas isso não vai ser necessário no próximo ano, por causa da mudança do teto", explica Paulo Henrique Pêgas, professor do Ibmecc RJ.

Quem abrir o negócio ao longo do ano terá um teto proporcional. Para o presidente do Sebrae, Décio Lima, o novo teto dá mais segurança a quem está crescendo:

"O aumento vai evitar que o negócio trave

por medo de ser desenhado."

Com o novo teto, quem deixou de ser MEI por ter ultrapassado o limite poderá voltar ao regime. A mudança vale para empresas do Simples Nacional que faturem até R\$ 110 mil em 2027 e até R\$ 140 mil em 2028. Para Pêgas, a troca compensa:

"No MEI, a cobrança é de 5% do mínimo, mais R\$ 1 para quem vende mercadoria ou R\$ 5 para quem presta serviço. Já a microempresa paga a partir de 4% sobre o faturamento." (Com informações do portal O Globo)

Isenção de pagamento da passagem de ônibus proposta por Lula custaria R\$ 20 bilhões por ano.

A Associação Nacional dos Transportes Urbanos (NTU) estima que a promessa do presidente Luiz Inácio Lula de Silva de implementar tarifa zero para transporte urbano nos fins de semana e feriados custaria cerca de R\$ 20 bilhões por ano ao Orçamento do governo Federal.

O cálculo considera gratuidade no transporte público em 52 domingos, 52 sábados, além de 11 feriados nacionais ao longo de um ano em todo o País. Marcos Bicalho, diretor de gestão da NTU, entende que o governo federal deverá assumir os gastos de municípios que hoje já concedem os benefícios, como por exemplo, Brasília e São Paulo.

“Por questão de justiça, a União teria que assumir o custo total, o Estado que já adota ou a prefeitura que já adota a política desse tipo, poderia destinar esses recursos para outras áreas”, afirmou.

O presidente Lula anunciou na última quinta-feira, 16, em um vídeo publicado nas redes sociais, a promessa de implementar o benefício, que teria como fonte de custeio emendas parlamentares. O presidente, contudo, não deu mais detalhes da medida.

A iniciativa integra o pacote de bondades proposto por Lula às vésperas do segundo turno. No ano passado, o presidente chegou a pedir ao então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que fizesse cálculos sobre o custo da medida, pois queria que ela

fosse uma das bandeiras da campanha à reeleição.

A proposta só não entrou no programa de governo de Lula porque a equipe econômica não concluiu um estudo mais aprofundado sobre sua viabilidade econômica. Em conversas reservadas, ministros afirmavam que não havia espaço no arcabouço fiscal para adotar a tarifa zero. Atualmente, mais de 130 cidades já aplicam o passe livre no País.

A informação de que o presidente poderia fazer o anúncio nesta quinta-feira, 15, já circulava pelo mercado financeiro. Pesquisas qualitativas feitas por grandes bancos apontavam que a tarifa zero era uma proposta com capacidade de virar votos do senador Flávio Bolsonaro (PL) para Lula.

Estimativa

A Confederação Nacional dos Municípios (CMN) tem uma conta preliminar mais alta. Segundo Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da entidade, a conta poderia chegar a até R\$ 60 bilhões e representaria um risco para as prefeituras.

“É uma grande preocupação essa proposta ser feita de forma eleitoreira. Pode representar um custo a mais para as prefeituras, dependendo da forma como será feito o repasse. É uma insegurança enorme”, afirmou Ziulkoski.

Bicalho vê como positiva a iniciativa do governo federal de colocar o transporte público no centro do debate, mas também vê se preocupa com o repasse

Arquivo/PMPA



A iniciativa integra o pacote de bondades proposto por Lula às vésperas do segundo turno.

dos recursos para as empresas.

“Nossas preocupações é ter uma garantia da remuneração pela prestação do serviço e uma remuneração que possa ser feita de maneira regular, sem atrasos, porque o setor depende desse fluxo financeiro para conseguir operar sem problemas”, afirmou Bicalho.

Para a NTU, o que poderia deixar a conta mais barata seria o uso do gasto das empresas privadas com o vale-transporte para setores que empregam trabalhadores nos fins de semana. Ele explica, contudo, que o governo pode optar por assumir essa despesa, ajudando a aliviar o caixa das empresas.

“É uma conta que ainda precisa ser feita, porque há milhões de empregados formais que trabalham nos fins de semana e que recebem vale-transporte. Ele teria agora a gratuidade. A União precisa avaliar se ela vai cobrar isso das empresas ou se ela vai conceder esse benefício para a em-

presa também”, afirmou.

Congresso

Na Câmara dos Deputados, há diversos projetos que tratam da tarifa zero, entre eles a PEC 25/2023, de autoria das deputadas Luiza Erundina (PSOL/SP), Erika Kokay (PT/DF) e Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP), entre outros parlamentares. O objetivo da proposta é criar um Sistema Único de Transporte público urbano, nos mesmos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Tarifa Zero, o deputado Jilmar Tatto (PT-SP) é um dos nomes que defendem a proposta. Em 2025, Tatto tratou do tema pessoalmente com Lula. Em conversa com o Estadão, à época, ele disse que levou apenas uma hora para convencer o presidente sobre a viabilidade da medida. (Com informações do portal Estadão)

O governo federal quer discutir a prorrogação da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados até 31 de janeiro de 2027.

O governo federal quer discutir, em uma proposta de emenda à Constituição (PEC) após as eleições, a prorrogação da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 31 de janeiro de 2027. A extensão valerá exclusivamente para os setores alcançados pelo Imposto Seletivo e busca evitar um intervalo sem tributação enquanto a cobrança do novo imposto não começa.

Segundo fontes a par das discussões, o Ministério da Fazenda fechou com todos os setores afetados pelo Seletivo o conteúdo da medida provisória (MP) que estabelecerá as alíquotas do tributo. O entendimento será mantido independentemente do resultado das eleições, e a MP será editada após o pleito. As empresas também concordaram com a proposta de manter a cobrança do IPI por mais um mês durante a transição.

No caso da mineração, foi acertada alíquota zero para o Imposto Seletivo em 2027, atendendo a uma demanda do setor. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) vinha defendendo que a cobrança reduziria a competitividade das empresas brasileiras no exterior e funcionaria, na prática, como um imposto de exportação.

Para os demais produtos atualmente hoje alcançados pelo IPI, como fogões e geladeiras, o calendário da reforma tributária permanecerá inalterado. Conforme previsto na re-

forma, as alíquotas do imposto serão reduzidas a zero a partir de 2027, observada a exceção relacionada à Zona Franca de Manaus. A Contribuição sobre Bens e Serviços entra em vigor em janeiro.

A necessidade do ajuste no IPI decorre do calendário da MP. Como o governo decidiu editar o texto somente após o segundo turno e a cobrança precisa respeitar a noventaena, prazo mínimo de 90 dias entre a publicação da norma e sua aplicação, uma MP publicada no fim de outubro ou no início de novembro faria com que os setores alcançados pelo Seletivo passassem janeiro sem a incidência nem do novo tributo nem do IPI. Por isso, a proposta é manter o IPI nesse intervalo e encerrar sua cobrança quando o Seletivo passar a ser efetivamente recolhido.

A preocupação central do governo é impedir que produtos como cigarros e bebidas alcoólicas fiquem um mês sem tributação. Na avaliação de fontes a par da discussão, o intervalo poderia estimular a antecipação de operações e a formação de estoques, prolongando os efeitos da ausência de cobrança mesmo após a entrada em vigor do Seletivo.

Esse movimento contrariaria o objetivo regulatório do novo imposto, criado para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Do ponto de vista da arrecadação, fontes do go-

Reprodução



A necessidade do ajuste no IPI decorre do calendário da MP.

verno afirmam que uma receita menor com o Seletivo seria considerada no recálculo da alíquota da CBS, conforme previsto na reforma. Ou seja, uma arrecadação menor com o novo imposto poderia resultar em uma cobrança maior da CBS.

As negociações do Seletivo envolveram reuniões técnicas sobre a tributação atual e as características das operações de cada atividade. O tempo necessário para concluir esse trabalho também pesou na decisão de deixar a MP para depois das eleições, além da preocupação do governo em evitar que a definição das alíquotas ampliasse as críticas à reforma tributária durante a campanha, disse uma fonte.

O entendimento com os setores prevê que 2027 funcione como um período de transição, sem aumento de carga em relação ao IPI atualmente cobrado. Ao longo do próximo ano, poderão ser discutidas as regras de-

finitivas do Seletivo e sua progressividade a partir de 2028.

O Imposto Seletivo alcançará veículos, embarcações e aeronaves, cigarros e demais produtos com tabaco, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas. As bets também estavam entre as atividades previstas para serem tributadas pelo novo imposto, mas foram posteriormente proibidas pelo governo e passaram a ser ilegais.

Com isso, a receita que seria obtida com essas operações deixou de ser esperada, exigindo adaptações no desenho negociado. Segundo fontes, isso não levará ao aumento das alíquotas do Seletivo para os demais setores. A redução da arrecadação será considerada no recálculo da alíquota da CBS, como prevê a legislação. (Com informações do Valor)

Governo Lula facilitará crédito a empresas de jogos eletrônicos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs uma nova medida para facilitar o acesso ao crédito, com empréstimos de menor valor e juros reduzidos, para as empresas brasileiras de jogos eletrônicos, durante a regulamentação do Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos na quarta-feira (14).

Durante o anúncio e em meio à desvantagem no primeiro turno, Lula manteve a aposta no discurso do medo. “Se preparem, porque fazer é difícil, para destruir, é um passo. Se organizem para que vocês não permitam que ninguém tire o que vocês conquistaram”, afirmou Lula. Ele reuniu influenciadores do setor de games no Palácio do Planalto para fazer o anúncio. “Agora que vocês estão felizes e conquistaram a regulamentação, tirem proveito”, completou.

Uma das estratégias da campanha de Lula no segundo turno é afirmar que, se eleito, o senador Flávio Bolsonaro (PL) vai acabar com programas sociais criados em governos petistas, como o Bolso Família e o Farmácia Popular, o que o candidato do PL à Presidência nega.

A poucos dias do segundo turno da eleição presidencial, o governo divulgou iniciativas de fomento ao setor, incluindo o financiamento. Segundo o Ministério da Cultura (MinC), a proposta reduz o valor mínimo dos empréstimos para empre-

sas da área de R\$ 500 mil para R\$ 150 mil. O objetivo é que empresas menores, com menos necessidade de capital, sejam atendidas.

A proposta deverá ser feita pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) com o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Além da redução do valor mínimo, a iniciativa também inclui a diminuição dos juros de Taxa Referencial (TR) mais 2% para TR mais 0,5% ao ano.

O FSA prevê, durante o ano de 2026, R\$ 460 milhões em crédito para a indústria audiovisual, incluindo jogos eletrônicos. “Os projetos de jogos poderão captar investimentos com incentivos fiscais da Lei do Audiovisual, conforme regras a serem definidas pela Ancine”, informou o órgão, por meio de nota.

Os anúncios foram feitos junto à regulamentação do Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos. Sancionada em maio de 2024 por Lula, a lei estabeleceu uma política de fabricação, importação, comercialização, desenvolvimento e uso comercial de jogos eletrônicos no Brasil. Agora, a regulamentação cria as diretrizes para o fomento a esta indústria em solo nacional.

“Não queremos apenas participar de um mercado global em expansão, queremos que o Brasil seja referência mundial em produção, inovação e

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula durante assinatura do decreto que regulamenta o Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos, no Palácio do Planalto.

conhecimento”, afirmou o presidente.

Elaborado pelo MinC junto à Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Digitais (Abra-games) e outros ministérios, o decreto define ainda as responsabilidades dos órgãos envolvidos e prevê proteção dos usuários, preservação de jogos financiados com recursos públicos e proteção da propriedade intelectual.

O texto institui também o Game Brasil, plataforma pública e gratuita de catalogação, divulgação e promoção dos jogos brasileiros, indicando os que já estão disponíveis. O investimento inicial previsto é de R\$ 1,4 milhão.

Por fim, foi anunciada a criação do programa Rouanet Games, que visa apoiar a busca de patrocínio para desenvolver jogos brasileiros por meio da Lei Rouanet, em parceria com empresas públicas. “O programa oferecerá orientação, cursos e

oficinas para a preparação de projetos”, informou o Ministério da Cultura.

Em sua fala, Lula disse que a tentativa é que o Brasil “não se limite” consumidor o mercado externo. “Estamos criando condições para que o talento encontre oportunidade, que empresas possam crescer e jovens conquistem mais espaço no mundo.”

A pasta ainda prometeu novas iniciativas para “equipar laboratórios e espaços de desenvolvimento” do setor e para “apoiar a produção, o lançamento e a venda de jogos brasileiros independentes” no Brasil -ambas ainda em estruturação e com previsão de início só para 2027. Sem dar mais detalhes, o ministério informou que a estimativa de captação é de R\$ 50 milhões para cada iniciativa. (As informações são do jornal Valor Econômico)

Governo federal tem o menor gasto com calote em dez anos.

De janeiro a setembro, o governo federal desembolsou R\$ 3,38 bilhões em garantias de empréstimos não pagos por Estados e municípios. Foi o menor valor nominal para os nove primeiros meses do ano desde 2016, início da série, quando foram honrados R\$ 2,38 bilhões. Na comparação com o mesmo período de 2025, houve queda de 55,8%, quando o total foi R\$ 7,65 bilhões, segundo dados divulgados na última quinta-feira (15) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Segundo informações divulgadas no mês passado pelo jornal Valor Econômico, o volume acumulado até agosto já era o menor desde 2018, movimento que economistas atribuíram ao Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), em vigor desde janeiro de 2026. Até agosto, a União havia desembolsado R\$ 3,13 bilhões.

O Propag, que substituiu o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), permite refinaranciar a dívida que os Estados têm com a União, com juros

Rafa Neddermeyer/ABr



De janeiro a setembro, o governo federal desembolsou R\$ 3,38 bilhões em garantias de empréstimos não pagos por Estados e municípios.

reais entre 0% e 2% ao ano. Também autoriza amortizações extraordinárias por meio da entrega de ativos, como imóveis, participações societárias, créditos da dívida ativa e outros bens aceitos pela União. O prazo de financiamento é de até 30 anos.

Em nota, o Tesouro Nacional afirmou que um dos fatores que explicam a queda em 2026 foi o encerramento do RRF de Estados que aderiram ao Propag. A secretaria do Ministério da Fazenda também ressaltou que Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro encerraram sua participação no RRF após a adesão ao Propag, como determina o novo programa. Assim, as operações de crédito garantidas

pelo RRF deixaram de ser honradas pelo Tesouro, e os Estados precisarão novamente honrá-las.

De janeiro a setembro, o Rio de Janeiro foi responsável por 58,7% das garantias honradas pela União. O Estado aderiu formalmente ao Propag em 22 de junho deste ano. A União teve que pagar R\$ 1,983 bilhão de janeiro a junho. Não houve custeio de valores em contratos do Rio de Janeiro em julho, agosto e setembro.

Outros três Estados tiveram empréstimos honrados pelo governo federal ao longo de 2026: Rio Grande do Sul (R\$ 1,14 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 191 milhões) e Amapá (R\$ 19,6 milhões). Atualmente,

deste apenas o Rio Grande do Sul está no RRF.

Desde 2016, a União realizou pagamentos que somam R\$ 89,9 bilhões com o objetivo de honrar garantias em operações de crédito de Estados e municípios. Desse total, foram recuperados R\$ 6,06 bilhões, sendo R\$ 6,64 milhões em setembro de 2026.

Em setembro, por sua vez, foram honrados empréstimos de R\$ 237,71 milhões e R\$ 6,24 milhões, respectivamente, para Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. O governo ainda arcou com R\$ 64,89 mil em garantias para o município de Santanópolis (BA). As informações são do jornal Valor Econômico.

Comércio do Brasil com a China bate recorde este ano.

As exportações, importações e a corrente de comércio entre Brasil e China atingiram em 2026 valores históricos para o período de janeiro a setembro. Os dados reforçam o país asiático como principal destino dos embarques brasileiros e também como líder das origens das importações brasileiras.

As vendas brasileiras ao mercado chinês cresceram 12%, alcançando US\$ 84,7 bilhões, enquanto as importações avançaram 9,9%, somando US\$ 58,6 bilhões, sempre de janeiro a setembro ante iguais meses de 2025. A corrente de comércio sino-brasileira - soma das importações e exportações - alcançou US\$ 143,3 bilhões.

O superávit comercial brasileiro com a China chegou a US\$ 26,1 bilhões, com exportações puxadas por soja, petróleo e minério de ferro. Tradicionais na pauta de embarques aos chineses, os três itens mantêm parcela significativa da exportação à China - mais de 77%. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) e foram organizados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

A soja se mantém como o principal produto brasileiro comprado pelos chineses, no valor de US\$ 30 bilhões, de janeiro a setembro. O país asiático concentra 70% dos embarques do grão brasileiro. O petróleo vem em segundo, com total de US\$ 21,8 bilhões e expansão de 49% ante os mesmos nove meses de 2025.

Em terceiro lugar, o minério de ferro é seguido pela carne bovina, que este ano enfrenta cota anual estabelecida por Pequim. Com isso, as vendas do produto brasileiro aos chineses caíram 8,5%. Em sentido inverso, as

exportações de carne e miúdos de frango à China aumentaram 113% em valor e 86% em volume, sempre de janeiro a setembro. O frango está em sétimo no grupo dos dez mais exportados ao país asiático, mas dentre eles foi o item que teve os maiores aumentos relativos.

Destaca-se este ano também o embarque de minério de cobre. Com alta de 7,8%, o produto ficou em oitavo entre os top 10 de vendas brasileiras à China.

Outros produtos também podem entrar em breve na lista das dez maiores vendas à China, diz diz Tulio Cariello, diretor de conteúdo e pesquisa do CEBC. Ele ressalta o desempenho do sorgo e do DDG - Dried Distillers Grains - Grãos Secos de Destilaria, na sigla em inglês. Os embarques de sorgo e de DDG dispararam depois que entraram em vigor parcerias formalizadas entre China e Brasil, explica Cariello.

O DDG denomina subprodutos da fabricação de etanol de milho que são usados na alimentação de animais. A exportação total brasileira do item somou US\$ 204 milhões, dos quais 53% foram absorvidos pela China. As vendas do DDG aos chineses eram irrórias no ano passado e este ano aumentou com base em protocolo assinado entre abril e China em maio de 2025, diz o levantamento do CEBC. Os embarques efetivos ao país asiático começaram em fevereiro.

Já o sorgo teve mercado chinês aberto ao Brasil por meio de protocolo fitossanitário bilateral de fim de 2024. O crescimento dos embarques foi impulsionado este ano. De janeiro a setembro foram US\$ 170 milhões em sorgo brasileiro exportado à China.

"Os embarques de sorgo

Reprodução



As vendas brasileiras ao mercado chinês cresceram 12%, alcançando US\$ 84,7 bilhões, enquanto as importações avançaram 9,9%, somando US\$ 58,6 bilhões.

e DDG são particularmente importantes num momento em que a China tem buscado diversificar seus fornecedores de produtos para ração animal, além de aumentar a produção doméstica", diz Cariello.

Outro destaque na exportação, ainda que também não esteja no top 10, é o espodumênio, mineral do qual se extrai lítio, já dentro da demanda chinesa pelos chamados minerais críticos. As exportações brasileiras de espodumênio para a China somaram US\$ 172,3 milhões entre janeiro e setembro de 2026, com crescimento de 339% ante igual período de 2025. Os chineses absorveram 97% das vendas externas brasileiras do produto.

Na importação, destacam-se os carros eletrificados, que após crescimento contínuo mês a mês na primeira metade do ano, caíram em julho e agosto. Em julho, as importações de eletrificados passaram a ficar sujeitas a tarifa de importação de 35% ante 25% e 30% anteriores, conforme as especificações. Apesar disso, em setembro os veículos chineses voltaram a desembarcar no Brasil com volume considerado significa-

tivo.

No acumulado de janeiro a setembro os eletrificados chineses, incluindo híbridos, plug-in ou não, e os elétricos, somaram US\$ 5,9 bilhões, o que representa cerca de 10% de tudo o que o Brasil importou da China no período.

Os dados, diz, Cariello, mostram que a vinda dos carros chineses ao Brasil em 2026 não deve se limitar à janela da agenda tarifária do primeiro semestre. "O carro elétrico vai continuar crescendo nos próximos meses, pelo menos até o fim do ano, porque a China de fato está consolidando um mercado no Brasil. Os emplacements de carros eletrificados no Brasil mostram isso."

Destacam-se ainda nas importações brasileiras de itens made in China os herbicidas, no terceiro lugar entre os dez mais importados. Na área de produtos de informática, chama a atenção o crescimento dos chips de memória, item cujo volume de importação caiu 11% de janeiro a setembro, mas o valor subiu 237%. As informações são do jornal Valor Econômico.

A General Motors tenta aprovar junto aos órgãos reguladores do Brasil mudanças nas normas de homologação para poder importar veículos dos Estados Unidos.

A GM (General Motors) trata a China como essencial para seu futuro na América do Sul, mas não quer deixar as origens norte-americanas de lado. Por isso, tenta aprovar junto aos órgãos reguladores do Brasil, mudanças nas normas de homologação para poder importar veículos dos Estados Unidos. É o caso do Cadillac Escalade, que tem ótimos números de vendas no País, mas atualmente é oferecido apenas via importação independente.

Caso a GM consiga destravar a burocracia, a ideia é recheiar o portfólio não apenas da Cadillac. Segundo o vice-presidente da GM na América do Sul, Fabio Rua, há interesse em trazer SUVs grandes da Chevrolet, como Suburban e Tahoe, além de modelos da GMC.

Artigo publicado em março pelo site AutoEsporte já mostrava o desejo da GM de vender o Escalade V8 no Brasil e os impeditivos para que isso acontecesse. Agora, além de confirmar o interesse em uma linha importada ainda maior, também podemos dizer que a em-

Reprodução



O Cadillac Escalade 2026 tem ótimos números de vendas no País.

presa já trabalha para que as normas de segurança do padrão americano sejam reconhecidas no Brasil.

Não se trata de afrouxar regras de segurança, mas de validar as normas praticadas nos Estados Unidos. “Ter uma normativa diferente não faz dos carros norte-americanos menos seguros que os europeus”, disse Rua. Um exemplo dado pelo executivo é a obrigatoriedade na lei brasileira de carros de passeio oferecerem encostos de cabeça para todos os ocupantes.

No caso do Escalade a combustão, a última fileira oferece o dispositivo apenas para os passageiros laterais. Considerando que o volume de vendas do Brasil é baixo, desenvolver

uma solução especificamente para o nosso mercado sairia caro demais e não seria tratado como prioridade pela matriz.

Caso a GM consiga uma mudança na legislação, além do Cadillac Escalade, podem aparecer por aqui os SUVs grandes Tahoe e Suburban, feitos sobre a mesma plataforma, mas com a diferença de que o segundo tem entre-eixos e comprimento maiores, acomodando com mais conforto até oito pessoas.

Um fator que facilitaria a chegada da dupla é que os conjuntos mecânicos disponíveis nos Estados Unidos são conhecidos por aqui. Há opções com o mesmo V8 5.3 de 360 cv da Silverado, ou um V8 6.2 de 426 cv que equi-

pava o Camaro. Nos dois casos, o câmbio é automático de 10 marchas, também já oferecido por aqui.

A volta da divisão de veículos comerciais GMC ao Brasil também foi cogitada pelo executivo. A GMC esteve em nosso mercado entre os anos 1990 e 2000, vendendo caminhões e a picape 3500 HD. Agora, poderia trazer a picape Sierra 1500, uma versão mais requintada da Silverado oferecida atualmente. Seria uma opção para brigar com versões mais caras de Ford F-150 e Ram 1500. A motorização é a mesma da “irmã” já vendida, V8 5.3 de 360 cv e câmbio automático de 10 marchas. As informações são do site AutoEsporte.

A produção de motocicletas no Brasil bate recorde e deve ultrapassar 2,1 milhões de unidades neste ano.

A pós 14 anos, a produção de motocicletas no Brasil deve ultrapassar 2,1 milhões de unidades montadas no Polo Industrial de Manaus (PIM). O setor só superou essa marca em dois momentos na sua história: em 2008, com 2,141 milhões, e 2011, com 2,131 milhões. Desta vez, os fabricantes avaliam que a volta ao patamar histórico ocorre em condições de mercado que permitem acreditar que ele se manterá pelos próximos anos. Tanto em 2008 como em 2011, a produção caiu em seguida. O maior temor, no entanto, é que o setor de motos enfrente o mesmo cenário das montadoras de automóveis: a concorrência do importado chinês.

"Nosso principal desafio para manter o atual patamar de produção é regulatório", disse Marcos Bento, presidente da Abraciclo, associação que reúne onze fabricantes instalados em Manaus e responsáveis por cerca de 97% do mercado, após coletiva na terça-feira (13), quando apresentou as novas perspectivas para o ano. Para a produção, a estimativa de crescimento passou de 4,5% para 6%, enquanto para vendas foi de 4,6% para 6,9%.

A venda motos será recorde pelo segundo ano consecutivo, ficando em torno de 2,35 milhões de motocicletas licenciadas. A diferença entre a produção registrada pela Abraciclo e o volume de licenciamentos é ocupada por fabricantes não associados à entidade e importações.

Bento afirma que a demanda é garantida e não vê, no cenário próximo, mudanças que possam rever-

ter essa tendência de crescimento. A motocicleta, na sua avaliação, ocupa hoje um espaço diferente em relação a dez anos atrás, tanto como opção de transporte, de trabalho e de lazer.

"O cenário hoje é bem diferente dos outros anos (2008 e 2011). Não tínhamos o delivery consolidado. Não tínhamos a diferença que existe hoje de preço entre carros e motos. Nosso produto está mais próximo da renda do brasileiro. Hoje, a motocicleta é a segunda opção de veículo para as famílias. E vemos o crescimento das vendas de alta cilindrada como opção de lazer", afirmou.

Bento avalia que, mesmo com os juros e o endividamento das famílias em alta, o setor está mais maduro. Ele lembra que a crise de crédito vivida pelo país em 2016 foi um aprendizado. Hoje, tanto os fabricantes como o sistema bancário estão mais atentos à concessão de crédito para evitar a inadimplência. "E temos ainda o consórcio, que para nós representa cerca de 30% dos negócios e é uma alternativa aos momentos de juros altos", completou.

O presidente da Abraciclo alerta que é preciso ter uma política de fortalecimento e proteção da indústria nacional para não enfrentar a mesma realidade vivida atualmente pelas montadoras de automóveis, principalmente no segmento de veículos elétricos. "Diria que pisamos para ficar no patamar (de produção) de 2,1 milhões", afirma, para em seguida ponderar que é preciso olhar com atenção um setor que gera 22 mil empregos diretos em

José Paulo Lacerda/CNI



A venda motos será recorde pelo segundo ano consecutivo, ficando em torno de 2,35 milhões de motocicletas licenciadas.

Manaus e faturou R\$ 28,3 bilhões entre janeiro e julho, alta de 11,4% na comparação com 2025. Esses números incluem os fabricantes de bicicletas.

As motos elétricas ainda não tiram o sono da indústria local. Segundo a Abraciclo, representam apenas 0,7% do mercado total. Mas essa pouca representatividade também já foi a realidade das montadoras de automóveis e, hoje, os eletrificados (híbridos e elétricos) representam cerca de 20% dos carros novos licenciados. E avançam com muita rapidez no mercado brasileiro.

As principais montadoras com produção no país detêm a tecnologia da motocicleta elétrica, mas continuam apostando no motor flex ou a gasolina. No acumulado de nove meses no ano até setembro, 62% dos modelos vendidos foram flex e 38% apenas a gasolina.

Como a produção acumula alta de 9,9% entre janeiro e outubro, o setor não deve ter dificuldades para atingir a estimativa de 6%, podendo até superar o atual

recorde de 2008. Os modelos de baixa cilindrada, até 160 cc, representam 78,8% do mercado.

Entre os principais entraves para que a marca de 18 anos atrás seja superada estão os possíveis efeitos do El Niño na logística da região Norte, esperado com mais força para o fim de outubro. "Como todo efeito climático, é impossível saber sua intensidade", adiantou Bento. Não há expectativa de linhas de produção paradas, mas é certo algum efeito sobre os custos da logística.

No mercado externo, o setor ainda busca seu melhor momento. A nova estimativa de expansão nas exportações é de 9%, contra 4,4% anterior, somando 47 mil unidades exportadas. O principal destino da moto brasileira é a Argentina, responsável por 40,6% das exportações, ou 14,5 mil unidades. Na sequência aparecem Estados Unidos (19,9% e 7,1 mil motocicletas embarcadas) e Colômbia (18,4% e 6,6 mil unidades exportadas). As informações são do jornal Valor Econômico.

Conab estima nova produção recorde de grãos no País, com mais soja e menos arroz.

A produção brasileira de grãos da safra 2026/2027 deve superar 367 milhões de toneladas, um aumento de 1,4% em relação à safra anterior. A projeção foi divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a partir de dados reunidos no 1º Levantamento de Safra de Grãos 2026/2027.

O crescimento se dá pelo aumento da área cultivada, que deve crescer 2,3% em relação à última safra e chegar a 85,4 milhões de hectares.

A colheita da soja deve ter um pequeno aumento, de 0,7%, chegando a 181,6 milhões de toneladas. A área a ser semeada deverá ter um crescimento de 1,4%, com destaque para os estados de Mato Grosso e Paraná que, juntos, concentram mais de 60% da área de cultivo do grão.

No caso do milho, o aumento da produção deve ser de 2,4%, com volume total de grãos podendo chegar a 148 milhões de toneladas. O crescimento é puxado pelo aumento da área plantada, que deve crescer 4,9% em relação ao ciclo de 2025/2026.

A produção de feijão deve permanecer estável com volume esti-

Wenderson Araujo/CNA



A produção brasileira de grãos da safra 2026/2027 deve superar 367 milhões de toneladas, um aumento de 1,4% em relação à safra anterior.

mado em 2,9 milhões de toneladas. A projeção para a área semeada na primeira safra é de 808,2 mil hectares, aumento de 1,9% em relação ao último ciclo. E na segunda safra, 963,1 mil toneladas, 1,1% inferior em relação à safra passada. O Brasil colhe, anualmente, três safras de feijão.

Arroz

A Conab prevê uma queda na produção do arroz de 2,9%, apesar de um aumento na área semeada. O plantio em sequeiro deve aumentar 7,1%. Já o plantio em área alagada, que é a maior parte da produção nacional, deverá permanecer estável, com pequeno aumento de 0,4%.

O motivo da queda de produtividade é o impacto do El Niño, que deverá afetar o volume de chuvas na Região Sul, onde fica a maior parte

da produção nacional de arroz.

Segundo o Painel do El Niño, o fenômeno meteorológico atingirá o Brasil de forma severa neste segundo semestre de 2026 e início de 2027. Como consequência, a previsão é que a Região Sul tenha chuvas acima da média histórica, com riscos de inundações, temporais e enchentes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As regiões Norte e Nordeste terão o problema oposto, uma seca severa e estiagem. O Centro-Oeste e o Sudeste serão afetados principalmente pelo calor extremo.

A produção prevista para o trigo é de 5,7 milhões de toneladas este ano. O volume equivale a uma redução aproximada de 27,2% em comparação à safra an-

terior. A queda está associada à diminuição da área plantada e também à queda na produtividade do cereal.

Exportações

As exportações de soja em grãos estão estimadas em 117,97 milhões de toneladas, um crescimento de 1,5% em relação à safra anterior. No caso do milho, as exportações devem alcançar 43,9 milhões de toneladas. Mas o destaque do cereal será o crescimento do mercado interno em 6,6% por causa da produção de etanol.

O arroz deverá ter as exportações reduzidas em 17,4%. Isso porque, como a previsão é de produção menor, os grãos devem ser consumidos pelo mercado interno, que ficará estável. As informações são da Agência Brasil.

Duas maiores facções criminosas do Brasil, PCC e Comando Vermelho travam disputa em cidades de Mato Grosso do Sul: 313 homicídios.

Integrantes das duas maiores facções criminosas do Brasil, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), travam uma disputa em cidades de Mato Grosso do Sul. O Estado registra uma disparada no número de mortes. Entre janeiro e agosto, foram 313 homicídios dolosos, alta de 34% em relação ao mesmo período do ano passado. Nenhum outro Estado brasileiro teve um aumento tão grande de assassinatos. O Ministério Público calcula que do total de mortes no período, cerca de cem tiveram relação direta com o conflito.

O pano de fundo dessa onda de ataques, que tem deixado corpos cravejados de balas nas ruas ou dentro das casas, é uma disputa pelo controle dos acessos da fronteira de Mato Grosso do Sul com os territórios do Paraguai e da Bolívia, por onde são transportadas regularmente cargas de cocaína para o Brasil.

A droga continua sendo a moeda forte do PCC e do CV - especialmente devido a negociações que envolvem remessas de toneladas da substância para a Europa. Os dois grupos foram incluídos em junho na lista do Departamento de Estado dos EUA de organizações estrangeiras terroristas.

A sequência de mortes no Estado chama atenção para um problema complexo que nunca nenhum governo conseguiu até agora equacionar como

tornar as fronteiras do país mais vigiadas e protegidas a ponto de reduzir drasticamente a quantidade de cocaína que entra no Brasil.

As campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Flávio Bolsonaro prometem mudanças no combate à criminalidade, mas ainda não deram detalhes sobre como pretendem encarar esse tema.

Flávio, em seu programa de governo, fala em criar um "paredão na fronteira" com militares e armas de guerra. O programa de Lula cita o fortalecimento da vigilância e a cooperação internacional para destruir rotas de tráfico.

O Brasil faz limite com dez países, mas são as fronteiras com quatro deles que inspiram especial preocupação. Colômbia, Peru e Bolívia, pelo fato de serem os produtores de praticamente toda a cocaína que circula pelo mundo, e Paraguai, por ser uma espécie de centro de distribuição de parte da cocaína que chega ao Brasil.

Apesar de diversificarem seus negócios, o grosso dos recursos auferidos por lideranças das duas facções continua saindo da venda de cocaína, especialmente quando enviada para o exterior.

"O narcotráfico internacional, sobretudo a remessa de cocaína para a Europa, ainda é o primeiro negócio do PCC", diz o promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Lincoln Gakiya, com anos de experiência em ações

PF/Divulgação



Policiais flagram em Campo Grande, em fevereiro, ônibus com 745 kg de pasta base de cocaína.

contra o crime organizado. "O PCC não é único, mas é a principal organização dedicada ao tráfico de cocaína passando pelo Brasil rumo a Europa", diz ele. O CV também atua como parceiro de grupos no exterior, mas num volume menor.

O dinheiro que os dois grupos e outros obtêm com o narcotráfico internacional tem sido lavado de diversas maneiras. É investido em empresas que têm operação e faturamento, como forma de misturar capital lícito e ilícito, como empresas de ônibus, de construção e postos de combustível. Ou é escondido em fundos de investimento que por anos desfrutaram de pouca regulação.

"O tráfico para a Europa retroalimenta outras formas de negócios e a inserção do PCC no mercado formal", diz o promotor.

Para manterem os negócios fluindo, redes criminosas precisam garantir a operação de rotas terrestres, fluviais e aéreas pe-

las quais são transportadas toneladas da droga para o Brasil todos os anos. Por isso, criminosos do PCC e do CV e de outros grupos têm explorado e buscado controlar pontos-chaves das porosas fronteiras do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As disputas por esse controle dos acessos deixam, muitas vezes, um rastro de violência e morte.

É o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul. "Desde o fim do ano passado a gente tem visto aqui uma guerra muito intensa", disse Felipe Almeida Marques, promotor de Justiça e integrante do centro de inteligência do Ministério Público em Campo Grande. As informações são do jornal Valor Econômico.

Superior Tribunal de Justiça analisa quebra de sigilo de usuários da Uber.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a discutir se a Uber pode ser obrigada a indicar à Justiça os dados de passageiros que fizeram avaliações negativas de motorista para que sejam ouvidos como testemunhas em processo sobre a exclusão do profissional da plataforma. A questão está em análise na 3ª Turma.

Até o momento, só o relator do caso, ministro Humberto Martins, votou, no sentido de que as avaliações negativas não constituem justificativa suficiente para a quebra do sigilo garantido pelo Marco Civil da Internet. O julgamento foi suspenso por pedido de vista da ministra Daniela Teixeira. Ela afirmou que teria outros dois processos sobre o tema em seu gabinete.

No processo, o motorista questionava a legalidade de seu desligamento da plataforma. Ele alegou que não teve a chance de se defender. Já a Uber destacou em sua defesa ter recebido cinco reclamações diferentes contra ele: três por tentativa de pagamento por fora da plataforma, uma acusação de racismo e outra de agressão.

Na primeira instância, o pedido do motorista foi negado. No entanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) entendeu que ouvir os passageiros seria indispensável à compreensão do caso. No acórdão, a 28ª Câmara de Direito Privado reconheceu que a Uber tem direito de excluir motoristas da plataforma, mas entendeu que houve cerceamento de defesa no caso.

"O exame da legalidade da conduta, no caso em exame, exigia prévia deliberação acerca da existência dos fatos imputados ao autor, que se tornaram controvertidos com a réplica", diz a decisão, se referindo ao fato de que o motorista negou ter praticado as condutas atribuídas a ele.

Em sustentação oral no STJ, o advogado Felipe de Melo Fonte, que representou a

Uber, defendeu que o sistema de avaliações funciona sustentado na expectativa legítima do usuário de que as reclamações apresentadas serão protegidas pelo anonimato. Nas avaliações por pares, disse, em que é essencial não saber quem faz uma crítica para evitar retaliações, é fundamental que os dados não se tornem públicos.

Ele mencionou a possibilidade de que a convocação do usuário para prestar depoimento poderia gerar o que se chama de "revitimização" -quando a pessoa que sofreu um trauma é obrigada a passar por novos sofrimentos durante a apuração judicial, por exemplo sendo obrigada a narrar o episódio de violência sofrido diversas vezes a autoridades diferentes.

Além disso, prosseguiu, o sistema funciona bem tanto para os passageiros quanto para os motoristas. "O maior interesse da empresa é ter o maior número possível de motoristas e de passageiros cadastrados. A empresa não vai deliberadamente tratar alguém de maneira injusta, porque é de seu maior interesse que o motorista continue na plataforma", argumentou.

Como o pedido de vista foi anunciado antes do julgamento, o relator, ministro Humberto Martins, leu só um resumo. Ele citou o artigo 22 do Marco Civil da Internet, que dispõe que a ordem judicial de exibição de dados de acesso e identificação de usuários de internet exige a indicação de "fundados indícios de ocorrência do ilícito".

"Ausentes indícios de falsidade, fraude ou qualquer ilicitude na formação dos registros anonimizados, não se justifica a quebra do sigilo de dados pessoais dos terceiros usuários, que reportaram reclamações sob a legítima expectativa de sigilo dos seus dados pessoais", disse.

Segundo o ministro, os registros eletrônicos e telas de sistema anonimizados apre-

Reprodução



A questão está em análise na 3ª Turma do STJ.

sentadas pela Uber no processo foram suficientes como prova, nos termos do artigo 373 do Código de Processo Civil, dispensando testemunhas.

Além disso, Martins mencionou que, nas relações contratuais privadas, "prevalece o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão dos atos negociais, não podendo o Judiciário compelir as partes à manutenção do vínculo quando existente cláusula que permita a desvinculação a qualquer tempo". No caso, ele considerou que o desligamento atende aos preceitos do contrato firmado.

Hítalo Silva, sócio do WFarria Advogados, avalia que a preocupação com a privacidade e segurança dos passageiros é legítima, mas não justifica a proibição da identificação em juízo. Segundo ele, o artigo 22 do Marco Civil da Internet "disciplina o fornecimento judicial de registros de conexão e de acesso a aplicações, não estabelece uma garantia geral de anonimato para toda avaliação feita em uma plataforma".

"O contraditório do motorista não significa acesso automático à identidade de todos os avaliadores. Por outro lado, se a plataforma utiliza reclamações como fundamento para a desativação, o motorista pre-

cisa conhecer suficientemente as condutas que lhe são atribuídas e ter uma oportunidade efetiva de contestá-las", avalia o advogado.

Para Wilson Sales Belchior, sócio do RMS Advogados, a preservação da identidade dos passageiros não ofende, por si só, o direito ao contraditório do motorista. "Ele continua podendo questionar o conteúdo e as datas das reclamações, a integridade dos registros, os critérios previstos nos termos de uso, as notificações recebidas, o procedimento de revisão e a proporcionalidade da desativação", diz. "A empresa, por sua vez, acrescenta, permanece sujeita ao ônus de apresentar elementos suficientes para demonstrar a base fática e contratual de sua decisão. "Isso não exige necessariamente a exposição pessoal dos usuários."

Se a apresentação de um relato passar a resultar, como regra, na posterior exposição do passageiro em processo judicial, afirma, "há risco de produzir um efeito inibidor, especialmente nas ocorrências que envolvam integridade física, discriminação ou outras condutas graves". As informações são do jornal Valor Econômico.

Saiba o que está por trás do avanço militar dos Estados Unidos na América Latina.

Os Estados Unidos estão enviando centenas de militares e drones para a América Latina, segundo informações divulgadas pela imprensa americana nos últimos dias. A movimentação ocorre em meio à tentativa do governo de Donald Trump de combater o narcotráfico e ampliar a influência americana na região.

Na quarta-feira (14), o jornal The New York Times informou que pelo menos 600 militares dos Estados Unidos participarão de treinamentos e exercícios com forças locais no Panamá, na Colômbia e em Honduras. Segundo o jornal, os primeiros militares já começaram a ser enviados para um centro de treinamento no Panamá.

Depois, eles seguirão para a Colômbia, onde participarão de exercícios militares previstos para começar ainda em outubro. Outra parte do grupo será deslocada para Honduras, também para atividades de treinamento com forças locais.

A reportagem afirmou ainda que parte dos militares poderá dar apoio a forças de operações especiais americanas que asses-

Reprodução



Os primeiros militares já começaram a ser enviados para um centro de treinamento no Panamá.

soraram exércitos locais em ações contra suspeitos de tráfico de drogas. A notícia foi divulgada uma semana depois de o mesmo jornal informar que os Estados Unidos estavam enviando drones MQ-9 Reaper, conhecidos como "caçadores-assassinos", para a América do Sul.

Os equipamentos foram redirecionados da África para o Equador e a Colômbia e devem ser usados em operações de combate ao narcotráfico. Os dois países enfrentam a atuação de facções criminosas classificadas como organizações terroristas pelo governo americano.

Para o cientista político Maurício Santoro, doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Mari-

nha do Brasil, os militares enviados à América Latina devem atuar principalmente como assessores de forças locais.

Segundo ele, a expectativa é que os americanos trabalhem em parceria com as Forças Armadas e as polícias dos países que aderiram ao Escudo das Américas — iniciativa de Donald Trump para combater o crime organizado na região. O Brasil não faz parte do grupo.

Santoro avalia ainda que o envio de 600 militares americanos para a América Latina é um deslocamento pequeno diante dos objetivos anunciados pelo governo americano.

"Os militares dos Estados Unidos não estarão diretamente na linha de frente. Quem estará ali arrombando a porta de um laboratório ou

prendendo uma quadilha vão ser os militares ou os policiais desses países", explica.

Os Estados Unidos mantêm cinco bases militares na região e podem utilizar três Locais de Segurança Cooperativa (CSLs, na sigla em inglês) — instalações que permitem o acesso e o apoio logístico em países parceiros, sem necessariamente abrigar tropas de forma permanente.

O país também realiza regularmente exercícios militares conjuntos com parceiros estrangeiros. Em setembro, por exemplo, o Brasil recebeu tropas americanas e de outros países para um treinamento em Goiás, coordenado pelas Forças Armadas brasileiras. (Com informações do portal g1)

Número de estrangeiros barrados cresce na Argentina com novas regras do governo.

O caso do jornalista brasileiro Rogério Tomaz Jr., impedido de entrar na Argentina no último dia 12, reflete uma política migratória cada vez mais dura de Javier Milei. Desde que assumiu, em dezembro de 2023, o governo do ultraliberal endureceu regras por decreto, e o número de pessoas impedidas de ingressar no país cresceu.

Tomaz foi barrado ao desembarcar no Aeroporto Jorge Newbery, em Buenos Aires, por permanecer fora do país por mais de um ano, contrariando as regras do seu visto de residência permanente obtido em 2022.

Além de não conseguir entrar no país vizinho, o jornalista foi proibido de voltar por cinco anos, o que o levou a suspeitar de motivação política — seu visto foi revogado em 5 de agosto, dias após ser alvo de ataques de perfis de ultradireita na rede social, incluindo membros do governo.

A regra que puniu Tomaz é recente. Em maio de 2025, Milei alterou por decreto a Lei de Migrações da Argentina, e uma das mudanças foi determinar que, mesmo sem a ocorrência de um crime, a expulsão do país leve à proibição de reingresso por um período mínimo de cinco anos, "sendo a sua duração definida de acordo com a gravidade do motivo que a ensejou".

Com essas medidas, Milei emula outros líderes da ultradireita mundial, que têm o combate à imigração como uma de suas principais bandeiras. Além do presidente dos EUA, Donald Trump, exemplos na América Latina ganharam força, como José Antonio Kast, no Chile, e Abelardo de la Escribana, na Colômbia.

"Desde que assumiu, Milei tem abordado a migração sob uma perspectiva de segurança, de associação com o crime e, de certa forma, com um discurso que tende à construção de um inimigo interno", afirma a advogada Lucía Galoppo, que atua na área internacional do Centro de Estudos Legais e Sociais (Cels).

Para ela, a medida que re-

sume essa postura foi a transferência da Dirección Nacional de Migraciones (DNM) do guarda-chuva do Ministério do Interior para o da Justiça, em novembro de 2025. "Foi como um símbolo de que a abordagem do tema se daria a partir de uma perspectiva de segurança, não sob a ótica da regularização", diz.

Essa política se traduziu em números. Um levantamento da Comissão Argentina para Refugiados e Migrantes (Caref), com base em dados da DNM, mostra que 15,8 mil estrangeiros foram impedidos de entrar no país em 2024, primeiro ano do governo Milei. Em 2025, o número subiu para 16,7 mil. Só no primeiro semestre de 2026, houve mais de 10 mil bloqueios, o que indica crescimento acima da média.

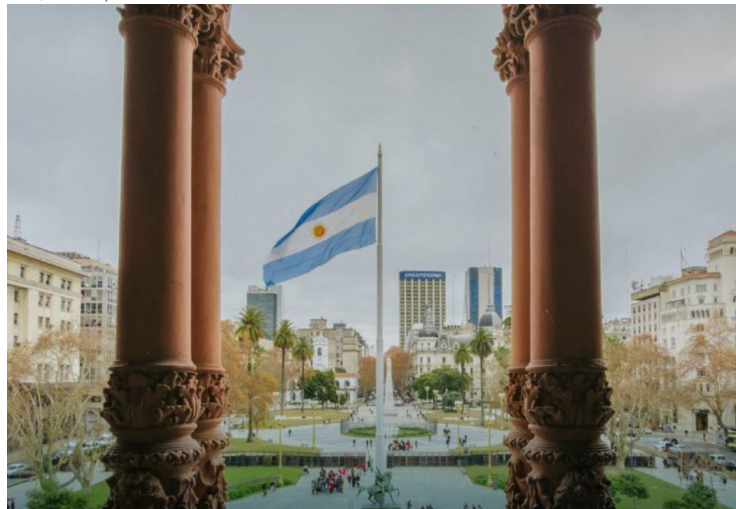
O menor patamar da série foi registrado em 2021, quando as fronteiras estavam fechadas em razão da pandemia de coronavírus. Já o pico ocorreu em 2017, com cerca de 17 mil pessoas barradas, em um período que coincidiu com a onda migratória de venezuelanos na América Latina.

Os casos classificados como "falsos turistas" passaram de 8% do total de impedimentos de entrada em 2023 para 41% em 2025. No primeiro semestre de 2026, foram 4.000 ocorrências, o equivalente a 40% dos 10 mil barramentos registrados no período.

O termo "falsos turistas" está previsto em uma disposição da DNM que orienta os agentes de fronteira a desconfiar de quem possa ter a intenção de permanecer no país e a exigir passagens aéreas, cartões de crédito e comprovante de hospedagem. Quem declara ser turista sem de fato sê-lo pode ser barrado.

A norma tem origem na legislação do período da ditadura, diz Lucía, e é tão ampla que acaba sendo usada em momentos de aperto à migração. "Houve uma reconfiguração e tentou-se organizar os critérios para que o processo fosse menos arbitrário, mas a prática continuou exis-

Gustavo Moreno/STF



Com as medidas, Javier Milei emula outros líderes da ultradireita mundial, que têm o combate à imigração como uma de suas principais bandeiras.

tindo", afirma. "A suspeita de que a pessoa mente que é turista depende muito do critério do agente que faz o atendimento na fronteira."

As expulsões de quem já está no país também cresceram, segundo levantamento do Caref. A quantidade de pessoas expulsas passou de 475, em 2022, para 920, em 2025. Embora tenham aumentado, os dados oficiais são bem inferiores ao que o discurso inflado de Milei e de seus aliados, que falam em "30 mil terroristas" expulsos da Argentina.

As ordens podem ter natureza penal, quando relacionadas a antecedentes criminais de diferentes gravidades, ou administrativa, quando o estrangeiro não consegue regularizar sua situação por falta de algum requisito, como um documento válido do país de origem ou um comprovante de entrada.

O endurecimento migratório de Milei contrasta com o peso da imigração na população argentina. Segundo o censo de 2022, cerca de 1,9 milhão de estrangeiros vivem no país, o equivalente a 4,2% da população. A proporção permaneceu estável em relação a 2001 e ficou ligeiramente abaixo da registrada em 2010, quando os imigrantes representavam 4,5% dos habitantes. Não há dados ou estimativas oficiais sobre o número de pessoas em situação migratória irregular.

Mesmo assim, o governo segue apostando no recrudescimento e na retórica de associar estrangeiros a criminosos. Em julho, na onda da impopularidade da Argentina após a Copa do Mundo, o presidente alterou por decreto a Lei de Migrações para permitir a expulsão ou o veto à entrada de quem tenha "proferido discurso de ódio oralmente ou por escrito, ou incitado violência contra o povo argentino". A regra também alcança quem tenha cometido ou participado de atos de profanação de símbolos nacionais.

Até agora, porém, não há registros públicos de que a norma tenha sido usada —nem mesmo no caso de Tomaz.

Segundo Lucía, a aplicação da lei deve demorar. "Primeiro, a regra gera um efeito de disciplinamento social e um temor generalizado, e os resultados concretos só começam a aparecer muito tempo depois", continua. "O simples fato de alterar a lei já provoca autocensura. Pode ser que ninguém chegue a ser expulso com base nesse critério, mas as pessoas passam a evitar dar opiniões ou publicar determinados conteúdos, sentindo-se inseguras quanto à sua liberdade de expressão." As informações são do jornal Folha de S.Paulo.

Protestos contra o custo de vida na França reúnem 550 mil pessoas e têm cerca de 400 presos.

Os protestos contra o alto custo de vida e por melhores condições de ensino reuniram cerca de 550 mil pessoas na França nesse sábado (17), segundo o ministro do Interior, Laurent Nuñez. Em Paris, foram 110 mil manifestantes. Cerca de 400 pessoas foram detidas. Segundo Nuñez, a maior parte é formada por adultos sem ligação com o movimento estudantil. Sessenta policiais ficaram feridos nos confrontos. Dois deles foram levados ao hospital inconscientes.

O ministro atribuiu a violência a pessoas ligadas à esquerda radical e à extrema esquerda, e afirmou que havia uma intenção clara de atacar prédios públicos. Ele também relatou saques ou tentativas de saque nas cidades de Paris, Rouen, Nantes, Toulouse e Marselha.

Nuñez disse que há muitas imagens disponíveis para identificar os responsáveis pela violência e que se reuniria com o primeiro-ministro para tratar da situação. Questionado sobre a atuação policial, afirmou que os agentes precisam poder se proteger quando manifestantes usam armas.

As manifestações reuniram estudantes, trabalhadores e integrantes do movimento dos “coletes amarelos”, e foram marcadas por confrontos com a polícia, incêndios e atos de vandalismo. A polícia usou gás lacrimogêneo em várias cidades. Os atos estão entre os mais violentos registrados no país nos últimos anos.

Em Angers, no oeste do país, manifestantes invadiram dois prédios públicos: a prefeitura e a sede do governo regional de Maine-et-

Loire, segundo informações repassadas à agência AFP pela própria administração regional e publicadas pelo jornal Le Monde.

Um princípio de incêndio começou na sala de correspondência do prédio do governo regional e foi apagado por um funcionário que estava no local com um extintor. A entrada da prefeitura foi depredada. O protesto reuniu cerca de 10 mil pessoas na cidade, segundo o governo regional. Entre 300 e 400 pessoas atacaram lojas e prédios públicos, incluindo a delegacia, que precisou ser protegida para impedir a invasão.

Em Toulouse, o ato terminou com saques a lojas, lixeiras incendiadas e barricadas, segundo o Le Monde. A praça do Capitólio foi isolada após um princípio de incêndio, e houve confrontos em vários bairros.

O protesto reuniu 32 mil pessoas segundo o governo regional e cerca de 80 mil segundo os sindicatos. A situação mudou por volta das 16h30 no horário local, quando as forças de segurança tentaram interromper a passeata. Quatro dirigentes sindicais ficaram feridas e precisaram ser retiradas do local.

Em Paris, um forte esquema de segurança foi montado na região central, especialmente nas proximidades da Avenida Champs-Élysées e do Arco do Triunfo. Os dois locais ficaram fora dos trajetos autorizados para as manifestações.

Manifestantes vestidos com coletes de alta visibilidade bloquearam ruas, em cenas que remetem ao movimento dos “coletes amarelos”.

Reprodução



Sessenta policiais ficaram feridos nos confrontos.

“Estamos lutando porque o custo de vida está insustentável, porque o preço dos combustíveis está muito alto, porque estudantes do ensino médio estão sendo violentamente atacados e feridos em todo o país simplesmente por tentarem protestar e pedir mais professores e condições dignas de ensino”, afirmou Lola, uma manifestante de 19 anos, em Paris.

Em Marselha, o prefeito afirmou que a sede da prefeitura foi vandalizada. Após conversas com o primeiro-ministro e o ministro do Interior, o governo decidiu enviar reforços policiais à cidade. O Le Monde também registrou tensão em Lille e Lyon, além de destruição em grandes cidades do país. O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou no X que não há espaço para a violência na França.

Segundo ele, quem depredou e atacou sedes do governo regional e comércios e saqueou prefeituras será processado e punido.

“Vamos todos fazer bloco contra os semeadores do caos, que buscam apenas derrubar nossas instituições

e impedir que aqueles que expressam pacificamente suas reivindicações o façam”, escreveu.

Macron, que pediu calma na sexta-feira (16), entra na reta final do mandato em meio a um cenário político fragmentado e à pressão sobre a economia. As tentativas do governo de reduzir a dívida pública não tranquilizaram os investidores, e os custos de financiamento do Estado francês atingiram os níveis mais altos em mais de duas décadas.

Os protestos começaram no mês passado em escolas de ensino médio de bairros pobres da periferia norte de Paris. Inicialmente, os estudantes reivindicavam mais professores e melhorias na infraestrutura das escolas.

Com o passar das semanas, a mobilização ganhou força e passou a incorporar críticas à desigualdade social, aos gastos públicos e à queda do poder de compra.

Convocações feitas pelas redes sociais para que participantes de movimentos anteriores se juntassem aos atos ampliaram a mobilização.

Papa Leão XIV tem alta do hospital e volta ao Vaticano após cirurgia.

O papa Leão XIV recebeu alta hospitalar nesse sábado (17), quatro dias após passar por uma cirurgia para tratar um câncer de pulmão no Hospital Gemelli, em Roma. Aos 71 anos, o pontífice deixou a unidade de saúde caminhando sem ajuda até o carro que o aguardava.

Antes de partir, ele também parou para conversar com pessoas que estavam reunidas do lado de fora do hospital.

Em comunicado divulgado nesse sábado, o diretor da Direção de Saúde e Higiene do Vaticano, Luigi Carbone, e o chefe da equipe de cirurgia torácica responsável pela operação, Stefano Margaritora, afirmaram que os resultados dos exames e a avaliação clínica permitiram que o papa deixasse o hospital.

Segundo os médicos, a cirurgia foi concluída com sucesso e não houve complicações durante o procedimento. Até o momento, porém, a equipe médica não

Vatican Media



Pontífice deixou hospital quatro dias após operação para remover parte do pulmão direito.

informou o tamanho do tumor nem se a doença atingiu os linfonodos próximos. Essas informações são importantes para avaliar a extensão do câncer e determinar o prognóstico do paciente.

A primeira aparição pública de Leão XIV desde a operação está prevista para este domingo (18). Na ocasião, ele deverá conduzir as orações semanais com os peregrinos reunidos na Praça de São Pedro, no Vaticano.

Viagem

A Santa Sé informou que os preparativos para a próxima viagem internacional do pontífice continuam em andamento. Leão XIV tem

visitas previstas ao Uruguai, à Argentina e ao Peru entre os dias 6 e 17 de novembro. A programação é considerada uma das mais intensas organizadas para um papa em décadas.

Apesar da manutenção dos planos, o cardeal Pietro Parolin, secretário de Estado do Vaticano, afirmou na sexta-feira (16) que o pontífice talvez precise adaptar o ritmo de sua agenda nos próximos meses, levando em consideração sua recuperação e as condições de saúde.

“De acordo com as condições de sua saúde”, declarou Parolin ao comentar a possibilidade de mudanças na rotina papal. É incomum

que um cardeal fale publicamente sobre a necessidade de um papa ajustar seus compromissos em razão da saúde.

A declaração ocorre enquanto o Vaticano acompanha a recuperação de Leão XIV após a cirurgia. Embora os médicos tenham autorizado a alta hospitalar, ainda não foram divulgados detalhes sobre a extensão do tumor ou sobre a evolução da doença.

Na sexta, o Vaticano havia divulgado as primeiras imagens do pontífice desde a operação. Nas fotografias, Leão XIV aparece celebrando uma missa e em pé, sem precisar de auxílio para permanecer nessa posição.

Trensurb divulga novas tabelas horárias de finais de semana.

Desde as primeiras horas desse sábado (17), o metrô da Trensurb passou a operar conforme novas tabelas horárias nos finais de semana e feriados. As escalas passaram por ajustes devido à alteração do tempo total de viagem, entre Porto Alegre e Novo Hamburgo, para 55 minutos, que está em vigor desde a última terça-feira.

A redução de cerca de cinco minutos na duração do trajeto é resultado dos avanços na recuperação do sistema de sinalização do metrô, afetado pelas enchentes de 2024.

Aos sábados, as partidas da Estação Mercado ocorrem das 5h às 16h43, com intervalos de 12 minutos; das 16h43 às 18h12, com intervalos de 11 minutos; das 18h12 às 19h, com intervalos de 12 minutos; das 19h às 21h45, com intervalos de 15 minutos; e das 21h45 às 23h, com intervalos de 20 minutos. Já as partidas da Estação Novo Hamburgo ocorrem das 5h às 6h14, com intervalos de 12 minutos; das 6h14 às 7h25, com intervalos de 10 minutos; das 7h25 às 17h48, com intervalos de 12 minutos; das 17h48 às 20h45, com intervalos de 15 minutos; e das 20h45 às 23h, com intervalos de 20 minutos.

Aos domingos e feriados, as partidas da Estação Mercado ocorrem das 5h às 23h, com intervalos de 20 minutos. Na Estação Novo Hamburgo,

as partidas ocorrem das 5h às 21h15, com intervalos de 20 minutos, e das 21h15 às 23h, com intervalos de 22 minutos.

Neste domingo (18), obras do Dnit na BR-116, em Canoas, em viaduto sobre a via da Trensurb causam alterações na operação do metrô. Os trens irão operar somente no trecho entre as estações Mercado e Mathias Velho, seguindo as tabelas horárias regulares, com intervalos de 20 minutos entre viagens durante a maior parte do dia.

Para complementar o trajeto entre as estações Mathias Velho e Novo Hamburgo, o Dnit irá oferecer um serviço de ônibus sem custo adicional para os usuários do metrô, com paradas em todas as estações intermediárias do trecho, nos dois sentidos.

O intervalo entre as viagens de ônibus será de 10 minutos.

As paradas desse serviço complementar, próximas às estações da Trensurb, estarão devidamente identificadas.

Os ônibus partem das estações Mathias Velho e Novo Hamburgo, atendendo também as estações São Luís, Petrobras, Esteio, Luiz Pasteur, Sapucaia, Unisinos, São Leopoldo, Rio dos Sinos, Santo Afonso, Industrial e Fenac.

- Partidas da Estação Mathias Velho (com destino à Estação Novo Hamburgo):

Lucas Quadros/Arquivo Trensurb



Neste domingo, obras do Dnit na BR-116, em Canoas, causam alterações na operação do metrô.

Das 4h30 às 23h30, com intervalos de 10 minutos.

- Partidas da Estação Novo Hamburgo (com destino à Estação Mathias Velho): Das 4h25 às 23h05, com intervalos de 10 minutos.

No sentido Mathias Velho-Novo Hamburgo, os pontos de parada são: Mathias Velho, no Terminal de Integração, localizado na Rua Padre Réus, 21; São Luís, na Avenida Getúlio Vargas, 8901; Petrobrás, na Avenida Getúlio Vargas, 10001; Esteio, na Rua Maurício Cardoso, 760; Luiz Pasteur, na Avenida Presidente Vargas, 20; Sapucaia, na Avenida Sapucaia, 2054; Unisinos, na Avenida Mauá, 3626; São Leopoldo, na Rua São Caetano, 66; Rio dos Sinos, na Avenida Mauá, 5110; Santo Afonso, na Rua Primeiro de Março, 5360; Industrial, na Rua Primeiro de Março, 3472; Fenac, na

Avenida Nações Unidas, 3850; e Novo Hamburgo, na Avenida Nações Unidas, 2040.

No sentido Novo Hamburgo-Mathias Velho, os pontos de parada são: Novo Hamburgo, na Avenida Nações Unidas, 2040; Fenac, na Avenida Nações Unidas, 3433; Industrial, na Rua Primeiro de Março, 3477; Santo Afonso, na Rua Primeiro de Março, 3355; Rio dos Sinos, na Avenida Mauá, 5105; São Leopoldo, na Avenida João Corrêa, 685; Unisinos, na Avenida Mauá, 3608; Sapucaia, na Avenida Sapucaia, 2107; Luiz Pasteur, na Avenida Presidente Vargas, 135; Esteio, na Rua Maurício Cardoso, 751; Petrobrás, na Avenida Guilherme Schell, 10450; São Luís, na Avenida Guilherme Schell, 8801; e Mathias Velho, no Terminal de Integração, localizado na Rua Padre Réus, 21.

Instituto-Geral de Perícias do RS ultrapassa 500 ligações confirmadas de armas de fogo no Sistema Nacional de Análise Balística.

O Instituto-Geral de Perícias (IGP) do Rio Grande do Sul já confirmou mais de 500 ligações entre vestígios balísticos de diferentes crimes por meio do Sistema Nacional de Análise Balística (Sinab). O resultado é da Divisão de Balística Forense, responsável por analisar projéteis e estojos de munição para identificar se foram disparados pela mesma arma, mesmo quando as ocorrências aconteceram em cidades ou estados diferentes.

A identificação é possível porque cada arma de fogo deixa marcas características nos projéteis e nos estojos durante o disparo. Embora sejam fabricadas em larga escala, as armas apresentam diferenças que permitem aos peritos comparar os vestígios recolhidos em cenas de crime e relacioná-los ao armamento utilizado.

No Sinab, a ligação confirmada, também chamada de hit, ocorre quando a análise pericial e a validação técnica demonstram que vestígios de ocorrências distintas foram produzidos pela mesma arma. A descoberta pode ajudar a esclarecer crimes que, inicialmente, pareciam não ter relação entre si.

Em investigações sem suspeitos identifi-

cados, por exemplo, a correspondência pode indicar que uma mesma arma foi usada em diferentes delitos, oferecendo novas pistas para a apuração. Também permite relacionar uma arma apreendida a crimes anteriores, ampliando as informações disponíveis para os investigadores.

Crescimento das análises

O IGP começou a utilizar o sistema em julho de 2022. Desde então, o número de ligações confirmadas aumentou a cada ano: foram quatro em 2022, 52 em 2023, 93 em 2024 e 159 em 2025. Em janeiro de 2026, o total acumulado era de 308 ligações, relacionadas a 235 armas associadas a crimes. Em pouco mais de nove meses, foram confirmadas quase 200 novas conexões, até que o instituto ultrapassasse a marca de 500.

Para o chefe da Divisão de Balística Forense, o perito Jonathan Tobias Ramos, o resultado depende não apenas dos recursos tecnológicos, mas também da experiência dos profissionais envolvidos.

“Alcançar essa marca exige mais do que recursos tecnológicos”, afirmou. Segundo ele, o trabalho envolve conhecimento técnico, experiência na análise microscópica dos vestígios

Sofia Villela/Ascom IGP



Ciência auxilia peritos na comparação de vestígios deixados pelo tiro ao armamento usado em crimes.

e rigor na avaliação das correspondências apontadas pelo sistema. Os materiais passam por exames cuidadosos, e os resultados precisam ser validados pelos peritos antes de serem considerados evidências úteis às investigações.

“Cada correspondência confirmada pode representar uma nova conexão entre fatos investigados”, destacou Ramos.

Destaque nacional

O desempenho também aparece nos indicadores gerais do Sinab. O IGP gaúcho ocupa a primeira posição no país em dois dos três critérios avaliados: número de inserções e de correlações balísticas.

Desde janeiro de 2022, o instituto contabiliza mais de 17,1 mil inserções e 35,6 mil correlações visualizadas. Em 30 de junho de 2025,

eram 11.361 inserções e 20.501 correlações. Na comparação entre os dois períodos, o número de inserções cresceu cerca de 51%, enquanto o de correlações aumentou aproximadamente 74%.

Coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Sinab reúne informações balísticas de diferentes estados brasileiros. Projéteis e estojos recolhidos em locais de crime ou provenientes de armas apreendidas são cadastrados no sistema e comparados com registros já existentes. Dessa forma, os peritos podem identificar vínculos entre ocorrências, contribuindo para esclarecer crimes, reconhecer padrões de atuação criminosa e rastrear a circulação de armas entre estados.

Vereador propõe regras para testes-piloto de políticas públicas na Capital.

Experiência-piloto

A Câmara de Porto Alegre iniciou a análise de um projeto de lei que estabelece diretrizes para que a Prefeitura possa utilizar recortes específicos da cidade como laboratório para avaliar o funcionamento real de políticas públicas. De autoria do vereador Marcelo Bernardi (PSDB), a medida prevê a aplicação de políticas já instituídas em áreas restritas e por tempo determinado, mapeando falhas e acertos dos serviços antes de comprometer o orçamento da Capital em larga escala.

Abrigos desmobilizados

O governo gaúcho iniciou na última semana a retirada de parte dos módulos habitacionais provisórios utilizados como residência temporária por moradores atingidos pelas enchentes de 2024 no Vale do Taquari. As estruturas, removidas diante da redução na demanda, serão acondicionadas pelo Executivo para eventuais usos futuros em situações de crise.

Termômetro atacadista

Uma sondagem divulgada pela Fecomércio-RS aponta que 62,8% dos empresários do setor atacadista gaúcho classificam a atual situação financeira de seus negócios como boa ou muito boa. Apesar da percepção positiva, o levantamento revela um cenário de frustração comercial nos últimos seis meses, período em que 65,4% dos gestores avaliaram as vendas como regulares ou ruins e 58,2% afirmaram que elas não atingiram as expectativas.

Prioridades industriais

Reunida no Rota Fiergs

em Venâncio Aires na última semana, a indústria do Vale do Rio Pardo definiu uma nova pauta de prioridades focada em infraestrutura, competitividade e desburocratização ambiental. As principais demandas do setor incluem a duplicação da RS-453, o fomento ao transporte hidroviário, a ampliação do Sesi-RS no município e o incentivo ao letramento tecnológico na rede pública de ensino.

Restauração do São Pedro

A conclusão do restauro do histórico Hospital Psiquiátrico São Pedro avançou com a publicação de um edital de licitação de R\$ 4,8 milhões para a contratação da empresa responsável pelo serviço. Com prazo de execução estimado em dez meses, as intervenções deverão seguir exigências técnicas específicas para garantir a preservação da estrutura arquitetônica do imóvel centenário.

Incremento de educadores

A Prefeitura de Porto Alegre publicou um novo edital de concurso público para a contratação e formação de cadastro reserva de professores, monitores, bibliotecários e técnicos em biblioteconomia. As vagas para o magistério contemplam turmas de educação infantil e anos iniciais, diversas disciplinas específicas e a área de educação especial focada em alunos com deficiências visual, mental e surdez.

POA Encantado

Ao longo do mês de dezembro, as festividades natalinas e a celebração da virada do ano serão reunidas em um único complexo de atrações, no Parque Harmonia, a partir do projeto Porto Alegre Encantado. O conceito do evento, a estrutura cenográfica prevista, as atra-

Reprodução



A Câmara de Porto Alegre iniciou a análise do projeto de lei.

ções culturais e o impacto econômico e turístico serão conhecidos nesta terça-feira (20), em apresentação acompanhada pelo prefeito Sebastião Melo.

Proteção de menores

Magistrados e representantes do Conselho Nacional de Justiça reúnem-se no Tribunal de Justiça gaúcho nesta segunda (19) e terça-feira (20) para o 1º Encontro Nacional das Coordenadorias da Infância e da Juventude. A partir de um mapeamento de dados do setor em todo o País, o evento servirá para traçar novas estratégias e unificar a atuação dos tribunais na rede de proteção e amparo legal a menores de idade.

Piso na Fronteira

Representantes do sindicato dos professores de Alegrete solicitaram apoio da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado da Assembleia Legislativa na reivindicação de que a Prefeitura adeque os salários da categoria ao piso nacional. Em resposta à mobilização, que menciona defasagem superior a R\$ 1,2 mil no salário inicial de 40 horas semanais, o presidente do colegiado, Leonel Radde (PT), informou que acionará oficial-

mente o Executivo municipal para recomendar a imediata adequação dos vencimentos.

Revista prisional

Cerca de dois mil apenados foram movimentados na sexta-feira (16) durante operações de revista geral conduzidas pela Polícia Penal nos presídios de Rio Grande, Pelotas e Camaquã. Com um efetivo de 200 agentes táticos, a ofensiva simultânea buscou recolher materiais ilícitos escondidos nas galerias e desarticular a comunicação do crime organizado.

Acolhimento humanizado

Uma iniciativa do Ministério Público Estadual em Pelotas tem humanizado o ambiente das audiências do projeto Paternidade Legal com a entrega de materiais didáticos e doces para as crianças envolvidas. A ação busca reduzir a apreensão dos menores de idade durante a coleta de material genético e amenizar o impacto do primeiro contato com os supostos pais. (Por Bruno Laux - Instagram: @obrunolaux)

Prazo para envio dos projetos de adoção de dois viadutos em Porto Alegre se encerra na quarta-feira.

O prazo para quem deseja adotar os viadutos José Loureiro da Silva, no Centro Histórico, e José Eduardo Utzig, no bairro São João, foi prorrogado até quarta-feira (21). A iniciativa permite que lojistas utilizem áreas sob os viadutos para instalar estabelecimentos comerciais, sem pagar aluguel, em troca da manutenção e conservação dos espaços públicos.

Os interessados em participar devem encaminhar suas propostas para o e-mail apoiepoa@portoalegre.rs.gov.br ou entregar os projetos presencialmente na Secretaria Municipal de Parcerias, localizada na rua General João Manoel, 157, 13º andar.

Espaços e regras

O viaduto José Loureiro da Silva, situado entre as avenidas Salgado Filho e João Pessoa, no Centro Histórico, conta com uma área de aproximadamente 95 metros quadrados disponível para adoção. Já o viaduto José Eduardo Utzig, localizado na avenida Benjamin Constant, na 3ª Perimetral, oferece dois espaços maiores, com cerca de 1.180

Cristine Rochol/PMPA



Viaduto José Eduardo Utzig poderá receber até dois empreendimentos comerciais.

metros quadrados e 360 metros quadrados.

As áreas poderão ser utilizadas por um período de quatro anos, com possibilidade de renovação por mais quatro. Os estabelecimentos deverão funcionar em contêineres removíveis, e as atividades permitidas incluem comércio, prestação de serviços e opções de lazer.

A proposta é aproveitar melhor esses espaços urbanos, incentivando a instalação de novos negócios e, ao mesmo tempo, garantindo que as áreas permaneçam conservadas e possam ser utilizadas pela população.

Segundo o secretário adjunto de Parcerias, Fabiano Rheinheimer, a prorrogação do prazo busca ampliar a

participação de interessados. Ele também destaca a adoção de listas de suplentes nos chamamentos públicos realizados pela secretaria. Com validade de dois anos, as listas permitem convocar outros participantes caso uma área fique disponível, evitando a necessidade de lançar um novo edital.

Avaliação

Os projetos apresentados passarão por uma avaliação que considera diferentes aspectos, desde a possibilidade de execução até os benefícios que poderão trazer para a cidade. Entre os critérios estão a viabilidade técnica, o impacto social e urbanístico, a contribuição para a segurança pública e a rapidez na realização das melhorias

previstas.

Também serão analisadas a sustentabilidade econômico-financeira de cada proposta, o grau de inovação, o comprometimento do responsável com a manutenção do espaço e a experiência prévia do proponente.

A expectativa é que a ocupação dessas áreas contribua para dar novos usos aos espaços sob os viadutos, combinando atividades comerciais e de serviços com a conservação do patrimônio público. Para os interessados, a iniciativa representa a oportunidade de instalar um negócio sem custos de aluguel, assumindo, em contrapartida, a responsabilidade de cuidar da área adotada.

Lombada eletrônica no Corredor Humanitário de Porto Alegre começa a operar nesta segunda.

A partir desta segunda-feira (19), os motoristas que chegam a Porto Alegre pelo Corredor Humanitário, na região da Elevada da Conceição, devem ficar atentos ao limite de velocidade. A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) começa a fiscalizar o trecho com uma lombada eletrônica instalada na alça de acesso da avenida Castelo Branco em direção ao Túnel da Conceição. A velocidade máxima permitida no local é de 40 km/h.

O equipamento fica logo após a chegada à Capital pela avenida Castelo Branco, em um ponto de transição entre o tráfego rodoviário e o urbano. Enquanto o limite na rodovia é de 80 km/h, os condutores precisam reduzir a velocidade ao acessar o trecho que leva ao túnel.

Na quarta (14), o prefeito Sebastião Melo esteve no local para acompanhar a instalação do equipamento e conferir as mudanças na sinalização. Além da lombada eletrônica, o trecho recebeu novas placas e pintura no pavimento para orientar os motoristas sobre a redução gradual da velocidade.

“O Corredor Humanitário foi construído sobre

Alex Rocha/PMPA



O Corredor Humanitário foi construído em caráter emergencial durante a enchente de maio de 2024.

a água, em uma emergência, quando Porto Alegre precisava de uma entrada. Hoje ele faz parte do dia a dia de quem chega à Capital. Uma via de uso permanente precisa de qualificação permanente, sinalização e controle de velocidade à altura desse movimento, e a fiscalização eletrônica vem para dar mais segurança a quem passa por ali”, afirmou o prefeito.

A visita também foi acompanhada pelo secretário municipal de Obras e Infraestrutura (Smoi), André Flores, e pelo diretor-presidente da EPTC, Pedro Bisch Neto.

Sinistros

A instalação da lombada eletrônica busca reforçar a segurança em um trecho onde a sinalização existente não tem sido suficiente para ga-

rantir que os motoristas respeitem os limites de velocidade. Até setembro de 2026, foram registrados dez sinistros de trânsito no local.

O equipamento complementa as medidas de sinalização já adotadas e tem como objetivo reduzir a velocidade dos veículos que passam pela Elevada da Conceição, diminuindo o risco de acidentes.

A instalação começou em 22 de setembro. Desde então, a EPTC vem divulgando a mudança para que os condutores se familiarizem com o equipamento e com a nova sinalização antes do início da fiscalização. Com a operação a partir do dia 19, quem passar pelo trecho deverá respeitar o limite de 40 km/h.

Enchente

O Corredor Humani-

tário foi construído em caráter emergencial durante a enchente de maio de 2024, quando os alagamentos comprometeram os acessos a Porto Alegre. O trecho da rua da Conceição, entre a elevada de conexão com a avenida Presidente Castelo Branco e o Túnel da Conceição, foi utilizado como rota de entrada para veículos de abastecimento, equipes de segurança pública, serviços de saúde e ônibus intermunicipais e metropolitanos.

Criado para atender à situação de emergência, o acesso passou a integrar a rotina de quem chega à Capital. Com o aumento do uso do trecho, a adequação da sinalização e o controle de velocidade buscam tornar a circulação mais segura para os motoristas.

Porto Alegre chega a 250 praças revitalizadas neste ano.

A prefeitura de Porto Alegre concluiu, na última semana, a requalificação de sete praças em diferentes regiões da cidade. Com os novos espaços revitalizados, chega a 250 o número de praças que passaram por melhorias desde o início de 2026, dentro do cronograma mensal da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SM-Surb).

Os trabalhos incluem manutenção geral, pintura, recuperação de brinquedos dos playgrounds e revitalização de bancos e lixeiras. As intervenções buscam melhorar as condições de uso dos espaços públicos, oferecendo

Ederson Nunes/CMPA



Na última semana, foi concluída a requalificação de sete praças em diferentes regiões da cidade.

mais segurança e conforto para a população aproveitar os locais de lazer e convivência.

A programação contemplou praças de diferentes bairros da Capital.

Na semana que passou, foram concluídos os serviços na Praça Daniel Koslowsky Herz, no Rubem Berta; na Praça Frederico Arnaldo Ballvé, em Higienópolis; na Praça Alfred

Sehbe e na Praça John Kennedy, ambas na Vila Ipiranga; na Praça Carlos Santa Helena, em Belém Novo; na Praça Che Guevara, na Restinga; e na Praça Professor José Zamprogna, no Humaitá.

O cronograma de requalificação pode sofrer alterações em função das condições climáticas ou da necessidade de atendimento a demandas emergenciais. Moradores que identificarem problemas ou precisarem solicitar serviços de manutenção e melhorias em praças e outros espaços públicos podem entrar em contato com a Central do Cidadão, pelo telefone 156.

Porto Alegre Encantada será lançada nesta terça-feira.

O projeto Porto Alegre Encantada, que prevê uma nova programação de Natal e Réveillon na Capital, será apresentado nesta terça-feira (20), às 10h, no Estância Harmonia, no Parque Harmonia. O lançamento contará com a participação do prefeito Sebastião Melo e vai detalhar a proposta de reunir as celebrações de fim de ano em um único espaço, com atrações para moradores e turistas.

Durante o evento, os organizadores vão apresentar o conceito da ini-

ciativa, a estrutura cenográfica planejada e a programação cultural prevista para dezembro. Também serão abordados os impactos esperados para a economia e o turismo da cidade, com a perspectiva de movimentar diferentes setores durante o período de festas.

A ideia é transformar o Parque Harmonia em um complexo de atrações ao longo do mês de dezembro, reunindo a programação natalina e as comemorações da virada do ano. A proposta busca concentrar as atividades

PMMA



Projeto prevê uma nova programação de Natal e Réveillon na Capital.

em um mesmo local, oferecendo ao público diferentes opções de lazer e

entretenimento durante as festividades de fim de ano.

Dmae orienta consumidores a identificar presença de ar no hidrômetro em Porto Alegre.

O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) orienta os consumidores de Porto Alegre sobre como identificar a possível presença de ar na tubulação de abastecimento de água. O problema pode ocorrer após manutenções programadas ou emergenciais na rede e, segundo o órgão, pode ser percebido pelo comportamento do hidrômetro, equipamento utilizado para medir o consumo dos imóveis.

A entrada de ar nos ramais que levam água às residências pode ocorrer durante manobras operacionais, como o esvaziamento das redes para a realização de consertos. Nessas situações, o consumidor pode observar alterações no funcionamento do chamado relógio da água.

Reprodução



Se houver ar na tubulação, pode ocorrer um chiado durante a abertura.

Uma das indicações é o ponteiro do hidrômetro girar mais rapidamente do que o habitual. Para verificar a suspeita, o Dmae recomenda abrir uma torneira próxima ao equipamento e observar a saída de água. Se houver ar na tubulação, pode ocorrer um chiado durante a abertura.

Caso os sinais indiquem a possível presença de ar na rede, o

consumidor deve solicitar uma vistoria pelo telefone 156, selecionando a opção 2. No atendimento, é necessário informar a suspeita para que o departamento possa verificar a situação.

Se a vistoria confirmar a presença de ar, o consumidor poderá solicitar a revisão da fatura. O pedido deve ser encaminhado por e-mail, para dmae@dmae.

prefpoa.com.br, ou realizado presencialmente em um dos postos de atendimento do departamento.

Cada solicitação é analisada individualmente. Enquanto o processo de avaliação não for concluído, o Dmae orienta que as faturas seguintes continuem sendo pagas normalmente.



rede pampa de comunicação

Fundador

Otávio Gadret

Presidente

Alexandre Gadret

Vice-Presidente

Paulo Sérgio Pinto

Diretores

Rafael Gadret, Christina Gadret, Rudinei Fonseca, Rosane Scheuchuk, Micheline Mattos, Marjana Vargas, Vanessa Gomes Cancelli e Morgana Vasconcellos.



Editores

Marcelo Warth Neto
Fernanda Mendes Baldini

Redação

Bárbara Paiva, Bruno Laux, Carolina Rodrigues, Eduarda Paiva Zini, Érik da Silva Pastoris, Fabricia Albuquerque, Gisele Flores, Laura Santos Rocha, Marcello Campos, Pedro Marques e Tiago Thomé de Oliveira.

Redação

Fone: (51) 3218.2529/3218.2531
E-mail: portal@osul.com.br

Departamento Comercial

Fone: (51) 3218.2588

Jornal O Sul Ltda.

Av. Ipiranga, 1500 - CEP 90160-093 - Porto Alegre - RS

O SUL PESSOAS

O JORNAL DA REDE PAMPA

ESPECIAL

**DOM CLÍNICA DO MOVIMENTO CELEBRA
7 ANOS COM JANTAR ESPECIAL NO
SAMUARA HOTEL, EM CAXIAS DO SUL**

Fotos: Lucas Dall Agnol

O fisioterapeuta **Joel Gil** celebrou os sete anos da Dom Clínica do Movimento, especializada em saúde, reabilitação e bem-estar, com um jantar no Samuara Hotel, em Caxias do Sul. Ao lado dos sócios **Renata Zini Gil** e **Leonardo Guedes Marques**, recebeu amigos, parceiros e pacientes para a comemoração, que contou com a presença do ex-goleiro da Chapecoense **Jakson Follmann**. Sobrevivente do acidente aéreo que vitimou integrantes da delegação do clube em 2016, ele compartilhou sua história de superação com os convidados.

peessoas@osul.com.br



Leonardo Guedes Marques, Joel Gil e Renata Zini Gil



Marcele Pulita e
Jakson Follmann



Bruno Martins e
Marina Konradt Martins



Marciele Araldi e
Thiago da Costa



Roger Mendes e
Mavi Lizana Betanin

ANIVERSARIANTES DO DIA 18 DE OUTUBRO

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL **O SUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.



**Desembargador
Federal Néfi Cordeiro**



Helena Terra Lima



**Promotor Gilberto
Luiz de Azevedo e
Souza**



Ana Paula Luce



**Deputado estadual
Jeferson Fernandes**



Cecília Giacomelli



**Flávio Augusto
Degrazia Vianna**



Jorge Correia Karan



Camile Rauch



Nelson Spolaor



Joana Vanderham



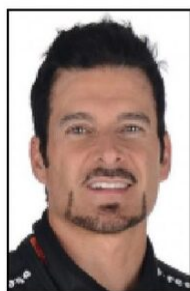
Marcus Coloma



Bruna Spagnolo



Marco Delgado



Alex Tagliani



Gabriela Germani



**Ricardo
Zambenedetti**



Maria Alice Katz



**Rodrigo da Cunha
Pegoraro**



Julia Bol



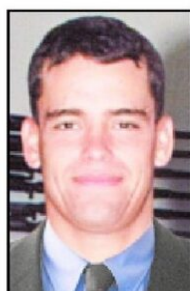
Egidio Bencivenni



Nic Luken



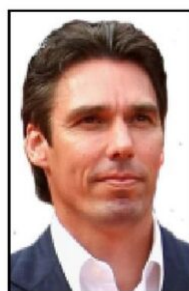
Marta Brenner



**Flávio Santos da
Silva**



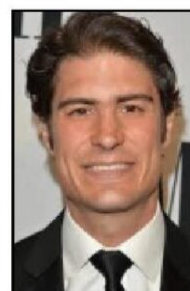
Cinthia Battistela



Michael Stich



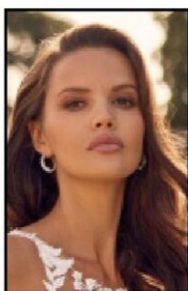
Julia Garbinski



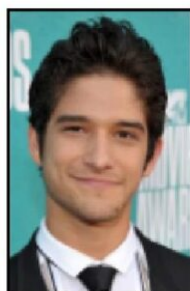
Alex Sirvent



Zac Efron



Antonella Luzardo



Tyler Posey



Tatyane Goulart



Tobias Oertel



Anne Lottermann



**Cassius Pinto de
Souza**

ANIVERSARIANTES DO DIA 18 DE OUTUBRO

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL **O SUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.



Raniery Paulino



Caroline Helena Strussmann



Roberto Jaeger



Vera Lúcia Peterlongo



Luiz Carlos Camargo



Rosane Lipert



Ivar Pavan



Elias da Rosa



Lisa Chappell



Fermin Luís Perez Camison



Carla Núbia Elmir



Carlos Alberto Braga



Jennifer Ulrich



André Ciardullo Mocciano



Mavíael Cavalcanti



Gloria Garayua



Ricardo Teobaldo



Sophie Thatcher



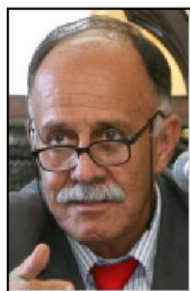
Tiago Gorski Lacerda



Victória Quadros da Silveira Pereira



Tancredo Oliveira



Paulo Sérgio Ramos Barboza



Alexandra Wilcke



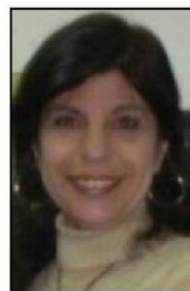
Marco Polo Corrêa da Silva



Sônia de Souza



Sávio de Souza Cruz



Sônia Regina Veiga Toller



Cláudio Krinski



João Rudemar da Costa



Andrea Del Boca



Valdir Franceschet



Lindsey Vonn



Rogério Duarte



Márcia Minossi de Oliveira



Augusto Yumi

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C**OLUNISTAS

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA.



CLÁUDIO HUMBERTO

STF ESPERA ENXURRADA DE PEDIDOS SOBRE 8 DE JANEIRO

De maneira reservada, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já avaliam que a Corte deve ser inundada com pedidos de revisão criminal dos condenados pela quebra de prisão de 8 de Janeiro de 2023. Há apenas os que receberam condenação de mais de 20 anos de cadeia. Um dos recursos já tramita no Supremo e depende de despacho de Kássio Nunes Marques, que deve andar com o processo após o segundo turno.

Geral no voto

Nunes Marques sinalizou que vai enviar o caso para análise em Plenário, com participação e votos de todos os ministros.

Maré favorável

Ao menos três ministros sinalizam disposição para analisar os pedidos: Luiz Fux, André Mendonça e o próprio Nunes Marques.

Pontos sensíveis

Há críticas quanto ao rigor da pena, considerada excessiva por alguns ministros, e até se houve mesmo o crime de "tentativa de golpe".

Nem pensar

Contra eventual revisão, os magistrados da Primeira Turma, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

'Reverter' abstenção não deu certo para Bolsonaro

Na História das eleições diretas no Brasil há só um exemplo de queda da abstenção entre o primeiro e o segundo turno: 2022. Naquele ano, 0,36% a mais do eleitorado resolveu aparecer para votar; cerca de 570 mil eleitores. Apesar de a diferença entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) ter diminuído entre os dois turnos, não foi suficiente. Lula acabou eleito com pouco mais de 2,1 milhões de votos (1,8%). Flávio Bolsonaro venceu o primeiro turno de 2026 com 2,2 milhões de votos a mais.

História

Entre 1989 e 2018, em todas as eleições que precisaram de segundo turno, a abstenção do segundo turno foi maior do que no primeiro.

Maior de todas

A maior abstenção da História foi no 2º turno de 2010 (21,5% deixaram de votar), quando Dilma (PT) derrotou José Serra (PSDB).

Nunca antes

Nunca houve virada nas eleições presidenciais brasileiras: desde 1989 o vencedor do primeiro turno também vence o segundo turno.

Mercado não mudou

Apesar de pesquisas apontarem empate entre Flávio (PL) e Lula (PT), o mercado mantém o otimismo do dia seguinte à vitória do candidato do PL no primeiro turno: dia 16 a Bolsa fechou só 0,8% abaixo do dia 5.

Ucrânia com Flávio

A expectativa é que Flávio Bolsonaro já tenha ao menos garantida a vitória em uma única nação europeia; a Ucrânia. No primeiro turno o candidato do PL obteve 82,6% dos votos de brasileiros no país.

Nada mais tucano

O PSDB perdeu relevância, mas não o hábito de ficar em cima do muro. No DF, a candidata do partido, Paula Belmonte, ficou em terceiro lugar, mas declarou "neutralidade" no segundo turno, apesar de um dos candidatos ao governo distrital ser do ex-arqui-inimigo PT.

Bolada a Canella

A milionária campanha do deputado estadual Márcio Canella (União-RJ), preso pela Polícia Federal, recebeu uma bolada da campanha de Antônio Rueda, eleito deputado federal, mais de R\$106,2 mil.

Como sempre

Presidente da Associação Comercial de SP, Alfredo Cotait diz que não houve diálogo do governo Lula com o setor produtivo sobre o fim da escala 6x1. "Ao final, a conta recairá sobre a sociedade brasileira", diz.

Especialidade lulista

Lula (PT) aposta no medo em Minas Gerais e vinculou a continuidade das obras federais no estado à própria reeleição. afirmou que, se perder, o estado se tornará um "cemitério de obras paralisadas".

Só 10

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, liberou só 10 convidados para a festa de Laurinha Bolsonaro, neste domingo (18). A adolescente completa 17 anos hoje.

Na mesma

O senador Jaques Wagner (PT-BA) acusou palanque eleitoral em torno da maioria penal, mas admitiu a disputa com a oposição: "Você acha que eu vou deixar empatar o jogo?".

Pergunta no STF

Mudança no Planalto muda entendimento do Supremo?

Poder sem Pudor

Ele era do contra

Presidente do Corinthians, Vicente Matheus usava as ligações com o poder, no regime militar. Teve um problema com terrenos na praia do Guarujá, em São Paulo, e um oficial da Marinha o ajudou. Ficou tão grato que lhe ofereceu uma festa. Orgulhoso, apresentava-o assim: - Este é o meu amigo almirante! O oficial nada dizia, até que perdeu a paciência: - Eu não sou almirante. Eu sou contra-almirante. O presidente do Corinthians não contou conversa: - Você é contra almirante? Pois também sou. São todos uns vigaristas.

Cláudio Humberto

@diariodopoder

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C**OLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

VEREADOR PROPÕE REGRAS PARA TESTES-PILOTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CAPITAL



BRUNO LAUX

Experiência-piloto

A Câmara de Porto Alegre iniciou a análise de um projeto de lei que estabelece diretrizes para que a Prefeitura possa utilizar recortes específicos da cidade como laboratório para avaliar o funcionamento real de políticas públicas. De autoria do vereador Marcelo Bernardi (PSDB), a medida prevê a aplicação de políticas já instituídas em áreas restritas e por tempo determinado, mapeando falhas e acertos dos serviços antes de comprometer o orçamento da Capital em larga escala.

Abrigos desmobilizados

O governo gaúcho iniciou na última semana a retirada de parte dos módulos habitacionais provisórios utilizados como residência temporária por moradores atingidos pelas enchentes de 2024 no Vale do Taquari. As estruturas, removidas diante da redução na demanda, serão acondicionadas pelo Executivo para eventuais usos futuros em situações de crise.

Termômetro atacadista

Uma sondagem divulgada pela Fecomércio-RS aponta que 62,8% dos empresários do setor atacadista gaúcho classificam a atual situação financeira de seus negócios como boa ou muito boa. Apesar da percepção positiva, o levantamento revela um cenário de frustração comercial nos últimos seis meses, período em que 65,4% dos gestores avaliaram as vendas como regulares ou ruins e 58,2% afirmaram que elas não atingiram as expectativas.

Prioridades industriais

Reunida no Rota Fiergs em Venâncio Aires na última semana, a indústria do Vale do Rio Pardo definiu uma nova pauta de prioridades focada em infraestrutura, competitividade e desburocratização ambiental. As principais demandas do setor incluem a duplicação da RS-453, o fomento ao transporte hidroviário, a ampliação do Sesi-RS no município e o incentivo ao letramento tecnológico na rede pública de ensino.

Restauração do São Pedro

A conclusão do restauro do histórico Hospital Psiquiátrico São Pedro avançou com a publicação de um edital de licitação de R\$ 4,8 milhões para a contratação da empresa responsável pelo serviço. Com prazo de execução estimado em dez meses, as intervenções deverão seguir exigências técnicas específicas para garantir a preservação da estrutura arquitetônica do imóvel centenário.

Incremento de educadores

A Prefeitura de Porto Alegre publicou um novo edital de concurso público para a contratação e formação de cadastro reserva de professores, monitores, bibliotecários e técnicos em biblioteconomia. As

vagas para o magistério contemplam turmas de educação infantil e anos iniciais, diversas disciplinas específicas e a área de educação especial focada em alunos com deficiências visual, mental e surdez.

POA Encantado

Ao longo do mês de dezembro, as festividades natalinas e a celebração da virada do ano serão reunidas em um único complexo de atrações, no Parque Harmonia, a partir do projeto Porto Alegre Encantado. O conceito do evento, a estrutura cenográfica prevista, as atrações culturais e o impacto econômico e turístico serão conhecidos nesta terça-feira (20), em apresentação acompanhada pelo prefeito Sebastião Melo.

Proteção de menores

Magistrados e representantes do Conselho Nacional de Justiça reúnem-se no Tribunal de Justiça gaúcho nesta segunda (19) e terça-feira (20) para o 1º Encontro Nacional das Coordenadorias da Infância e da Juventude. A partir de um mapeamento de dados do setor em todo o País, o evento servirá para traçar novas estratégias e unificar a atuação dos tribunais na rede de proteção e amparo legal a menores de idade.

Piso na Fronteira

Representantes do sindicato dos professores de Alegrete solicitaram apoio da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado da Assembleia Legislativa na reivindicação de que a Prefeitura adeque os salários da categoria ao piso nacional. Em resposta à mobilização, que menciona defasagem superior a R\$ 1,2 mil no salário inicial de 40 horas semanais, o presidente do colegiado, Leonel Radde (PT), informou que acionará oficialmente o Executivo municipal para recomendar a imediata adequação dos vencimentos.

Revista prisional

Cerca de dois mil apenados foram movimentados na sexta-feira (16) durante operações de revista geral conduzidas pela Polícia Penal nos presídios de Rio Grande, Pelotas e Camaquã. Com um efetivo de 200 agentes táticos, a ofensiva simultânea buscou recolher materiais ilícitos escondidos nas galerias e desarticular a comunicação do crime organizado.

Acolhimento humanizado

Uma iniciativa do Ministério Público Estadual em Pelotas tem humanizado o ambiente das audiências do projeto Paternidade Legal com a entrega de materiais didáticos e doces para as crianças envolvidas. A ação busca reduzir a apreensão dos menores de idade durante a coleta de material genético e amenizar o impacto do primeiro contato com os supostos pais.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C**OLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.



RENATO ZIMMERMANN

A ENERGIA DO FUTURO PRECISA SER LIVRE E UNIVERSAL

A Latinoware 2026 terminou em Foz do Iguaçu com a energia de quem sabe que o futuro não se constrói sozinho. Foram dias de encontros, palestras, oficinas, experiências e conversas que continuam depois que as luzes dos auditórios se apagam. O evento mantém uma qualidade rara: reúne pessoas de diferentes áreas e transforma curiosidade em troca concreta. Sempre saio de lá com a sensação de que algo novo começou.

Entre os rostos que fazem parte dessa história está Jon “maddog” Hall. Ele está para a Latinoware como a Latinoware está para ele: há uma identificação profunda entre o defensor do software livre e um encontro que valoriza conhecimento aberto, colaboração e autonomia. Sua presença ajuda a lembrar que tecnologia também é uma escolha sobre quem pode criar, participar e decidir.

Fui convidado a falar sobre a energia do futuro. Comecei com uma pergunta simples: você acha que energia é apenas um insumo, um recurso para fazer dispositivos elétricos e eletrônicos funcionarem? A resposta muda quando percebemos que energia sustenta a vida cotidiana, a economia e a capacidade de um país decidir seus próprios caminhos. Energia também é soberania. E é uma questão civilizatória.

Na palestra, recorri à escala de Kardashev, criada pelo astrofísico Nikolai Kardashev, que propõe medir o desenvolvimento de uma civilização pela quantidade de energia que consegue aproveitar. A escala imagina níveis planetário, estelar e galáctico. É uma ideia hipotética, mas provoca uma reflexão real: o modo como usamos energia revela o tipo de sociedade que estamos construindo. Não basta produzir mais. Precisamos escolher para quem, com que inteligência e com quanta liberdade essa energia estará disponível. Essa discussão já está diante de nós. Milhões de sistemas solares, baterias, veículos elétricos e equipamentos conectados estão mudando a relação entre as pessoas e a rede. O modelo que predominou por décadas foi pensado para levar eletricidade em uma direção, de grandes usinas até consumidores que ti-

nam pouca participação. Agora, casas e empresas podem gerar, armazenar e ajustar o próprio consumo. A rede precisa acompanhar essa mudança.

É nesse contexto que surge o DSO, sigla em inglês para operador do sistema de distribuição. Em termos simples, é a função de coordenar a rede local, observar o que acontece e integrar recursos como geração distribuída, baterias e cargas flexíveis. Essa coordenação será decisiva. Também será decisivo definir quem a exerce e a serviço de quais interesses. Na palestra, alertei para o risco de a ANEEL desenhar essa função de modo que as próprias distribuidoras acabem concentrando a operação da nova rede. Os sinais que aparecem no debate regulatório e em experiências de sandbox merecem atenção pública. Um sandbox é um ambiente controlado para testar soluções e regras antes de adotá-las em escala. Ele pode ajudar a inovação, mas seus critérios e resultados precisam ser transparentes e considerar a participação dos consumidores. Se a nova arquitetura mantiver o cidadão apenas como usuário passivo, teremos modernizado os equipamentos sem democratizar as decisões. Foi por isso que a Latinoware me pareceu o lugar certo para fazer esse alerta. A cultura do software livre defende que as pessoas possam compreender, adaptar e compartilhar ferramentas. A energia do futuro conversa com esse espírito: deve abrir espaço para participação, inovação local e escolha. O cidadão precisa poder decidir como gerar e consumir sua energia, em que momento e em que quantidade, dentro de regras que protejam o interesse coletivo.

A transformação já começou. Cabe à sociedade acompanhar a regulação e exigir uma rede que acolha novas ideias e novos negócios. Energia livre e universal não é apenas uma promessa tecnológica. É a possibilidade de mais autonomia, oportunidades e soberania para o Brasil.

Renato Zimmermann é desenvolvedor de negócios sustentáveis e ativista da transição energética

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C**OLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

FATOS, OPINIÕES E O PENSAMENTO LIVRE

**ROGÉRIO PONS DA
SILVA**

Em vista do acirramento e o “racha” de posicionamentos e opiniões políticas recentes, uma nova dinâmica de interpretação e leitura do momento, talvez ajude. Ao invés da tradicional “grenalização” ou polarização, discussões sem fim e amizades estremecidas, que tal uma nova estrada?

Sem armadilhas no caminho e sem o “murismos” dos isentões.

A ideia é o acionamento do nosso auto-filtro ou o raciocínio triangular e pragmático.

Ao receber uma informação e antes de julgar se aprova ou reprova o fato ou comentário, faça a você mesmo as seguintes indagações:

Será que o fato é real?

Qual o interesse que eu saiba disso?

Qual o objetivo da informação chegar a mim?

Qual relevância, a não ser o de compartilhar a informação?

Para isso ter efeito positivo, requer que avalie e pondere sem paixões e com toda honestidade intelectual. Se não tiver como, pode parar por aqui mesmo e pular a tela.

Não se trata de artimanhas para fazer mudar de opinião ou que não se tenha convicções políticas firmes, mas de separar o que é um fato existente de verdade, por versões, opiniões e interpretações de outros.

Os tempos de agora são de notícias com “análises” e a reboque, vem as teses, suposições e até especulações de quem as comenta e explica a notícia.

As interpretações podem servir a propósitos ou a interesses, cooptando o leitor ou telespectador com técnicas subliminares de indução subjetiva.

Adote como lema a frase do mestre Augusto Nunes:

“A notícia é do jornalista. A interpretação é minha.”

Um fato pode gerar muitas opiniões e, mais recente-

mente, as opiniões se transformam em fatos e normalmente sempre contra o adversário político.

E se ninguém fizer o contraponto ou tiver espaço para tanto, esta opinião passa a ser a verdade!

É tempo de ouvir com atenção!

Bater painéis, gritar e ofender é pura imaturidade política, ao invés de fazer só barulho, ouça e avalie os argumentos de todos.

Tente entender as razões e argumentos verdadeiros, independente de pré julgamentos de suas convicções de até então.

Copiar modelos de falas, pensamentos dos “descolados” e de influenciadores digitais, faz do indivíduo apenas um repetidor de opiniões alheias que faz por interesse próprio, alcançando sua passionalidade.

Isso é medíocre!

Para não ser apenas um papagaio de repetição dos pensamentos alheios, pense livre e por você mesmo! Como?

Comece duvidando de todos, inclusive daqueles com quem simpatiza.

Sem achismos ou futurologia, busque fontes seguras, ouça mais de uma opinião sobre o tema em questão e julgue com critérios independentes.

É bem difícil. Mas é o caminho para pensar livre e com sua própria razão.

A frase de John Philpot Curran tem 236 anos e continua valendo:

“O preço da liberdade é a eterna vigilância.”

Na era das informações abundantes e disponíveis em suas mãos a qualquer tempo, é preciso discernimento e pragmatismo e evitar as paixões que nos cegam.

Ser livre é o caminho para ser o dono de seu próprio destino.

Rogério Pons da Silva

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

O SUL

O JORNAL DA REDE PAMPA.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA 18 DE OUTUBRO

EFE MÉRIDES

Eventos

1867 — A posse sobre o Alasca é oficialmente transferida do Império Russo para os Estados Unidos.
1890 — Jorge Tibiriçá Piratininga é nomeado governador de São Paulo.
1912 — Os reinos da Bulgária, Grécia e Sérvia, se unem contra a Turquia na primeira guerra dos Bálcãs.
1914 — Fundado pelo padre Josef Kentenich em Schöstatt (Alemanha), o Movimento Apostólico de Schoenstatt.
1921 — A República Autônoma Socialista Soviética da Crimeia é formada como parte da República Socialista Federativa Soviética Russa.
1934 — Revolução Espanhola: capitulação da Comuna das Astúrias pelas tropas de Franco.
1945 — O programa nuclear soviético recebe planos de bomba atômica de Nagasaki por espões atômicos.
1954 — A Texas Instruments anuncia o primeiro rádio transistorizado.
1963 — Félicette, uma gata urbana parisiense preto-e-branca, se torna a primeira gata lançada no espaço.
1967 — A sonda soviética Venera 4 chega a Vênus e se torna a primeira espaçonave a medir a atmosfera de outro planeta.
1967 — A sonda Venera 4 alcança o planeta Vênus.
1979 — A Comissão Federal de Comunicações começa a permitir que as pessoas tenham estações terrestres de satélite em casa sem uma licença do governo federal.
1991 — O Conselho Supremo do Azerbaijão adota uma declaração de independência da União Soviética.
2003 — O presidente boliviano Gonzalo Sánchez de Lozada é forçado ao exílio pelo conflito do gás.
2004 — Iniciam-se as transmissões do canal temático SIC Comédia.
2019 — Astronautas da NASA, Jessica Meir e Christina Koch, participam da primeira caminhada espacial exclusivamente feminina ao saírem da Estação Espacial Internacional para substituir um controlador de energia.

Nascimentos

1405 — Papa Pio II (m. 1464).
1762 — Manuel da Costa Ataíde, pintor barroco brasileiro (m. 1830).
1836 — Benjamin Constant, educador e militar brasileiro (m. 1891).
1915 — Grande Otelo, ator e compositor brasileiro (m. 1993).
1919 — Orlando Drummond, dublador e ator brasileiro, famoso pelo personagem "Seu Peru" no programa "Escolinha do Pro-

fessor Raimundo".

1926 — Chuck Berry, músico norte-americano (m. 2017), Klaus Kinski, ator alemão (m. 1991).
1939 — Lee Harvey Oswald, suposto assassino do presidente norte-americano John Kennedy (m. 1963); Ted Boy Marino, ator e lutador de luta-livre profissional ítalo-brasileiro (m. 2012).
1944 — Nelson Freire, pianista brasileiro.
1960 — Jean-Claude Van Damme, ator belga.
1961 — Wynton Marsalis, trompetista e compositor norte-americano.
1965 — Maria Ceíça, atriz brasileira.
1969 — Nelson Vivas, ex-futebolista argentino.
1970 — Alex Barros, ex-motociclista brasileiro.
1978 — Raniery Paulino, político brasileiro.
1979 — Luciano Ratinho, futebolista brasileiro.
1983 — Tatyane Goulart, atriz brasileira.
1984 — Jennifer Ulrich, atriz alemã.
1987 — Zac Efron, ator e cantor norte-americano.
1989 — Fernando Tobio, futebolista argentino.
1990 — Carly Schroeder, atriz norte-americana, Gabriel Diniz, cantor e compositor brasileiro (m. 2019).
1991 — Tyler Posey, ator e músico americano.
1992 — Barry Keoghan, ator irlandês.
1993 — Zarina Diyas, tenista cazaque.
1994 — John McGinn, futebolista escocês.
1995 — Perawat Sangpotirath, ator, modelo e cantor tailandês.
1996 — Nadji Jeter, ator e músico estadunidense.
2000 — Sophie Thatcher, atriz e musicista estadunidense.
2003 — Alejandro Balde, futebolista espanhol.
2004 — Nattawat Jirochtikul, ator tailandês.

Falecimentos

33 — Agripina, mãe de Calígula (n. 14 a.C.).
1860 — Casimiro de Abreu, poeta brasileiro (n. 1837).
1931 — Thomas Edison, inventor norte-americano (n. 1847).
1954 — Roquette-Pinto, médico, antropólogo e ensaísta brasileiro (n. 1884).
2007 — Lucky Dube, cantor sul-africano de reggae (n. 1964).
2008 — Dee Dee Warwick, cantora norte-americana (n. 1930).
2017 — Brent Briscoe, ator e roteirista estadunidense (n. 1961).
2021 — Miguel Palmer, ator mexicano (n. 1942).
2023 — Dwight Twilley, cantor, compositor e guitarrista estadunidense (n. 1951).
2025 — Chen Ning Yang, físico chinês (n. 1922)

rádio
grenal
95,9 FM | 88,9 FM

BRASILEIRÃO É NA GRENAL

95,9 FM | 88,9 FM



X



LOCAL:

ARENA DO GRÊMIO

COBERTURA COMPLETA:

NESTE DOMINGO, A PARTIR DAS 14H
INÍCIO DA PARTIDA: 16H

AO VIVO

radiogrenal.com.br



[/radiogrenal](https://www.youtube.com/radiogrenal)



[@rdgrenal](https://www.instagram.com/rdgrenal)



[radiogrenaloficial](https://www.facebook.com/radiogrenaloficial)

banrisul
Nossa conexão transforma

PRIORI
GRUPO

CIGAME
ELETRICOS E HIDRAULICOS

Gebbwork
MOBILIÁRIO
PARA ESCRITÓRIO

killing
TINTAS

UniLaSalle | RS

Grêmio recebe o Cruzeiro neste domingo pela 31ª rodada do Brasileirão.

O Grêmio encara o Cruzeiro neste domingo (18), às 16h, pela Série A do Campeonato Brasileiro. O técnico Renato tem dúvidas a partir de um desfalque e de retorno para o confronto na Arena, em Porto Alegre, decisivo na luta do Tricolor contra o rebaixamento. Com 31 pontos na tabela de classificação, o clube é o 18º colocado, um ponto atrás do Corinthians, primeira equipe fora da zona de rebaixamento.

Wallace levou o terceiro cartão amarelo no empate no Grenal do último domingo (11). O jovem formou dupla com Kannemann, que deve permanecer na defesa contra a Raposa.

Provável escalação do Grêmio

Weverton; Diego Caio, Gustavo Martins (Balbuena), Kannemann e Marlon; Danilo Barbosa (Noriega), Villasanti e Dodi (Krovinovic); Pavon, Carlos Vinicius e Amuzu.

A principal alternativa para a zaga é Gustavo Martins, 'cria' da base do Imortal. Balbuena é outra opção, mas corre por fora.

Dúvida no meio-campo

Krovinovic foi novidade no Grêmio contra

o Inter. O croata, porém, pode perder espaço para o retorno de Dodi, que estava suspenso no clássico por conta do terceiro cartão amarelo no empate com o Remo.

Provável escalação do Cruzeiro

Para tentar finalmente embalar na reta final de 2026 e buscar a vaga na Conmebol Libertadores, o técnico Artur Jorge não terá o atacante Felipe Moraes, suspenso pelo terceiro amarelo. O volante Lucas Romero, com problemas na panturrilha esquerda, é dúvida.

O Cruzeiro deve estar escalado assim: Otávio; William (Fagner), Fabrício Bruno, Jonathan Jesus e Gabriel Rojas; Zé Lucas (Lucas Romero), Gerson e Matheus Pereira; Arroyo, Bruno Rodrigues e Kaio Jorge.

Trânsito e transporte

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) preparou um esquema especial de trânsito e transporte para o jogo entre Grêmio e Cruzeiro. A previsão é de público de 35 mil pessoas. A abertura dos portões será às 14h. Linhas especiais de ônibus serão disponibilizadas para atender ao deslocamento dos

Lucas Uebel/Grêmio FBPA



Com 31 pontos na tabela de classificação, o clube é o 18º colocado, um ponto atrás do Corinthians, primeira equipe fora da zona de rebaixamento.

torcedores.

– Ônibus F04 – Futebol Arena – A linha será ativada a partir das 13h, com tabela aberta. Serão disponibilizados dez veículos para o deslocamento dos torcedores na chegada ao estádio e outros dez veículos para a saída após o término da partida.

– T2.3 – Transversal 2/Arena – A linha será ativada para atender à chegada dos torcedores à Arena, com 13 viagens em operação especial.

– T2.4 – Transversal 2/Arena – Após o término da partida, a linha será ativada para atender à saída dos torcedores. Serão disponibilizados dez ônibus articulados, com operação em tabela aberta, conforme a demanda.

– Trânsito – Agentes da EPTC estarão posicionados nas imediações da Arena para orientar a circulação de pedes-

tres e veículos e garantir a segurança viária. Quem optar por ir de carro deve ficar atento aos bloqueios viários a partir das 13h, que poderão ser implantados de forma gradativa, conforme o monitoramento do fluxo.

Os principais pontos de restrição incluem os acessos à Arena pela alça da BR-448 (Rodovia do Parque) e pela rótula Jornalista Paulo Sant'Anna, na confluência das avenidas A. J. Renner, Padre Leopoldo Brentano e da rua José Pedro Boésio.

Após o término da partida, os veículos estacionados nos setores E2 e E1 (portões 3 a 5) serão direcionados para a BR-448, no sentido Porto Alegre-Canoas. Já os veículos do setor E1 (portões 1 e 2) seguirão em direção à rua Voluntários da Pátria.

Eduardo Baptista lamenta derrota do Inter e projeta esforço para "minimizar erros".

Com a derrota para o Mirassol, o Inter se manteve na zona de rebaixamento do Brasileiro, com 32 pontos, e ainda pode ser ultrapassado na tabela pelo Grêmio, que joga neste domingo (18). O jogo em São Paulo também resultou em quatro jogadores colorados suspensos, que serão desfalque para o próximo embate. Matheus Cunha recebeu cartão vermelho aos 14 minutos do primeiro tempo, após atingir Bruno Santos fora da área. Já Mercado, Villagra e Vitinho entraram em campo pendurados e acabaram recebendo o terceiro cartão amarelo.

Na próxima rodada, o Colorado receberá o Botafogo no Beira-Rio, no sábado (24). Após sua terceira partida (com uma vitória, um empate e um revés) no comando no time gaúcho, o técnico Eduardo Baptista analisou o desempenho da equipe diante do Mirassol, disse que vai trabalhar para "minimizar erros" e falou sobre a preparação para o próximo desafio.

"A gente cometeu erros pontuais. Infelizmente, a gente acabou tendo o placar comprometido. O que eu tenho para fazer é trabalhar, buscar fazer o meu melhor. Hoje, mesmo com

Ricardo Duarte/S.C. Internacional



O técnico Eduardo Baptista mantém a confiança na recuperação da equipe no Brasileiro.

um a menos, nós conseguimos nos reorganizar dentro do jogo, criamos situações, fomos superiores. É o que eu posso fazer, é trabalhar, é dar um novo espírito a esse time, que a cada rodada vem subindo, ele vem buscando. E a gente tem que minimizar erros. A gente tem que trabalhar para minimizar esses erros, para que não aconteçam", afirmou o treinador colorado.

"Acho que o momento agora é de a gente apoiar esses atletas, saber que a gente teve um prejuízo aqui, mas é o nosso grupo. Esse é o grupo que vai manter a gente na Série A. (...) A gente vai buscar, durante a semana, fazer as melhores escolhas ali pra que a gente ganhe no sábado e possa voltar até a oportunidade de sair do Z-4, que nós desperdiçamos hoje."

Sobre erros individuais de jogadores e a postura da equipe em campo, Baptista afirmou: "Eu não tenho por costume vir aqui e apontar arma para ninguém. Não é meu perfil, nem o meu caráter jogar o peso de um erro em cima disso. Eu trabalho, a gente trabalha bastante, a gente tenta orientar bastante, e aí dentro do campo eles tomam as decisões. E cabe a mim, durante a semana, trabalhar e tomar as minhas decisões. Mas as conversas vão ser internas, as cobranças vão ser internas. Aqui eu tenho que dar moral a esse grupo, pela dedicação, pela coragem que teve. Faltando 15 minutos, a gente se expôs, nós corremos o risco de tomar até mais gols, mas a gente tinha que fazer alguma coisa. A gente tinha que tentar mexer nesse placar. E

os atletas compraram a ideia, se entregaram ao máximo e a gente tem que usar muito dessa fibra para que a gente tenha uma semana tranquila, para montar o melhor time, para que a gente vença o Botafogo no Beira-Rio".

"Eu saio daqui com o sentimento que as coisas vão acontecer para o Inter. (...) Claro, houve erros e nesse momento você tem que minimizar erros. Nós vamos trabalhar em cima disso. Nós vamos fazer a melhor semana do Internacional no ano. A gente vai trabalhar, se doar, se dedicar, com muita conversa. E a gente vai sair dessa situação. Eu saio daqui hoje triste pelo resultado, mas com a convicção de que as coisas vão acontecer para o Internacional", disse.

"Se eu fosse o Vinicius Junior, teria ido embora no verão passado", diz técnico do Real Madrid.

O treinador do Real Madrid, José Mourinho, afirmou nesse sábado (17) que certamente teria deixado o clube merengue "no verão passado" se estivesse no lugar de Vinicius Junior. O jogador brasileiro vive uma crise de confiança e foi punido com quatro jogos de suspensão por ter puxado o cabelo de um adversário.

O atacante brasileiro de 26 anos, que há dois anos não consegue recuperar seu melhor nível em Madri, é criticado com frequência pelos torcedores madridistas e chegou a ser vaiado em algumas ocasiões, além de ser alvo de zombarias e insultos racistas em vários estádios.

Seu gênio explosivo também faz com que muitas vezes seja advertido pelos árbitros, e no último fim de semana foi expulso contra o Villarreal por puxar o cabelo de um rival.

Depois, ele confrontou o árbitro, motivo pelo qual rece-

Reprodução



O atacante brasileiro de 26 anos, que há dois anos não consegue recuperar seu melhor nível em Madri, é criticado com frequência pelos torcedores.

beu uma punição de quatro partidas: duas por puxar o cabelo e outras duas por sua conduta em relação ao juiz.

"O Vini é um cara fantástico, tenho muito carinho por ele. Valorizo muito o fato de ele conseguir viver e sobreviver a esse ambiente com um sorriso. Eu, se estivesse no lugar dele, provavelmente já não continuaria aqui", disse Mourinho na entrevista coletiva prévia à partida da liga contra o Sevilla.

"No verão passado, provavelmente teria forçado uma saída para uma competição, um país, um núcleo de clubes e estádios onde os ri-

vais o respeitassem. Mas, por amor ao Real Madrid, e com a fé de que as coisas sempre podem melhorar, ele renovou", acrescentou o técnico.

Segundo a imprensa espanhola, o ponta brasileiro esteve perto de assinar com o Arsenal, atual campeão da Inglaterra, mas preferiu ficar em Madri com um contrato milionário, estendido até 2032.

Questionado sobre o presidente de LaLiga, Javier Tebas — cuja renúncia foi pedida pelo Real Madrid na sexta-feira depois que este comparou os métodos da Real Madrid TV com os do ministro da Propaganda da Alema-

nha nazista, Joseph Goebbels —, Mourinho considerou que "os limites" foram ultrapassados.

"Entramos em um terreno em que acredito que as únicas desculpas válidas são se estamos falando de um caso clínico. Se não, não há nenhuma justificção nem nenhuma desculpa", afirmou.

O Real Madrid, quarto colocado de LaLiga a seis pontos do Barcelona, líder invicto, recebe o Sevilla no domingo no estádio Santiago Bernabéu com o objetivo de ao menos manter a distância para seu grande rival antes do Clássico da próxima semana.

João Fonseca decide não atuar mais em 2026: "Priorizar a minha saúde".

O brasileiro João Fonseca anunciou, neste sábado, que não jogará mais no circuito mundial de tênis em 2026. O jovem de 20 anos, que ficou de fora dos torneios na Ásia para se recuperar de uma lesão no abdômen, afirmou que ainda não está nas condições ideais para competir no nível que gostaria e só voltará às quadras, em torneios ATP, em 2027.

"Como muitos acompanharam, optei por não disputar a gira asiática para focar 100% na minha recuperação. O objetivo era voltar a tempo de defender o título na Basileia e encerrar o ano no Masters 1000 de Paris. No entanto, em conjunto com a minha equipe, entendi que ainda não estou em condições ideais para competir no nível que gostaria e que não precisamos apressar a minha volta. Assim, decidimos priorizar a recuperação e focar no planejamento para 2027", disse o tenista.

João Fonseca venceu 20 das 33 partidas que fez em 2026,

Divulgação/UTS Rio



Tenista brasileiro afirmou que ainda não está nas condições ideais para competir no nível que gostaria.

sem ter alcançado nenhuma semifinal de torneios ATP. Seu último jogo foi em 14 de setembro, na vitória sobre o suíço Dominic Stricker, na Copa Davis, no Rio de Janeiro. Ele ficou muito emocionado na ocasião.

A temporada do brasileiro foi bastante prejudicada por uma sequência de lesões. Em janeiro, um problema na região lombar o afastou dos ATPs de Brisbane e Adelaide. Em maio, um desconforto no punho direito o levou a desistir da disputa do ATP 500 de Hamburgo. Já em junho, uma lesão no ombro direito impediu sua participação no ATP 250 de Eastbourne, torneio preparatório para Wimbledon.

O episódio mais

recente ocorreu em

agosto, durante a gira dos Estados Unidos de quadras duras, quando uma lesão abdominal o obrigou a abandonar o Masters 1000 de Cincinnati. Na sequência, o tenista confirmou que ficaria de fora do US Open.

Com a decisão de só voltar em 2027, João Fonseca, atualmente na 29ª posição do ranking da ATP, João Fonseca deve encerrar o ano próximo do 40º lugar. Até o momento, sua melhor colocação no ranking mundial continua sendo a 24ª posição, alcançada ao fim da temporada anterior.

Veja a nota

"Oi, pessoal. Queria passar aqui para atualizar vocês sobre o restante da tempo-

rada.

Como muitos acompanharam, optei por não disputar a gira asiática para focar 100% na minha recuperação. O objetivo era voltar a tempo de defender o título na Basileia e encerrar o ano no Masters 1000 de Paris. No entanto, em conjunto com a minha equipe, entendi que ainda não estou em condições ideais para competir no nível que gostaria e que não precisamos apressar a minha volta. Assim, decidimos priorizar a recuperação e focar no planejamento para 2027.

Obrigado pelo carinho e pela torcida de sempre ao longo de todo o ano. Nos vemos em breve, em quadra. Seguimos!"

Uma pessoa morreu por doença cardíaca a cada 72 segundos no Brasil em 2026.

Uma pessoa morreu a cada 72 segundos por doença cardiovascular no Brasil em 2026, segundo dados da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). Até 16 de outubro, o país havia registrado 318.945 mortes, uma média de 1.194 óbitos por dia ou cerca de 50 por hora. Os números são do Cardiômetro, ferramenta da SBC que passou a integrar o novo Hub de Doenças Cardiovasculares, lançado pela entidade em parceria com a World Heart Federation (WHF).

A plataforma utiliza dados de mortalidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, além de estimativas epidemiológicas do Global Burden of Disease (GBD) 2023. Para calcular as taxas de mortalidade com base nos dados do SIM, também são consideradas estimativas populacionais do DataSUS, produzidas a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O novo Hub reúne séries históricas de mortalidade observadas entre 2000 e 2024 e projeções para os próximos anos. Segundo as estimativas, caso seja mantida a tendência registrada nas últimas duas

Reprodução



Cardiômetro aponta 318.945 mortes por doenças cardiovasculares até 16 de outubro.

décadas, o número de mortes por doenças cardiovasculares no Brasil poderá aumentar 10,8% até 2030, passando de 417.550 óbitos em 2024 para 462.573.

O cardiologista Antonio Luiz Pinho Ribeiro, coordenador da plataforma, ressalta que a projeção representa um cenário provável caso as tendências atuais sejam mantidas.

"A previsão não determina exatamente qual será o patamar em 2030, principalmente se houver mudanças significativas na prevalência de fatores de risco, na ampliação do acesso ao diagnóstico e ao tratamento e na implantação de políticas públicas de prevenção", afirma.

Mortalidade

Apesar da projeção de aumento no número absoluto de mortes, a taxa de mortalidade por doenças cardiovascula-

res apresentou queda significativa nas últimas duas décadas. Em 2024, foram registrados 195 óbitos por 100 mil habitantes, uma redução de 36% em relação aos anos 2000, quando o índice era de 306,4 mortes por 100 mil habitantes.

Segundo a SBC, entre as medidas que podem ajudar a alterar essa trajetória estão o controle da hipertensão e do diabetes, a redução do tabagismo, o combate à obesidade e ao sedentarismo e o atendimento rápido de casos de infarto e acidente vascular cerebral (AVC).

Alagoas

O Hub também permite comparar os indicadores entre os estados brasileiros. Alagoas apresenta a maior taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares, com 245,5 óbitos

por 100 mil habitantes. Em seguida aparecem Amapá, com 225,1, e Mato Grosso do Sul, com 220,4.

Apresentada na abertura do 81º Congresso Brasileiro de Cardiologia, realizado no Rio de Janeiro em conjunto com o Congresso Mundial de Cardiologia, a plataforma concentra dados epidemiológicos sobre as principais doenças cardiovasculares no país.

A ferramenta permite consultar números absolutos, taxas de mortalidade, séries históricas e estimativas, além de fazer comparações por estado, sexo e faixa etária. O objetivo é facilitar o acesso a informações sobre saúde cardiovascular para pesquisadores, profissionais de saúde, gestores públicos, jornalistas e outros interessados. (Com informações da Agência Brasil)

Canetas emagrecedoras: novo estudo revela que esses medicamentos reduzem as internações de pacientes com esquizofrenia.

Em um amplo estudo baseado em registros de saúde dos Estados Unidos, pessoas com esquizofrenia e diabetes tipo 2 que também utilizavam medicamentos GLP-1, conhecidos como canetas emagrecedoras, apresentaram menos recaídas psiquiátricas. Os resultados sugerem que esses medicamentos, utilizados principalmente no tratamento do diabetes e da obesidade, podem oferecer benefícios adicionais à saúde mental.

Segundo os pesquisadores, os pacientes que utilizavam GLP-1 apresentaram uma probabilidade 24% menor de serem internados em hospitais psiquiátricos em comparação com aqueles que não utilizavam esses medicamentos. Além disso, a probabilidade de procurarem atendimento de emergência devido a crises de saúde mental foi 29% menor. O risco de internação também foi inferior ao observado entre pacientes que utilizavam outros tipos de medicamentos para diabetes. O estudo foi publicado na última quarta-feira na revista científica *The Lancet Psychiatry*.

As descobertas representam um avanço na investigação da relação entre medicamentos para obesidade e diabetes, como o Mounjaro, da

Unsplash



Uma possível explicação é a maior facilidade de manter o tratamento com medicamentos que podem causar ganho de peso.

Eli Lilly, e o Ozempic, da Novo Nordisk, e a saúde mental. Segundo Najmeh Davoodian, pesquisadora associada da Universidade Deakin, na Austrália, e líder do estudo, os resultados são os primeiros a estabelecer uma associação entre esses medicamentos e uma menor probabilidade de hospitalização de pessoas com esquizofrenia.

Uma possível explicação é que os pacientes que utilizam GLP-1 consigam manter com mais facilidade o tratamento com medicamentos para esquizofrenia, alguns dos quais podem provocar ganho de peso. Esse efeito colateral pode dificultar a continuidade do tratamento e comprometer a saúde geral dos pacientes. Além disso, uma melhora na saúde metabólica pode contri-

buir para a estabilidade psiquiátrica, afirmou Davoodian. No entanto, ela ressaltou que são necessários mais estudos para confirmar a associação e esclarecer os mecanismos envolvidos.

Desenvolvidos inicialmente para tratar diabetes e obesidade, os medicamentos GLP-1 imitam a ação de um hormônio intestinal relacionado à regulação da glicose, do apetite e da saciedade. Além de favorecerem a perda de peso, pesquisas apontam benefícios para condições associadas à obesidade, incluindo problemas cardiovasculares e hepáticos. Atualmente, esses medicamentos também estão sendo investigados por seus possíveis efeitos sobre o cérebro, inclusive em estudos relacionados ao transtorno por uso de álcool.

Para realizar a pesquisa, os cientistas analisaram registros de saúde de mais de 70 mil pessoas com esquizofrenia e diabetes tipo 2 nos Estados Unidos. Entre os participantes, aqueles que perderam peso durante o uso de GLP-1 apresentaram a maior tendência à redução das internações psiquiátricas. Apesar dos resultados promissores, o estudo observacional não permite concluir que os medicamentos sejam responsáveis diretamente pela redução das crises. Ensaio clínico e novas pesquisas poderão esclarecer se esses tratamentos podem integrar estratégias complementares para melhorar a saúde física e mental de pessoas com esquizofrenia. (Com informações do jornal *O Globo*)

"Vamos enterrar de vez a tabela SUS", diz o ministro da Saúde sobre modelo que vigora há quase 30 anos.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT), afirma que um eventual quarto mandato do presidente Lula vai "enterrar definitivamente" a tabela SUS, modelo de remuneração por procedimentos utilizado para pagar hospitais e clínicas que atendem a rede pública. Segundo ele, a tabela já deixou de ser referência para cerca de 1.500 procedimentos, substituídos por valores do programa Agora Tem Especialistas.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, Padilha também prometeu entregar até o fim de 2026 o painel nacional das filas do SUS, que permitirá reunir informações sobre a espera por consultas, exames e cirurgias.

- O painel das filas do SUS será lançado até o fim do ano?

Teremos o painel. O Congresso aprovou a obrigatoriedade de estados e municípios apresentarem os dados, e com isso vamos ter o painel no final deste ano. Em paralelo, desenvolvemos com hospitais universitários federais e municípios uma ferramenta que permite marcar consultas, exames e cirurgias pelo celular e acompanhar a situação na fila.

- O painel permitirá que os pacientes acompanhem sua posição na fila?

A lei exige que estados e municípios forneçam informações que hoje não passam. As filas são dos municípios e dos estados, não do governo federal. Nos próximos quatro anos, vamos

estimular que eles adotem a ferramenta, inclusive com recursos. Também vamos dar o exemplo nos hospitais universitários federais e nos hospitais do Grupo Hospitalar Conceição.

- Como reduzir a espera por exames e diagnósticos?

Com duas ações. A primeira é ampliar os equipamentos. As carretas de tomografia e ultrassom ficam 30 dias em cada região até zerar a fila. Chegaremos a 150 no fim do ano. Já foram realizados mais de 1 milhão de procedimentos. A segunda é o telediagnóstico. Criamos com o A.C.Camargo um centro de diagnóstico do câncer que recebe biópsias de todos os estados. Resultados que levavam seis ou sete meses agora saem em sete dias.

- Por que substituir a tabela SUS?

Vamos enterrar definitivamente a tabela SUS dos últimos 20 anos. Ela já não é parâmetro para cerca de 1.500 procedimentos cirúrgicos e exames. O modelo é antigo porque fragmenta o cuidado e paga por procedimento, quando é preciso pagar pelo resultado para o paciente. Não basta reajustar; é preciso enterrar esse modelo.

- Como funciona o financiamento do Agora Tem Especialistas?

O programa cria dois mecanismos. Um é a nova tabela, que paga de três a quatro vezes mais do que a antiga tabela SUS e exige a combinação de consulta,

José Cruz/Agência Brasil



Alexandre Padilha diz que lista deixou de ser parâmetro para 1.500 procedimentos.

exame e tratamento ou cirurgia. O outro permite que hospitais privados troquem dívidas ou obtenham créditos tributários em troca de exames e cirurgias. Fechamos R\$ 1 bilhão em contratos com hospitais privados neste ano, o que representa 1,2 milhão de procedimentos.

Diferentemente da tabela SUS, o programa considera as diferenças regionais de custos e necessidades, tanto no financiamento direto do ministério quanto nos créditos para hospitais privados.

- Como garantir os investimentos em saúde diante da necessidade de ajuste fiscal?

Só a eleição do presidente Lula garante a proteção do orçamento crescente da Saúde. O plano de Flávio Bolsonaro prevê corte de R\$ 250 bilhões, e não há como cortar isso sem atingir a Saúde, que é o maior orçamento da União.

- O que muda no financiamento da atenção primária?

No segundo semestre de 2025, publicamos uma nova lógica de financiamento, que remunera por indicadores, inclusive pelo cumprimento de metas. Também estamos ampliando a capacidade de atendimento das unidades, com equipamentos para exames, fisioterapia e outros serviços. Compramos 10 mil conjuntos de equipamentos para unidades básicas e criamos equipes dedicadas a idosos que não conseguem sair de casa.

- O acesso a medicamentos de alto custo será ampliado?

O orçamento dos medicamentos especializados passou de cerca de R\$ 13 bilhões para mais de R\$ 27 bilhões, permitindo incorporar mais de 160 novos medicamentos. Nos próximos quatro anos, queremos levar exames e consultas ao Farmácia Popular, que hoje atende 27 milhões de pessoas. (Com informações da Folha de S.Paulo)

iPhone Duo: primeiro dobrável da Apple tem entrega prevista para janeiro de 2027 no Brasil.

Pouco mais de uma hora após a abertura da pré-venda no Brasil, o iPhone Duo, primeiro celular dobrável da Apple, já tinha previsão de entrega para o fim de janeiro de 2027. Segundo o site oficial da companhia, os consumidores que optarem pela compra do aparelho terão o produto entregue a partir de 22 de janeiro.

No Brasil, o iPhone Duo custará a partir de R\$ 21.999 na versão com 256 GB de armazenamento. O modelo com 512 GB sairá por R\$ 23.499, enquanto a configuração com 1 TB custará R\$ 26.499. Já a versão com 2 TB terá preço de R\$ 30.999.

Em simulação feita no site dos EUA, a entrega também é prevista para janeiro do ano que vem.

O Duo chegará às lojas de varejo e das telas no dia 23 de outubro. No site da Apple, é possível parcelar em até 12 vezes ou obter 10% de desconto à vista. O dispositivo estará disponível em duas cores: branco e céu noturno (azul marinho escuro). Fechado, o aparelho tem uma tela externa de 5,4 polegadas.

Quando aberto, revela um painel interno de 7,6 polegadas, que, segundo a Apple, é

50% maior que a tela do iPhone 18 Pro Max. A proposta é combinar a portabilidade de um celular com uma área de visualização mais ampla, voltada à produtividade, ao consumo de conteúdo e à execução simultânea de aplicativos.

O aparelho terá apenas e-Sim, a versão virtual do chip físico. Assim como já ocorre nos outros modelos, o Duo virá apenas com o cabo conector USB-C.

A tela interna recebeu acabamento em nanotextura para reduzir reflexos e tornar o vinco central menos perceptível. A fabricante afirma que o mecanismo de dobra reúne mais de cem componentes, projetados para controlar o movimento das telas e reduzir a tensão sobre o display. A estrutura também utiliza titânio, enquanto o sistema de biometria Touch ID foi integrado ao botão lateral.

Câmeras

O sistema fotográfico traseiro reúne duas câmeras de 48 megapixels, uma principal e outra ultra-angular. O aparelho também conta com uma câmera frontal integrada à tela interna para videochamadas.

Entre os recursos exclusivos do formato dobrável está o "Duo Pre-

Apple/Divulgação



Smartphone custa entre R\$ 21.999 e R\$ 30.999 e vem com mesmo chip do iPhone 18 Pro.

view", que permite usar a tela externa para que a pessoa fotografada acompanhe o enquadramento. Outro recurso, o "Duo FaceTime", possibilita que pessoas próximas acompanhem uma videochamada pelo visor externo.

Mesmo chip

O software também foi adaptado ao novo formato. O iOS 27 permite executar dois aplicativos simultaneamente em tela dividida e ajustar a interface conforme o aparelho é aberto ou fechado. A ideia é aproximar a experiência de uso do iPhone à de um tablet, sem exigir que o usuário interrompa uma atividade ao mudar de tela.

O iPhone Duo é equipado com o chip A20 Pro e um sistema de bateria dupla. É o mesmo processador dos iPhone 18

Pro e 18 Pro Max. Isso significa que o dobrável tem capacidade para lidar com tarefas pesadas, incluindo jogos e recursos de inteligência artificial. O sistema térmico também segue uma arquitetura avançada, com uma câmara de vapor desenvolvida para dissipar o calor. A Apple afirma que o sistema foi projetado para manter o desempenho elevado mesmo em atividades que exigem bastante do processador.

A Apple também prevê compatibilidade com o Apple Pencil com USB-C ainda neste ano, ampliando as possibilidades de uso para anotações, desenhos e marcações de documentos. (Com informações do jornal O Globo)

Elon Musk apresenta "carro voador" da Tesla que atinge 96 quilômetros por hora em um segundo.

A Tesla apresentou na última quinta-feira (15) o Roadster, sua versão de "carro voador", equipado com propulsores. O veículo foi exibido durante a transmissão ao vivo de um evento da SpaceX, empresa aeroespacial que pertence a Elon Musk, dono da montadora de carros elétricos.

Até agora, desafios técnicos e regulatórios têm impedido a decolagem do setor de carros voadores. Em 2017, Musk criou expectativa ao afirmar que o Roadster percorreria mil quilômetros com uma única carga. Sete anos depois, publicou no X que o carro havia sido redesenhado.

Na demonstração realizada no Texas (EUA), transmitida pela conta da Tesla no X, o Roadster autônomo foi lançado em alta velocidade a partir de uma rampa íngreme e pousou sobre as rodas.

"Os veículos voadores são reais", afirmou Musk durante o evento. Ele acrescentou que o "sucesso não está garantido" nesse modelo, mas que "provavelmente vai funcionar".

Segundo o empresário, o carro está equipado com "reservatórios de ar de altíssima pressão" para se impulsionar no ar.

Divulgação/Tesla



Roadster deve ser produzido a partir de 2028, com estimativa de preço de US\$ 200 mil nos EUA.

nar no ar. Em um vídeo exibido durante a transmissão, o Roadster vai de zero a 60 milhas por hora (cerca de 96,56 km/h) em apenas um segundo.

Musk descreveu o desenvolvimento como resultado da colaboração entre "a melhor empresa de veículos do mundo e a melhor empresa aeroespacial do mundo", em referência à Tesla e à SpaceX.

O bilionário afirmou que a produção do carro deve começar em 2028. O preço ainda não foi divulgado oficialmente, mas a estimativa é de cerca de US\$ 200 mil nos Estados Unidos. As reservas continuam sendo feitas por US\$ 50 mil.

O pioneiro americano da aviação Glenn Curtiss iniciou o desenvolvimento de um protótipo de carro voador em

1917. Projetos desse tipo, porém, só passaram a ser considerados seriamente nos últimos anos, com o avanço dos motores elétricos e das baterias de alto desempenho.

"A Tesla não possui, atualmente, um carro-símbolo, ou seja, um veículo de luxo de alto desempenho projetado para mostrar o que há de melhor em engenharia e tecnologia da montadora. O Roadster será o novo carro-símbolo da Tesla", afirmou, no mês passado, Seth Goldstein, analista da Morningstar.

A primeira versão do Roadster foi lançada em 2008 e permaneceu à venda até 2012. Foi o primeiro veículo elétrico da Tesla e utilizava um chassi do Lotus Elise. O modelo ajudou a mudar a percepção sobre o potencial dos carros elétri-

cos.

Desde então, a empresa se destacou com os SUVs Model Y e Model X e os sedãs Model S e Model 3.

O lançamento da segunda geração do Roadster ocorre em meio a uma mudança no foco da Tesla, que vem passando da fabricação de carros para motoristas humanos para tecnologias de direção autônoma baseadas em inteligência artificial e robótica.

Neste ano, a empresa interrompeu as vendas dos Model S e Model X para abrir espaço à produção dos robôs humanoides Optimus. Também lançou o Cybercab, um robotáxi de dois lugares sem volante, pedais ou espelhos. (Com informações da Reuters, AFP e The New York Times)

Hilary Swank rebate críticas que recebeu após anunciar gravidez aos 52 anos: "Velha demais".

Aos 52 anos, Hilary Swank, rebateu as críticas que recebeu após ter revelado que está grávida. Na última quarta-feira (14), a atriz compartilhou que está esperando seu terceiro filho — ela teve a primeira gestação completa com 48 anos.

"As mulheres enfrentam muitas críticas por terem filhos mais velhas, mas os homens não, o que é interessante", comentou a atriz durante entrevista a Drew Barrymore, 51, que teve trechos antecipados na internet. O bate-papo entre as duas deve ir ao ar nos Estados Unidos no dia 20 de outubro, no The Drew Barrymore Show.

Mãe de dois, Barrymore disse que achava "estranho" esse duplo padrão. "Os homens têm filhos aos, sei lá, 80 anos, e isso não é um eufe-

Divulgação



Vencedora de dois Oscars, atriz (E) falou sobre o assunto em entrevista à colega Drew Barrymore.

misimo nem uma piada", comentou. "Você teve filhos depois dos 40, e as pessoas nem sempre foram gentis a respeito disso", completou, referindo-se à convidada.

Swank disse ter ouvido de uma mulher: "Como você se atreve? Você está velha demais". Em vez de se sentir ofendida, a atriz diz que tentou compreender esse ponto de vista

tão diferente do dela.

A atriz também contou que perdeu o pai quando tinha cerca de 20 anos, o que foi "devastador". "Ele era uma das minhas pessoas favoritas no mundo", explicou. "Pensei comigo mesma: 'Bem, eu preferiria ter nascido, ter tido aquela pessoa como minha favorita e vivido essa experiência do que não ter vivido nada disso'."

Vencedora de dois Oscars, por "Meninos Não Choram" (2000) e "Menina de Ouro" (2005), Swank é mãe dos gêmeos Aya e Ohm, nascidos em 2023. Ela é casada com o empresário Philip Schneider, de 54 anos, desde 2018. (Com informações da Folha de S.Paulo)

Atriz se manifesta após prisão em voo e diz que teve emergência médica.

A atriz Selma Blair se pronunciou pela primeira vez após ser presa por um incidente a bordo de um voo da Delta Air Lines, nos Estados Unidos. Em comunicado divulgado por seu representante à revista People, ela afirmou ter sofrido uma emergência médica e negou ter tentado abrir a porta do avião ou machucar alguém.

"Selma passou por uma emergência médica durante o voo. Não houve tentativa de abrir a porta da aeronave. Selma não tinha intenção de machucar ninguém", declarou o representante.

O episódio ocorreu em 11 de outubro, durante um voo de Los Angeles para Nova York. Segundo relatos policiais, Blair teria agredido dois comissários de bordo, mordendo um deles e dando um soco no outro. Após o pouso no Aeroporto Internacional John F. Kennedy, foi detida e levada a um hospital.

Documentos judiciais citados pela imprensa americana também apontam que a atriz teria chutado uma policial durante o transporte para a unidade de saúde e atingido uma enfermeira no peito. Blair foi denunciada por duas acusações de agressão em segundo grau, declarou-se inocente em audiência no dia 12 de outubro e foi liberada após pagar fiança. O FBI investiga o caso.

Defesa

A equipe da atriz criticou a cobertura do episódio e afirmou que as informações divulgadas não apresentam todo o contexto.

Blair revelou em 2018 que tem esclerose múltipla, doença crônica que afeta o sistema nervoso central. Segundo a equipe, ela também tem afeto pseudobulbar, condição neurológica que pode provocar mani-

Reprodução/Instagram



Selma Blair, diagnosticada com esclerose múltipla, é acusada de agredir comissários de bordo, policial e enfermeira.

festações emocionais involuntárias.

A defesa atribuiu o comportamento à falta de medicamentos para controlar sintomas neurológicos, ao cansaço extremo e a um possível ferimento na cabeça durante o voo. Segundo o advogado Shawn Barnes, esses fatores, combinados à alti-

tude, teriam provocado confusão e desorientação.

A Delta afirmou que a segurança dos passageiros e da tripulação é prioridade. Em 2016, Blair já havia sido retirada de outro voo após uma crise. Na ocasião, disse ter misturado álcool com medicamentos e sofrido um apagão.

Céline Dion encerra série de shows que marcou retorno após seis anos afastada dos palcos.

A cantora Céline Dion encerrou nesse sábado (17) sua primeira série de shows em Paris, marcando o retorno aos palcos após mais de seis anos de afastamento. Com ingressos esgotados, grandes sucessos e momentos de emoção, a cantora canadense de 58 anos conquistou o público francês em uma temporada que terá 16 apresentações nesta etapa e mais dez shows previstos para maio.

Ao longo de mais de um mês, a artista atraiu tanto fãs que aguardavam sua saída do hotel de luxo onde ficou hospedada com os filhos e seu poodle anão quanto os 35 mil espectadores que lotaram cada apresentação em uma gigantesca casa de espetáculos nos arredores da capital francesa.

Acostumada ao formato de residência artística, que adotou há anos em Las Vegas, Dion levou a Paris um espetáculo minuciosamente planejado, com poucas mudanças na lista de músicas e nos comentários entre as canções.

Acompanhada por músicos e um coral, apresentou cerca de 30 faixas em um show de aproximadamente duas ho-

ras e meia, concentrado principalmente em seu repertório em inglês e nos sucessos das décadas de 1990 e 2000. Também incluiu versões de músicas como Sweet Dreams, do Eurythmics, e uma ária de ópera associada à soprano Maria Callas.

Emoção

Entre lágrimas, sorrisos e punhos erguidos, a cantora demonstrou diferentes emoções ao longo da temporada. Na estreia, em 12 de setembro, precisou interromper *On ne change pas* logo no início, tomada pela emoção. Tensa nos primeiros momentos, ganhou desenvoltura à medida que avançavam as três apresentações semanais.

Dion estava afastada dos palcos havia mais de seis anos. Sua última turnê começou em 2019, mas foi interrompida primeiro pela pandemia e, depois, por problemas de saúde. Desde 2022, ela convive com a síndrome da pessoa rígida, doença neurológica incurável que provoca rigidez muscular e espasmos dolorosos.

"Estou bem", repetiu a cantora no palco, dois anos depois de sua aparição na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Paris, quando se apresentou no alto da Torre Eiffel: "Aprendi a viver

Reprodução



Série de apresentações tiveram ingressos esgotados e 35 mil espectadores por noite.

com essa fragilidade. De tanto tê-la por perto, consegui domesticá-la e decidi transformá-la na força para viver."

Em um palco relativamente sóbrio, com uma imponente rocha giratória ao fundo, a artista apostou na elegância, usando vestidos de alta-costura de grifes como Dior e Givenchy. As apresentações transcorreram normalmente, com exceção de uma noite em que ela escorregou e caiu brevemente no palco, em imagens que viralizaram nas redes sociais.

Voz

Uma das principais dúvidas em torno da temporada era se a voz de Dion resistiria à sequência de apresentações. Embora tenha cometido alguns deslizos em notas e ocasionalmente esquecido trechos das letras,

a cantora foi recebida com entusiasmo pelos fãs, que acompanham uma carreira de quatro décadas e mais de 260 milhões de discos vendidos.

Alguns internautas e profissionais da indústria musical levantaram a possibilidade de que a artista tenha recorrido ao playback durante *All by Myself*, canção tecnicamente exigente. A suspeita, porém, não impediu que o retorno fosse marcado pela forte presença do público.

Além dos fãs, os shows atraíram diversas personalidades. Entre os convidados estavam Rihanna, Michelle Obama, Zinedine Zidane e Lewis Hamilton. (Com informações da AFP)

Ana Maria Braga revela que já fez aborto: "Achava que não tinha outro caminho".

Ana Maria Braga revelou que já fez um aborto. Em entrevista à revista *Veja*, publicada na sexta-feira (16), a apresentadora contou que decidiu interromper a gestação porque, naquele momento da vida, enfrentava dificuldades financeiras e não tinha condições de se sustentar adequadamente.

"Sim, fiz e foi péssimo. Não recomendo", afirmou. Apesar de considerar a experiência negativa, ela disse que não guarda culpa pela decisão que tomou. Segundo Ana Maria, embora não fosse muito nova na época, ainda não tinha estabilidade financeira e acreditava que não havia outra saída diante das circunstâncias.

"Embora não fosse muito nova, naquele momento da vida ainda nem conseguia me sustentar direito e achava que não tinha outro caminho. Não guardo culpa", declarou a apresentadora.

Ao falar sobre o tema, Ana Maria também defendeu a legalização do aborto. Para ela, a decisão de continuar ou não uma gestação deve caber à mulher, de acordo com suas próprias condições e escolhas, sem que o Estado determine

Divulgação/TV Globo



Mesmo sem recomendar a experiência, apresentadora diz ser a favor da descriminalização da prática.

o que ela deve fazer. A posição da artista está relacionada à defesa da liberdade individual e do direito de cada mulher decidir sobre a própria vida.

Na entrevista, a apresentadora abordou ainda suas experiências amorosas e contou que já chegou a considerar a possibilidade de se relacionar com mulheres. Segundo ela, a ideia surgiu em um período em que estava desacreditada dos homens, mas as tentativas não avançaram porque não encontrou alguém por quem se interessasse.

"Uma época, estive tão desacreditada dos homens que parei para pensar: 'Havia tantas mulheres casando entre si que devia ser legal'. Mas mulher é um bicho chato e complicado", disse Ana Maria,

ao comentar a experiência.

Outro assunto abordado foi a relação entre sua filha, Mariana Maffeis, e o ex-marido dela, contra quem Mariana pediu uma medida protetiva. Questionada sobre o relacionamento dos dois, Ana Maria afirmou que nunca havia presenciado nenhuma situação estranha entre eles. A apresentadora, porém, ressaltou que procura não interferir nas decisões pessoais dos filhos.

"Na minha relação com meus dois filhos, sempre disse, e eles sabem: cada um é responsável por seus atos. Não sou de interferir. Aquela não é minha casa, não é minha vida. As decisões sobre como ela lida com o marido, com os filhos, são dela. Não me cabe palpar", explicou.

Ana Maria também relembrou a morte de Tom Veiga, intérprete do papagaio Louro José, personagem que marcou sua trajetória na televisão. A apresentadora descreveu a perda como um dos momentos mais difíceis de sua vida e recordou a proximidade que mantinha com o colega, que morreu durante a pandemia de covid-19.

"Dois dias antes de morrer, na pandemia, ele estava comigo, fazendo o programa de casa. Era um irmão, filho, parceiro, amigo", afirmou. Segundo ela, a saudade permanece, e falar sobre o assunto ainda é difícil. "Até hoje não consigo falar dele." (Com informações da Folha de S.Paulo)

Adoção de pets: amor não falta, lares preparados ainda são desafio.

Brasil lidera intenção de adotar animais, mas dúvidas sobre saúde, adaptação e custos seguem como barreiras para uma adoção responsável; no Rio Grande do Sul, centenas de cães e gatos resgatados ainda aguardam uma família

O desejo de adotar um animal de estimação nunca foi tão forte entre os brasileiros. Em um cenário marcado pelo aumento da conscientização sobre abandono e bem-estar animal, o País aparece na liderança mundial quando o assunto é disposição para acolher cães e gatos. Mas a mesma pesquisa que revela esse avanço também expõe um desafio persistente: transformar boa vontade em adoções responsáveis e duradouras.

Levantamento realizado pela Mars em parceria com a Censuwide, que ouviu 26 mil pessoas em 14 países, mostra que 19% dos brasileiros afirmam estar prontos para adotar um pet neste momento, percentual significativamente superior à média global de 12%.

Mais do que um indicador estatístico, o dado reflete uma mudança cultural. A adoção passou a ocupar espaço central na relação entre pessoas e animais de estimação, impulsionada por campanhas de conscientização, pelo trabalho de organizações de proteção animal e pela crescente valorização dos pets como integrantes da família.

Os brasileiros também demonstram familiaridade acima da média com o processo de adoção. Segundo o estudo, 76% afirmam entender como ele funciona, contra 64% no cenário global.

Apesar disso, a decisão ainda vem acompanhada de inseguranças. Um em cada cinco entrevistados diz que teria mais confiança para adotar caso pudesse contar com orientação especializada durante a jornada.

O resultado reforça uma percepção compartilhada por veterinários, protetores independentes

e organizações do setor: adotar é um gesto de amor, mas também um compromisso que exige preparação.

A principal preocupação está relacionada à saúde dos animais. Entre os brasileiros ouvidos pela pesquisa, 36% apontam o histórico médico desconhecido como o maior desafio para a adoção. Questões ligadas aos custos, à adaptação à nova rotina e à convivência com outros pets também figuram entre os receios mais frequentes.

Entre jovens de 18 a 34 anos, a integração com outros animais aparece como uma preocupação ainda mais relevante, mostrando que a construção de um ambiente equilibrado dentro do lar é parte importante da decisão.

Para a diretora de Assuntos Corporativos da Mars Pet Nutrition no Brasil, Katia Souza, a informação é fundamental para ampliar o sucesso das adoções. “A adoção responsável começa antes mesmo da chegada do pet à nova casa. Por isso, queremos entender o que aproxima e o que ainda gera dúvidas nas pessoas que consideram adotar, usando essas informações para tornar essa jornada mais clara e segura.”

A realidade observada nos abrigos confirma essa necessidade. Muitos cães e gatos chegam aos locais de acolhimento após situações de abandono, maus-tratos ou longos períodos vivendo nas ruas. Em diversos casos, o processo de adaptação requer acompanhamento veterinário, paciência e compreensão do histórico emocional do animal.

No Rio Grande do Sul, a adoção ganhou ainda mais importância após as enchentes que atingiram o Estado. Dados do governo gaúcho indicam que milhares de cães e gatos foram resgatados durante a tragédia climática e passaram a depender de abrigos temporários e redes de proteção. Atualmente, a plataforma SOS Rio Grande do Sul mantém animais disponíveis para adoção

Mars Adotacion



A adaptação do pet adotado deve ser gradual e sempre supervisionada por um adulto.

e destaca que “milhares de cães e gatos ainda estão esperando por um lar”.

O desafio permanece significativo. Levantamentos divulgados após a emergência climática apontaram que mais de 10 mil animais chegaram a ser socorridos durante as enchentes. Meses depois, cerca de 1,2 mil cães e gatos continuavam aguardando adoção em abrigos gaúchos, enquanto entidades relatavam queda na procura por novos tutores.

O estudo da Mars revela que os brasileiros reconhecem a importância do suporte profissional ao longo dessa jornada. Entre os tutores consultados, 68% afirmam confiar nos médicos-veterinários para receber orientações sobre alimentação, percentual superior à média global de 57%.

A experiência com a adoção também já faz parte da trajetória de milhões de pessoas. Entre brasileiros de 25 a 34 anos, 65% afirmam ter adotado um animal em abrigo ou ONG. Entre aqueles com 55 anos ou mais, o índice é de 40%.

A pesquisa mostra ainda que fatores externos influenciam diretamente a qualidade da convivência entre pessoas e pets. Para 24% dos entrevistados, modelos

de trabalho mais flexíveis facilitariam os cuidados diários. Outros 27% gostariam de contar com mais espaços pet friendly nas cidades.

Os números mostram que a adoção responsável não termina quando o animal deixa o abrigo. Saúde, alimentação, comportamento, adaptação e acompanhamento profissional continuam fazendo parte da construção de um vínculo duradouro.

Em um país que lidera a intenção de adoção no mundo, a principal mensagem da pesquisa é clara: o amor continua sendo o ponto de partida. Mas é a informação que transforma um gesto de solidariedade em uma história permanente.

Para um animal resgatado, encontrar uma família significa deixar para trás o abandono e a incerteza. Para quem adota, representa assumir um compromisso de longo prazo, construído diariamente por meio do cuidado, da dedicação e da responsabilidade.

É nesse encontro entre afeto e preparo que nasce a verdadeira adoção. E é justamente ali que começa uma nova vida, para os dois lados da porta. (Por Gisele Flores - gisele@pampa.com.br)

PREFEITOS DE CIDADES GAÚCHAS:

PORTO ALEGRE



SEBASTIÃO MELO (MDB)

recebeu 49,72% dos votos no primeiro turno e 61,53% dos votos no segundo turno.

NOVO HAMBURGO



GUSTAVO FINCK (PP)

eleito com 53,32% dos votos

SÃO LEOPOLDO



DELEGADO HELIOMAR (PL)

eleito com 51,24% dos votos

GRAVATAÍ



LUIZ ZAFFALON (PSDB)

reeleito com 51,17% dos votos

RIO GRANDE



DARLENE TORRADA (PT)

eleita com 49,13% dos votos

PASSO FUNDO



PEDRO ALMEIDA (PSD)

reeleito com 42,66% dos votos

ALVORADA



DOUGLAS MARTELLO (PL)

eleito com 32,83% dos votos

CANOAS



AIRTON SOUZA (PL)

recebeu 35,26% dos votos no primeiro turno e 52,12% dos votos no segundo turno.

SAPUCAIA DO SUL



NESTOR BERNARDES (UNIÃO)

SANTA CRUZ DO SUL



SÉRGIO MORAES (PL)

eleito com 47,13% dos votos

BENTO GONÇALVES



DIOGO SIQUEIRA (PSDB)

eleito com 65,88% dos votos

BAGÉ



LUIZ FERNANDO MAINARDI (PT)

eleito com 51,71% dos votos

URUGUAIANA



CARLOS DELGADO (PP)

eleito com 51,71% dos votos

ERECHIM



PAULO PÓLIS (MDB)

reeleito com 50,74% dos votos

GUAÍBA



CLAUDINHA JARDIM (PL)

ESTEIO



FELIPE COSTELLA (PL)

eleito com 48,23% dos votos

ELDORADO DO SUL



JULIANA CARVALHO (PSDB)

eleita com 50,91% dos votos

SANTA MARIA



RODRIGO DÉCIMO (PSDB)

recebeu 25,86% dos votos no primeiro turno e 54,50% dos votos no segundo turno.

CAXIAS DO SUL



ADILÓ DIDOMÊNICO (PSDB)

recebeu 27,5% dos votos no primeiro turno e 51,38% dos votos no segundo turno.

VIAMÃO



RAFAEL BORTOLETTI (PSDB)

eleito com 48,49% dos votos

PELOTAS



FERNANDO MARRONI (PT)

recebeu 39,60% dos votos no primeiro turno e 50,36% dos votos no segundo turno.

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL:



Eduardo Uhlein
Presidente



Cláudio Luís Martinewski
1º Vice-presidente



Rosane Wanner da Silva
Bordasch
2ª Vice-presidente



Ana Paula Dalbosco
3ª Vice-presidente



Ricardo Pippi Schmidt
Corregedor-Geral da Justiça

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:



Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez
Presidente



Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard
Vice-Presidente



Claudio Dutra Fontella
Procurador Regional Eleitoral

LIDERANÇAS GAÚCHAS:

BANRISUL



Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

BRDE



Renê de Oliveira Garcia Júnior
Presidente

BADESUL



Robson Diego Ferreira
Presidente

FARSUL



Domingos Velho Lopes
Presidente

FIERGS



Claudio Bier
Presidente

FECOMÉRCIO



Luiz Carlos Bohn
Presidente

FEDERASUL



Rodrigo Sousa Costa
Presidente

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL



Luciano Hocsman
Presidente

GRÊMIO



Odorico Roman
Presidente

INTERNACIONAL



Alessandro Barcellos
Presidente

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

SECRETÁRIOS DE ESTADO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL:

Agricultura, Pecuária,
Produção Sustentável
e Irrigação



Márcio Madalena

Casa Civil



Ranolfo Vieira
Junior

Casa Militar



Cel. Luciano
Chaves Boeira

Comunicação



Caio Tomazeli

Cultura



André Kryszczun

Desenvolvimento
Econômico



Leandro Evaldt

Desenvolvimento
Rural



Gustavo Paim

Desenvolvimento
Social



Gustavo Segabinazzi
Saldanha

Educação



Raquel Teixeira

Esporte e Lazer



Joel Maraschin

Extraordinário
Geral



Artur Lemos

Fazenda



Priscilla Maria
Santana

Habitação e
Regularização Fundiária



Bruno Silveira

Inovação,
Ciência e Tecnologia



Lisiane Lemos

Justiça, Cidadania
e Direitos Humanos



Fabricio Guazzelli
Peruchin

Logística e
Transporte



Clovis Garcez
Magalhães

Meio Ambiente
e Infraestrutura



Isa Carla Osterkamp

Mulher



Ana Costa

Obras Públicas



Izabel Matte

Planejamento,
Governança e Gestão



Danielle Calazans

Reconstrução
Gaúcha



Pedro Capeluppi

Saúde



Lisiane Wasem
Fagundes

Segurança Pública



Mário Ikeda

Sistemas Penal
e Socioeducativo



César Atílio
Kurtz Rossato

Trabalho e
Desenvolvimento
Profissional



José
Scorsatto

Turismo



Raphael
Ayub

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL



Fernando Quadros da Silva
(Presidente do TRF)



João Batista Pinto Silveira
(Vice-presidente do TRF)



Vânia Hack de Almeida
(Corregedora da Justiça Federal)



Álvaro Eduardo Junqueira



Amaury Chaves de Athayde



Amir José Finocchiaro Sarti



Antônio Albino Ramos de Oliveira



Ari Pargendler



Cal Garcia



Cândido Alfredo Silva Leal Junior



Carlos Antonio Rodrigues Sobrinho



Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz



Celso Kipper



Dirceu de Almeida Soares



Edgard Antônio Lippmann Júnior



Elcio Pinheiro de Castro



Eli Goraleb



Ellen Gracie Northfleet



Fábio Bittencourt da Rosa



Fernando Quadros da Silva



Gilson Dipp



Hervandil Fagundes



João Surreaux Chagas



Joel Ilan Paciornik



Jorge Antonio Maurique



José Almada de Souza



José Fernando Jardim de Camargo



José Luiz Borges Germano da Silva



José Morschbacher



Luciane Amaral Corrêa Münch



Luis Alberto d'Azevedo Aurvalle

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL



Luiz Carlos
de Castro Lugon



Luiz Dória Furquim



Luiz Fernando Wowk
Penteadó



Luiza Dias Cassales



Manoel Eugenio
Marques Munhoz



Manoel Lauro
Volkmer de Castilho



Márcio Antônio Rocha



Marga Inge Barth
Tessler



Maria de Fátima
Freitas Labarrère



Maria Lúcia Luz Leiria



Néfi Cordeiro



Nylson Paim
de Abreu



Osvaldo Moacir
Alvarez



Otavio Roberto
Pamploma



Paulo Afonso
Brum Vaz



Pedro Máximo
Paim Falcão



Ricardo Teixeira
do Valle Pereira



Rogerio Favreto



Rômulo Pizzolatti



Ronaldo Luiz Ponzi



Sílvia Maria
Gonçalves Goraieb



Silvio Dobrowolski



Tadaaqui Hirose



Tânia Terezinha
Cardoso Escobar



Teori Albino Zavascki



Valdemar Capeletti



Victor Luiz
dos Santos Laus



Vilson Darós



Virginia Amaral
da Cunha Sheibe



Vladimir Passos
de Freitas



Wellington Mendes
de Almeida

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 48 DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO:



Alexandre Corrêa da Cruz



Ana Luiza Heineck Kruse



André Reverbel Fernandes



Angela Rosi Almeida Chapper



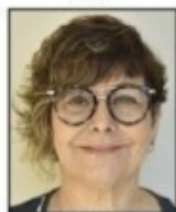
Beatriz Renck



Brígida Joaquina Charão Barcelos



Carlos Alberto May



Carmen Izabel Centena Gonzalez



Cláudio Antônio Cassou Barbosa



Cleusa Regina Halfen



Clóvis Fernando Schuch Santos



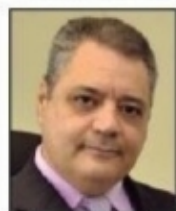
Denise Pacheco



Emílio Papaíó Zin



Fabiano Holz Beserra



Fernando Luiz de Moura Cassal



Flávia Lorena Pacheco



Francisco Rossal de Araújo



George Achutti



Gilberto Souza dos Santos



Janney Camargo Bina



João Alfredo Borges Antunes de Miranda



João Batista de Matos Danda



João Paulo Lucena



João Pedro Silvestrin



Lais Helena Jaeger Nicotli



Lucia Ehrenbrink



Luciane Cardoso Barzotto



Luiz Alberto de Vargas



Manuel Cid Jardon



Marçal Henri dos Santos Figueiredo



Marcelo Gonçalves de Oliveira



Marcelo José Ferlin D'Ambroso



Marcos Fagundes Salomão



Maria da Graça Ribeiro Centeno



Maria Cristina Schaan Ferreira



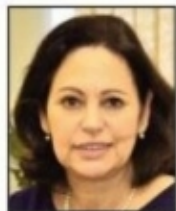
Maria Madalena Telesca



Maria Silvana Rotta Tedesco



Raul Zoratto Sanvicente



Rejane Souza Pedra



Ricardo Carvalho Fraga



Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa



Roger Bailejo Vilarinho



Rosiul de Freitas Azambuja



Rosane Serafini Casa Nova



Simone Maria Nunes



Tânia Regina Silva Reckziegel



Vania Maria Cunha Mattos



Wilson Carvalho Dias

VEREADORES DE PORTO ALEGRE:

Presidente



Moises Barboza
(PSDB)
- 8.603 votos -
Reeleito



Jesse Sangalli
(PL)
- 22.966 votos -
Reeleito



Karen Santos
(PSOL)
- 20.207 votos -
Reeleita



Ramiro Rosário
(Novo)
- 16.450 votos -
Reeleito



Grazi Oliveira
(PSOL)
- 14.321 votos -
Eleita



Giovane Byl
(Podemos)
- 12.115 votos -
Reeleito



Pedro Ruas
(PSOL)
- 12.070 votos -
Reeleito



Roberto Robaina
(PSOL)
- 10.033 votos -
Reeleito



Comandante Nádia
(PL)
- 18.010 votos -
Reeleita



Jonas Reis
(PT)
- 8.235 votos -
Reeleito



José Freitas
(Republicanos)
- 6.746 votos -
Reeleito



Marcelo Bernardi
(PSDB)
- 7.759 votos -
Reeleito



Tiago Albrecht
(Novo)
- 7.615 votos -
Reeleito



Alexandre Bublitz
(PT)
- 7.144 votos -
Eleito



Gilson Padeiro
(PSDB)
- 7.070 votos -
Reeleito



Fernanda Barth
(PL)
- 7.063 votos -
Reeleita



Juliana de Souza
(PT)
- 6.261 votos -
Eleita



Marcos Felipi
(Cidadania)
- 6.618 votos -
Eleito



Mariana Lescano
(Progressistas)
- 6.389 votos -
Eleita



Claudia Araujo
(PSD)
- 6.321 votos -
Reeleita



Marcio Bins Ely
(PDT)
- 6.296 votos -
Reeleito



Tanise Sabino
(MDB)
- 6.270 votos -
Reeleita



Giovanni Culau e Coletivo
(PCdoB)
- 4.902 votos -
Reeleito



Rafael Fleck
(MDB)
- 5.908 votos -
Eleito



Vera Armando
(Progressistas)
- 5.693 votos -
Eleita



Mauro Pinheiro
(Progressistas)
- 5.661 votos -
Reeleito



Erick Dênil
(PCdoB)
- 5.376 votos -
Eleito



Professor Vitorino
(MDB)
- 5.315 votos -
Eleito



Coronel Ustra
(PL)
- 2.669 votos -
Eleito



Aldacir Oliboni
(PT)
- 4.869 votos -
Reeleito



Natasha
(PT)
- 4.718 votos -
Eleita



Carlo Carotenuto
(Republicanos)
- 4.644 votos -
Eleito



Atena
(PSOL)
- 4.260 votos -
Eleita



Hamilton Sossmeier
(Podemos)
- 4.053 votos -
Reeleito

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

PRESIDENTES DE COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comissão de Transportes



Maurício Neves
(PP-SP)

Comissão de Constituição
e Justiça e de Cidadania



Paulo Azi
(União Brasil-BA)

Comissão de Relações
Exteriores e de Defesa Nacional



Filipe Barros
(PL-PR)

Comissão de Saúde



Zé Vitor
(PL-MG)

Comissão de Ciência
e Tecnologia



Ricardo Barros
(PP-PR)

Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle



Bacelar (PV-BA)

Comissão de
Finanças e Tributação



Rogério Correia
(PT-MG)

Comissão de
Minas e Energia



Diego Andrade
(PSD-MG)

Comissão de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável



Elcione Barbalho
(MDB-PA)

Comissão de
Desenvolvimento Econômico



Lafayette de Andrada
(Republicanos-MG)

Comissão de Educação



Maurício Carvalho
(União-RO)

Comissão de Trabalho



Leo Prates
(PDT-BA)

Comissão de
Defesa do Consumidor



Daniel Almeida
(PCdoB-BA)

Comissão de Integração e
Desenvolvimento Regional



Yandra Moura
(União-SE)

Comissão de Indústria,
Comércio e Serviços



Beto Richa (PSDB-PR)

Comissão de Esporte



Laura Carneiro
(PSD-RJ)

Comissão de Defesa
dos Direitos da Mulher



Célia Xakriabá (PSOL-MG)

Comissão de Defesa dos
Direitos das Pessoa Idosa



Zé Silva
(Solidariedade-MG)

Comissão de Cultura



Denise Pessoa
(PT-RS)

Comissão de Agricultura,
Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural



Rodolfo Nogueira
(PL-MS)

Comissão de Direitos Humanos,
Minorias e Igualdade Racial



Reimont
(PT-RJ)

Comissão de Segurança
Pública e Combate ao Crime
Organizado



Paulo Bilynskyj
(PL-SP)

Comissão de Direitos das
Pessoas com Deficiência



Duarte Jr.
(PSB-MA)

Comissão da Amazônia e dos
Povos Originários e Tradicionais



Dandara
(PT-MG)

Comissão de Turismo



Marcelo Alvaro Antônio
(PL-MS)

Comissão de Comunicação



Julio Cesar Ribeiro
(Republicanos-DF)

Comissão de Legislação Participativa



Fred Costa
(PRD-MG)

Comissão de Previdência, Assistência
Social, Infância, Adolescência e Família



Ruy Carneiro
(Pode-PB)

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL:



Presidente
Davi Alcolumbre
(União Brasil)



1º Vice-Presidente
Altineu Cortês
(PL)



2º Vice-Presidente
Humberto Costa
(PT)



1º Secretário
Carlos Veras
(PT)



2º Secretário
Confúcio Moura
(MDB)



3º Secretária
Delegada Katarina
(PSD)



4º Secretário
Laércio Oliveira
(Progressistas)

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL:



Presidente
Davi Alcolumbre
(União Brasil)



1º Vice-Presidente
Eduardo Gomes
(PL)



2º Vice-Presidente
Humberto Costa
(PT)



1ª Secretária
Daniella Ribeiro
(PSD)



2º Secretário
Confúcio Moura
(MDB)



3ª Secretária
Ana Paula Lobato
(PDT)



4º Secretário
Laércio Oliveira
(Progressistas)



1º Suplente
Chico Rodrigues
(União Brasil)



2º Suplente
Mecias Jesus
(Republicanos)



3º Suplente
Styvenson Valentim
(PSDB)



4ª Suplente
Soraya Thronicke
(Podemos)

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:



Presidência
Hugo Motta
(Republicanos/PS)



1ª Vice-Presidência
Altineu Cortês
(PL/RJ)



2ª Vice-Presidência
Eimar Nascimento
(União/BA)



1ª Secretaria
Carlos Veras
(PT/PE)



2ª Secretaria
Lula da Fonte
(PP/PE)



3ª Secretaria
Delegada Katarina
(PSD/SE)



4ª Secretaria
Sergio Souza
(MDB/PR)

SUPLÊNCIA DA MESA DIRETORA:



1º Suplente
Antonio Carlos Rodrigues
(PL/SP)



2º Suplente
Paulo Folletto
(PSB/ES)



3º Suplente
Dr. Victor Linhalis
(PODE/ES)



4º Suplente
Paulo Alexandre Barbosa
(PSDB/SP)

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO GOVERNO FEDERAL:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



Jorge Rodrigo Araújo Messias

AGRICULTURA



André de Paula

CASA CIVIL



Miriam Belchior

CIDADES



Antônio Vladimir Lima

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Luciana Santos

COMUNICAÇÕES



Frederico de Siqueira Filho

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Vinicius Marques de Carvalho

CULTURA



Margareth Menezes

DEFESA



José Múcio

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



Fernanda Machiavelli

DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Wellington Dias

DIREITOS HUMANOS



Janine Mello dos Santos

EDUCAÇÃO



Leonardo Barchini

EMPREENDEDORISMO



Tadeu de Alencar

ESPORTES



Paulo Henrique Perna

FAZENDA



Dario Durigan

GESTÃO



Esther Dweck

IGUALDADE RACIAL



Rachel Barros de Oliveira

INDÚSTRIA E COMÉRCIO



Márcio Elias Rosa

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



Waldez Góes

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



Wellington César Lima e Silva

MEIO AMBIENTE



João Paulo Ribeiro Capobianco

MINAS E ENERGIA



Alexandre Silveira

MULHERES



Márcia Lopes

PESCA



Rivetta Édipo Araújo Cruz

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



Bruno Moretti

PORTOS E AEROPORTOS



Tomé Barros

POVOS INDÍGENAS



Eloy Terena

PREVIDÊNCIA



Wolney Queiroz

RELAÇÕES EXTERIORES



Mauro Vieira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Gleisi Hoffmann

SAÚDE



Alexandre Padilha

SECOM



Sidônio Palmeira

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Márcio Macêdo

TRABALHO



Luiz Marinho

TRANSPORTES



George Santoro

TURISMO



Gustavo Feliciano

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 10 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente



Luiz Edson Fachin

Nomeação: Dilma Rousseff (PT)

Posse: Julho de 2015

Aposentadoria compulsória: Fevereiro de 2033

Vice-Presidente



Alexandre de Moraes

Nomeação: Michel Temer (MDB)

Posse: Março de 2017

Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2043



André Mendonça

Nomeação: Jair Bolsonaro (PL)

Posse: Dezembro de 2021

Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2047



Cármen Lúcia

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Posse: Junho de 2006

Aposentadoria compulsória: Abril de 2029



Cristiano Zanin

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Posse: Outubro de 2023

Aposentadoria compulsória: Novembro de 2050



Dias Toffoli

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Posse: Novembro de 2009

Aposentadoria compulsória: Março de 2042



Flávio Dino

Nomeação: Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Posse: Fevereiro de 2024

Aposentadoria compulsória: Abril de 2043



Gilmar Mendes

Nomeação: Fernando Henrique Cardoso (PSDB)

Posse: Junho de 2002

Aposentadoria compulsória: Dezembro de 2030



Luiz Fux

Nomeação: Dilma Rousseff (PT)

Posse: Março de 2011

Aposentadoria compulsória: Abril de 2028



Nunes Marques

Nomeação: Jair Bolsonaro (sem partido à época)

Posse: Novembro de 2020

Aposentadoria compulsória: Fevereiro de 2047

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

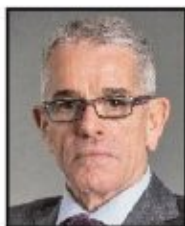
OS 32 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:



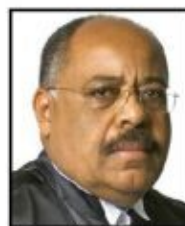
Antonio Carlos Ferreira



Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin



Antônio Saldanha Palheiro



Benedito Gonçalves



Carlos Augusto Pires Brandão



Daniela Teixeira



Fátima Nancy Andrih



Francisco Cândido de Melo Falcão Neto



Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes



Humberto Eustáquio Soares Martins



João Otávio de Noronha



Joel Ilan Paciornik



Luis Felipe Salomão



Luiz Alberto Gurgel de Faria



Marcelo Navarro Ribeiro Dantas



Marco Aurélio Bellizze de Oliveira



Marco Aurélio Gastaldi Buzzi



Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues



Maria Marluce Caldas Bezerra



Maria Thereza Rocha de Assis Moura



Mauro Luiz Campbell Marques



Messod Azulay Neto



Paulo Dias de Moura Ribeiro



Paulo Sérgio Domingues



Raul Araújo Filho



Regina Helena Costa



Reynaldo Soares da Fonseca



Ricardo Villas Bôas Cueva



Rogerio Schietti Machado Cruz



Sebastião Alves dos Reis Júnior



Sérgio Luiz Kukina



Teodoro Silva Santos

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente



Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente



Aloysio Corrêa da Veiga



Alberto Bastos Balazeiro



Alexandre de Souza Agra Belmonte



Alexandre Luiz Ramos



Amaury Rodrigues Pinto Junior



Augusto César Leite de Carvalho



Breno Medeiros



Cláudio Mascarenhas Brandão



Delaide Alves Miranda Arantes



Dora Maria da Costa



Douglas Alencar Rodrigues



Evandro Pereira Valadão Lopes



Guilherme Augusto Caputo Bastos



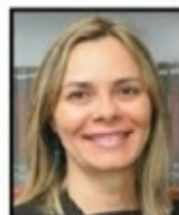
Hugo Carlos Scheuermann



Ives Gandra da Silva Martins Filho



José Roberto Freire Pimenta



Kátia Magalhães Arruda



Liana Chaib



Luiz José Dezena da Silva



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Maria Helena Mallmann



Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Mauricio Godinho Delgado



Morgana de Almeida Richa



Sergio Pinto Martins

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 16 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM):

Presidente



Ministra
Maria Elizabeth Guimarães
Teixeira Rocha

Vice-Presidente



Ministro
José Coêlho Ferreira



Ministro
Anísio David de Oliveira Junior



Ministro
Artur Vidigal de Oliveira



Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira



Ministro
Carlos Vuyk de Aquino



Ministro
Celso Luiz Nazareth



Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros



Ministro
Flávio Marcus Lancia Barbosa



Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo



Ministro
José Barroso Filho



Ministro
Leonardo Punte



Ministro
Lourival Carvalho Silva



Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes



Ministro
Péricles Aurélio Lima
de Queiroz



Ministra
Verônica Abdalla Sterman

O STM integra a Justiça Militar, que, segundo a Constituição, julga crimes militares previstos no Código Penal Militar (CPM). O tribunal é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. A divisão das vagas é feita da seguinte forma: 3 almirantes da Marinha, 4 generais do Exército, 3 brigadeiros da Aeronáutica e 6 civis.

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL **OSUL**, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Presidente



Vital do Rêgo Filho

Vice-Presidente



Jorge Antonio de Oliveira
Francisco



Antonio Augusto Junho
Anastasia



Aroldo Cedraz de Oliveira



Benjamin Zymler



Jhonatan Pereira de Jesus



João Augusto Ribeiro
Nardes



Rodrigo Pacheco



Walton Alencar Rodrigues